

Relatório de Gestão 2022



RELATÓRIO DE GESTÃO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

EXERCÍCIO 2022

Relatório de Gestão do exercício de 2022, apresentado à Sociedade, aos Órgãos de Controle Externo (Tribunal de Contas da União) e Interno (Controladoria- Geral da União), como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com o disposto na Decisão Normativa TCU nº198 de 23 de março de 2022, na Instrução Normativa TCU nº 84 de 22 de abril de 2020, com as orientações do Guia para a Elaboração na forma de Relatório Integrado (TCU 2020).

Brasília – 2023

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Sumário

1 GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

1	Mensagem do Ministro de Estado de Minas e Energia	06
2	Destaques 2022	07
3	Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	15
4	Governança e Modelo de Negócios	18
5	Cadeia de Valor	23
6	Planejamento Estratégico	26
7	Políticas, Programas e Projetos do MME	29
8	Gestão de Riscos e Controles Internos	30
9	Atuação do Controle Interno	33
10	Participação Social	35

2 RESULTADOS DA GESTÃO

11	Resultados e Desempenho da Gestão	40
12	Agenda Internacional	57
13	Perfil de Gastos do Ministério	60
14	Gestão de Pessoas	66
15	Gestão de Licitações e Contratos	71
16	Gestão Patrimonial e Infraestrutura	75
17	Gestão de Tecnologia da Informação	77
18	Sustentabilidade Ambiental	80
19	Relatório de Instância ou Área de Correição	85

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

21	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	87
22	Rol de Responsáveis	

SIGLAS E ABREVIASÕES

ACL - Ambiente de Contratação Livre	CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
ACT - Acordo de Cooperação Técnica	CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica	CGU - Controladoria-Geral da União
AESA - Assessoria Especial de Meio Ambiente	CIG - Comitê Interno de Governança
AIR - Análise de Impacto Regulatório	CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	CLPC/ONU – Comissão de Limites da Plataforma Continental / Organizações das Nações Unidas
ANM - Agência Nacional de Mineração	CMAB - Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Biodiesel
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	CMAE - Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Etanol
ANSN - Autoridade Nacional de Segurança Nuclear	CMGN – Comitê de Monitoramento do Gás Natural
ASPAR - Assessoria Parlamentar	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
BEN - Balanço Energético Nacional	CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
BidSIM - Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	CO2e - CO2 equivalente
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica	CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CBIO - Crédito de Descarbonização	CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	CONJUR - Consultoria Jurídica
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	CPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico
CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica	CPC - Comissão Permanente de Crenologia
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral	CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil
CGEE - Comitê Gestor de Eficiência Energética	CREG - Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética
CGH - Central Geradora Hidrelétrica	CTAPME - Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos
CGIEE - Comitê Gestor de indicadores de eficiência energética	CTBMin - Comitê Técnico de Segurança de Barragens
CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	CVaR - Medida de Risco do Setor Elétrico
CGRH - Coordenação-Geral de Recurso Humanos	

SIGLAS E ABREVIASÕES

DN - Decisão Normativa	PCH - Pequena Central Hidrelétrica
DOU - Diário Oficial da União	PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
DOWNSTREAM – Atividades de Transporte, Comercialização e Refino de Petróleo e Derivados na Petrobrás	PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia
E&P - Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	PEM – Planejamento Espacial Marinho
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.
EPE - Empresa de Pesquisa Energética	PNE - Plano Nacional de Energia
GASPETRO - Petrobras Gás S.A	PNRH - Plano Nacional de Recursos Hídricos
GCCE - Grupo Coordenador de Conservação de Energia	PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens
GD - Geração Distribuída	PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit	POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicações
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo	PPA - Plano Plurianual
GM - Gabinete do Ministro	PPI - Programa de Parcerias de Investimentos
GNL - Gás Natural Liquefeito	PPSA - Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A.
GT - Grupo de Trabalho	PROMAR – Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos
INDEM – Infraestrutura de Dados Espaciais Marinhos	REATE - Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres
LEE - Leilão de Energia Existente	REIDI - Regime Especial de Incentivo à Infraestrutura
LVECO – Leilão de Volume Excedente de Cessão Onerosa	REmplac - Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira
MAPE - Mineração Artesanal e em Pequena Escala	RENOVABIO - Política Nacional de Biocombustíveis
Mtep - Milhões de Tonelada Equivalente de Petróleo	RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
MW - Megawatt	SECIRM/MB – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar/Marinha do Brasil
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	SEE - Secretaria de Energia Elétrica
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico	
PAR PROCEL – Plano Anual de Aplicação de Recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica	

SIGLAS E ABREVIASÕES

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SEL – Secretaria Executiva de Leilões

SGE – Sistema de Gestão de Energia

SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SIN - Sistema Interligado Nacional

SINIEF – Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais

SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

TCC - Termo de Compromisso de Cessação de Prática

TCU - Tribunal de Contas da União

UGP - Unidade de Gestão de Projetos

UHE - Usina Hidrelétrica

UnB - Universidade de Brasília

UPC - Unidade Prestadora de Contas

UPGN - Unidade de Processamento de Gás Natural

UTE - Unidade Termelétrica

FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Organizacional do MME	17	Figura 22 - Expansão da Geração Distribuída – 2018 a 2022	47
Figura 2 - Determinação da Materialidade das Informações	19	Figura 23 - Número de Produtores de Gás Natural	50
Figura 3 - Modelo de Governança do MME	20	Figura 24 - Número de Ofertantes de Gás Natural	50
Figura 4 - Painel do modelo de negócios do MME	22	Figura 25 - Preços de gasolina ao consumidor em R\$ por litro	51
Figura 5 - Cadeia de Valor do MME	25	Figura 26 - Execução de Empenho/Dotação em Porcentagem	62
Figura 6 - Mapa Estratégico 2020-2023 do MME	28	Figura 27 - Apontamentos TCU – Gestão de Pessoas	67
Figura 7 - Ações Estratégicas e Projetos Prioritários	29	Figura 28 - Força de Trabalho	67
Figura 8 - Principais Riscos	31	Figura 29 - Situação funcional dos servidores	67
Figura 9 - Imagem parte da campanha de integridade do MME	32	Figura 30 - Total de servidores/empregados em exercício no MME por atividade	68
Figura 10 - Balanço Deliberações / Acórdãos - AECI/MME	34	Figura 31 - Etnia/Cor e Faixa Salarial	68
Figura 11 - Demandas em 2022 Ouvidoria	37	Figura 32 - Idade de servidores e empregados - MME	69
Figura 12 - Tempo Médio de Respostas	37	Figura 33 - Despesas com Pessoal 2022	70
Figura 13 - Transparência Ativa - Ouvidoria	37	Figura 34 - Procedimentos Licitatórios em 2022	72
Figura 14 - PNM 2050	39	Figura 35 - Distribuição dos Procedimentos Licitatórios em 2022	72
Figura 15 - Projetos de Infraestrutura Enquadrados no REIDI	43	Figura 36 - Representação dos valores nos Procedimentos Licitatórios em 2022	72
Figura 16 - Projetos de Infraestrutura Aprovados como Prioritários	43	Figura 37 - Contratações por tipos de serviços ou bens	73
Figura 17 - Matriz Energética Brasileira	44	Figura 38 - Procedimentos para o funcionamento administrativo	73
Figura 18 - Matriz Elétrica Brasileira	44	Figura 39 - Instrumentos Contratuais em 2022	74
Figura 19 - Monitoramento Setor Elétrico	45	Figura 40 - Processos de Pagamentos dos Instrumentos Contratuais	74
Figura 20 - Matriz de Capacidade de Geração	46		
Figura 21 - Expansão da Geração de Energia Elétrica por Fonte	47		

TABELAS

Tabela 1 - Recomendações CGU	34
Tabela 2 - Acompanhamento das Deliberações CGU	34
Tabela 3 - Agenda Internacional	58
Tabela 4 - Agenda Internacional	59
Tabela 5 - Comparação por GND da LOA 2020 e LOA 2021 (MME + Recursos Condicionados)	61
Tabela 6 - Alterações Orçamentárias 2022 por Grupo de Natureza de Despesa (GND)	61
Tabela 7 - Valores Empenhados pelo MME por Indicador de Resultado Primário da LOA 2022 e LOA 2021	62
Tabela 8 - Participação por Ação na Execução Orçamentária da LOA 2021	62
Tabela 9 - Valores Empenhados em Diárias e Passagens	63
Tabela 10 - Execução das Ações de RP 2 - Despesas Discricionárias da LOA 2022	64
Tabela 11 - Execução de Restos a Pagar no exercício de 2022	65
Tabela 12 - Principais Contratos	78
Tabela 13 - Consumo e despesa de água	81
Tabela 14 - Consumo de Energia Elétrica	82
Tabela 15 - Despesa de Energia Elétrica	82
Tabela 16 - Quantitativo de Processos Correcionais	86

Mensagem do Ministro de Minas e Energia

Apresentamos o Relatório de Gestão acerca das ações e projetos do Ministério de Minas e Energia referente ao exercício de 2022.

O relatório busca dar transparência às ações do ministério para que seja mais um meio de prestação de contas. Para cumprir esse objetivo, o relatório segue as melhores práticas, conforme recomendações e diretrizes da CGU e do TCU, com detalhamento não apenas das políticas e ações, mas também da governança e gestão, além dos dados financeiros e orçamentários.

A importância desse documento é registrar, de forma concisa e esquemática, os eixos de atuação do MME no ano de 2022. Acreditamos no instrumento também como ferramenta importante de institucionalidade e governança.

Para 2023, reforço a atuação do ministério para o desenvolvimento e o fortalecimento de políticas dos setores de energia e mineração, com foco na sustentabilidade social e ambiental, segurança jurídica e regulatória e geração de emprego e renda para a população.

Destaques 2022

Destaques dos resultados
alcançados em 2022.

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



DESTAQUES 2022

DESTAQUES NO SETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

Em 2022, os Leilões de Energia Nova (A-4 e A-5) e o de Reserva de Capacidade atraíram investimentos de R\$ 14,1 bilhões para obras de futuras usinas, e estimativa de geração de 61.000 empregos. Foram contratados empreendimentos hidrelétricos e de geração a partir de fontes eólica, solar e de térmicas que utilizam como combustível gás natural, óleo combustível, cana de açúcar, biomassa e resíduos sólidos.

Em 2022, foram realizados também 2 Leilões de Transmissão, referentes à expansão dos sistemas de transmissão de energia elétrica do SIN, sendo contratados 9.830 MVA de capacidade de transformação e 6.135 km em linhas de transmissão, com investimentos previstos de aproximadamente 18,80 bilhões de reais e estimativa de geração de 39.000 empregos.

Em conjunto, os leilões permitirão o atendimento dos seguintes estados: Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Foi publicada também no Diário Oficial da União nº 240, Seção 1, página 171, de 22 de dezembro de 2022 a Portaria Normativa nº 57/GM/MME, de 21 de dezembro de 2022, com os cronogramas dos Leilões de Geração de 2023, 2024 e 2025.

No que tange aos Leilões de Transmissão, foi publicada no Diário Oficial da União nº 241, Seção 1, Página 97, de 23 de dezembro de 2022 a Portaria Normativa nº 58/GM/MME, de 21 de dezembro de 2022, com os cronogramas para a realização das Licitações para a Concessão de Serviço Público para Transmissão de Energia Elétrica, bem como para a realização do Procedimento Competitivo por Margem (PCM).

REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA (REIDI)

Foram enquadrados 521 projetos de infraestrutura de energia elétrica, correspondendo a R\$ 104,7 bilhões em investimentos e suspensão de impostos da ordem de R\$ 95,6 bilhões, sendo: 435 projetos de geração e 86 projetos de transmissão.

PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS

Foram aprovados 310 projetos de infraestrutura de energia elétrica como prioritários, dos quais 257 de geração, 23 de transmissão e 30 de distribuição.

PROJETOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O MME incluiu em 2022, na regulamentação da Portaria nº 364/GM/MME/2017, a possibilidade de aprovar como prioritários, para fins de emissão de debêntures incentivadas, os projetos de investimento em infraestrutura de transmissão de energia elétrica, sob responsabilidade de concessionária de transmissão, objeto de Plano de Modernização de Instalações (PMI), elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Tal política pública foi criada pela Lei nº 12.431, de 2011.

DESTAQUES 2022

DESTAQUES NO SETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2031

Plano Nacional de Energia – PNE 2050

Balanço Energético Nacional – BEN 2022

Publicação, junto à EPE, de documentos que norteiam o planejamento energético do país, como o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2031, o painel do Plano Nacional de Energia – PNE 2050 e o Balanço Energético Nacional – BEN 2022, além da reestruturação da Resenha Energética e dos Boletins Mensais de Energia.

No âmbito internacional, esta Secretaria coordenou atividades junto à OLADE, ao Subgrupo de Energia (SGT 9) do Mercosul, aos BRICS e ao G20. Finalmente, o Sistema de Informações Energéticas – SIE Brasil, foi contemplado como o selo de modernização do Estado na categoria prata.

REVISÃO DOS ÍNDICES MÍNIMOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA CONDICIONADORES DE AR

A Resolução CGIEE nº 1/2022, aprovou o novo Programa de Metas para Condicionadores de Ar, estabelecendo novos índices mínimos de eficiência energética para os aparelhos de ar condicionado do Brasil.

A adoção dos novos índices mínimos pode gerar uma economia de 67 TWh e de recursos para a sociedade de cerca de R\$ 12 bilhões até 2040.

Essa energia serviria para abastecer cerca de 1,9 milhão de residências por ano até 2040.

Além disso, estima-se que 40 milhões de toneladas de CO₂ deixarão de ser emitidos na atmosfera

DESTAQUES 2022

ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO NO PAÍS: CONTINUIDADE E SEGURANÇA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A implementação de medidas operativas aliadas às condições pluviométricas favoráveis possibilitaram recuperação dos armazenamentos nos principais reservatórios das usinas hidrelétricas do País em 2022.

Nesse contexto, as medidas excepcionais de operação então adotadas, por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) para o enfrentamento da escassez hídrica severa vivenciada no biênio 2020/2021 cessaram, em abril de 2022, tendo prevalecido, desde então, a operação ordinária do Sistema Interligado Nacional (SIN), garantidas a segurança e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica a menores custos, em favor dos consumidores brasileiros.

Além do retorno da normalidade operativa, cumpre mencionar importantes marcos alcançados, dentre os quais:

I. Atendimento aos compromissos relacionados aos usos múltiplos dos recursos hídricos, com suspensão de condicionantes indicadas em Resoluções da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

II. Elevação da cota da usina hidrelétrica (UHE) de Ilha Solteira, possibilitando o restabelecimento da naveabilidade plena da hidrovia Tietê-Paraná;

III. Alcance, ao final do período seco (abril/2022) dos maiores armazenamentos verificados nos últimos anos em importantes reservatórios de usinas hidrelétricas, como 85,0% UHE Furnas, 84,2% UHE Mascarenhas de Moraes, 99,9% UHE Sobradinho e 90,1% UHE Três Marias;

IV. Início, em outubro de 2022, da operacionalização do programa estrutural de Resposta da Demanda, aprovado pela ANEEL, fazendo com que a operação do sistema passe a contar com recursos energéticos dos consumidores de energia elétrica para atendimento à ponta de carga;

V. Finalização do ano com o período úmido caracterizado por condições favoráveis de atendimento ao SIN. Em termos de armazenamentos equivalentes, foram verificados montantes superiores aos de 2021, com destaque para o Sudeste/Centro-Oeste, cujo valor armazenado foi mais de 27 pontos percentuais acima do verificado em dezembro de 2021. Além da maior disponibilidade dos recursos hidráulicos, beneficiados pelas chuvas dos últimos meses de 2022, destaca-se a manutenção da alta disponibilidade das gerações eólica e solar o que, aliado com a política operativa adotada ao longo do ano, possibilitou o uso menos intenso das águas para a geração de energia elétrica, em benefício dos volumes armazenados nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O BRASIL

Ao longo de 2022 foram acrescentados ao Sistema Nacional 8.243 MW de geração de energia elétrica centralizada, o que corresponde a um crescimento de pouco mais de 4% em relação à planta instalada no final de 2021. Desse montante, 6.879 MW (83%) foram provenientes de fontes renováveis, com destaque para as fontes eólica (2.923 MW, 35%), solar (2.677 MW, 32%) e biomassa (924 MW, 11%). Dentre as regiões, a nordeste recebeu 4.519 MW (55%) dessa expansão, seguida pela região sudeste, com 2.652 MW (32%). Em relação aos estados, Minas Gerais (1.536 MW), Bahia (1.287 MW) e Piauí (1.177 MW) representaram, no conjunto, 50% de toda a expansão de 2022.

O SISTEMA DE TRANSMISSÃO “INTERLIGAÇÃO MANAUS-BOA VISTA”

O sistema de transmissão “Interligação Manaus – Boa Vista” (Linhão) que, além de integrar a capital Boa Vista-RR ao Sistema Interligado Nacional – SIN, substituindo a importação de energia da Venezuela e também a necessidade de geração termoelétrica a óleo diesel e gás, permitirá a interligação de todo o território nacional, com significativos ganhos de eficiência, segurança, confiabilidade e otimização sistêmica. O “Linhão” conta com as seguintes características:

- Extensão de 715 km, em circuito duplo de 500 kV;
- 1.440 torres, com 70 a 80 m de faixa de servidão;
- É desenvolvido por um consórcio em forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a Transnorte Energia S.A., formado pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte e a Alupar Investimentos S.A.

O Decreto nº 11.059, de 3 de maio de 2022, instituiu a criação do Comitê Gestor do Pró-Amazônia Legal (CGPAL), autorizando o reembolso de recursos a título de compensação por impactos socioambientais irreversíveis em terras indígenas. O termo de acordo judicial para encerramento da Ação Civil Pública (ACP) foi homologado pelo Poder Judiciário em 22 de setembro de 2022. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), emitiu em 27 de setembro de 2022, a Resolução nº 07/2022, que reconhece o interesse estratégico da linha.

As obras, fora de terra indígena, reiniciaram com a construção da casa de relés na SE Boa Vista. As obras dentro da terra indígena deverão aguardar a realização das 6 reuniões previstas no PBA-CI, que devem ocorrer até fevereiro de 2023, sendo que quatro dessas reuniões já ocorreram.

DESTAQUES 2022

ENERGIA RENOVÁVEL E LIMPA

Ao final de 2022, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil (centralizada e distribuída) ultrapassou 205.000 MW, mantendo a característica de matriz elétrica com prevalência de fontes renováveis (hidráulica, biomassa, eólica e solar), as quais já representam pouco mais de 84% do total.

Nessa característica, o Brasil permanece como referência mundial em termos de matriz de energia elétrica predominantemente composta por fontes limpas e renováveis.

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No segmento de transmissão de energia elétrica, foram adicionados 8.849,21 km de linhas de transmissão ao Sistema Interligado Nacional, o que representa 19% acima da média dos últimos cinco anos. Merecem destaque as linhas para a ampliação do intercâmbio de energia entre as regiões nordeste e sudeste, responsáveis pelo aumento do escoamento da geração nas usinas eólicas do nordeste, evitando a contratação de energia termelétrica para atender a região sudeste.

Com mais de 4 vezes a circunferência do Planeta Terra em linhas de transmissão, em 2022 o Sistema Elétrico Brasileiro atingiu 178.763,3 km de linhas de transmissão.

O ENFRENTAMENTO DA CONJUNTURA HIDROENERGÉTICA DE 2020/2021/2022

No início de 2022, remanesceiam algumas medidas adotadas ao longo de 2021, em razão da escassez hídrica que atingiu os piores cenários de afluências observados em 91 anos do histórico e que afetou o atendimento eletroenergético.

Dentre as medidas adotadas, ao longo de 2021, e que ainda tiveram repercussão em 2022, citam-se:

- I. a importação de energia elétrica da Argentina e do Uruguai;
- II. flexibilizações de restrições hidráulicas na operação de usinas hidrelétricas;
- III. flexibilização de critérios na operação do SIN, com ações para o aumento do escoamento de energia entre os subsistemas (critério N-1);
- IV. a adoção de patamar específico da Bandeira Tarifária, denominado “Escassez Hídrica”, no valor de R\$ 142,00 por MWh, que vigorou entre setembro de 2021 e abril de 2022; e
- V. a realização de Procedimento Competitivo Simplificado, que resultou na contratação de energia advinda de 17 usinas com 1,2 GW de potência instalada com o objetivo de preservar a continuidade e a segurança do suprimento de energia elétrica aos consumidores do SIN.

Adicionalmente, foi publicada a MP 1.078 de 13 de dezembro de 2021 que dispôs sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ainda que a MP não tenha sido convertida em lei, ela cumpriu seus objetivos, tendo viabilizado a operação financeira denominada “conta escassez hídrica”.

DESTAQUES 2022

NO ÂMBITO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO “DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO”

DESTAQUES DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

No segmento de Exploração e Produção (E&P), houve uma arrecadação pela União de cerca de R\$ 11,6 bilhões em bônus de assinatura, com destaque aos contratos de partilha de produção dos campos de Sépia e Atapu, dos quais foram distribuídos R\$ 7,7 bilhões aos Estados e Municípios.

O ano de 2022 teve arrecadações de R\$ 59,1 bilhões de Royalties e R\$ 58,8 bilhões de Participação Especial. Um total de R\$ 113,3 bilhões distribuídos para a União, estados e municípios. Um avanço de 52,1% em relação a 2021.

A receita com exportação de petróleo bruto foi de US\$ 38 bilhões em 2022, correspondente a 12,3% do total, a segunda maior receita de exportação do país. Houve um aumento de 24,3% em relação ao ano anterior.

A produção de petróleo e gás natural no Brasil apresentou seu recorde histórico em outubro de 2022 com 4,2 milhões de boe/dia.

Em dezembro de 2022 foi realizada a oferta pública de blocos do 1º ciclo da oferta permanente do regime de partilha de produção. Foram arrematados 4 blocos com arrecadação de R\$ 916 milhões em bônus de assinatura prevista para 2023 e um investimento inicial previsto de R\$ 1,44 bilhões para atendimento do programa exploratório mínimo.

Ainda em dezembro foi publicado o edital para qualificação de projetos do Poço Transparente. O objetivo é garantir a execução em condições seguras para o meio ambiente e para a saúde humana em atividade de exploração e produção dos recursos petrolíferos em reservatórios não convencionais.

Com o objetivo de propor estratégias para aumentar a sinergia entre o planejamento da oferta de blocos exploratórios e o processo de licenciamento ambiental foram iniciados em 2022, por determinação do CNPE, os Grupos de Trabalho de Planejamento de Oferta de Áreas e de Licenciamento Ambiental. O relatório desses GTs foram concluídos em dezembro de 2022, e os mesmos deverão ser apresentados para deliberação do CNPE.

No âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RENOVABIO), teve a emissão de mais de 31,2 milhões de créditos de descarbonização (CBIO) pelos produtores de biocombustíveis, o que significa que mais de 30 milhões de toneladas de dióxido de carbono (gás de efeito estufa) deixaram de ser emitidos pelo uso de biocombustíveis no setor de transportes nacional.

Também se registrar que o ano termina com 317 produtores de biocombustíveis (etanol, biodiesel e biometano) certificados no Programa, processo que se baseia em análise de ciclo de vida para contabilização das emissões de gases de efeito estufa emitidos desde a fase agrícola até o uso final do biocombustível.

No exercício da atividade de monitoramento do mercado de CBIOS, o Comitê RenovaBio, instância técnica do programa, coordenada pelo MME, avaliou que seria necessário novo prazo para cumprimento das metas de 2022. Com isto, os agentes obrigados a aposentarem suas metas individuais de CBIOs até 31 de dezembro de 2022, por meio do Decreto 11.141, de 21 de julho de 2022, poderão comprovar este cumprimento até setembro de 2023. Além disso, regulamentando o parágrafo 2º do Art. 7º da Lei do RenovaBio, a data para comprovação das metas anuais passou a ser 31 de março do ano seguinte.

No segundo semestre de 2022, na Iniciativa Mercado de Minas e Energia (IMME), discutiu-se com todos os agentes de mercado envolvidos no RenovaBio, medidas estruturantes que pudessem trazer aprimoramentos no programa.

No que tange à comercialização de biodiesel, em 1º de janeiro de 2022 teve início o novo modelo de comercialização em substituição aos leilões públicos, o qual foi regulamentado pela ANP.

Convém também destacar a Resolução CNPE 12/2022 que estabeleceu o percentual de biodiesel no óleo diesel em 10% até 31.03.2023, haja vista que aumento de 10% (em vigor ao longo do ano de 2022) para 14%, conforme previsto pela Resolução CNPE 16/2018, poderia trazer riscos ao abastecimento e impacto no preço do óleo diesel B.

DESTAQUES 2022

NO ÂMBITO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO “DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO”

No setor de gás natural (Novo Mercado de Gás), a partir de janeiro, vários produtores iniciaram o suprimento de gás natural diretamente às distribuidoras de gás canalizado.

Em abril, o CNPE aprovou a Resolução nº 3/2022, que, reiterando as diretrizes anteriores para o aperfeiçoamento da política pública setorial, estabeleceu ainda diretrizes para a transição do mercado.

Em atenção às diretrizes da Nova Lei do Gás, foi realizada articulação com Estados e Distrito Federal para a harmonização regulatória e o aperfeiçoamento das normas atinentes à indústria do gás natural.

Foi discutida, com os agentes da indústria do gás natural, uma proposta de adequação tributária para negociação de gás natural em um mercado virtual, no âmbito da Iniciativa Mercado Minas e Energia (IMME), com o objetivo de reduzir a burocracia, a ineficiência alocativa e o contencioso jurídico.

Destacam-se ainda investimentos que estão sendo realizados para a ampliação do sistema de transporte, principalmente para conexão de novos terminais de GNL e UPGN, e mais expansões são esperadas para os próximos anos.

No setor de Combustíveis, foi sancionada, em março de 2022, a Lei Complementar nº 192/2022, estabelecendo que óleo diesel, biodiesel, gasolina, etanol anidro e GLP devem ter incidência única do ICMS (monofasia), com regulamentação pelos Estados e Distrito Federal. Essa Lei também define alíquotas uniformes e do tipo ad rem, ou seja, por unidade de medida, em todo o território nacional.

Em junho de 2022, os combustíveis, assim como a energia elétrica, transporte coletivo e comunicações, foram classificados como bens ou serviços essenciais pela Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo uma alíquota máxima para o ICMS incidente nessas operações.

Em julho, no conjunto de medidas voltadas para o mercado de combustíveis, é promulgada a Emenda Constitucional nº 123, que altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial tributário de competitividade para os biocombustíveis.

PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA FINS DE ENQUADRAMENTO NO REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA (LEI N° 11.488, DE 15 DE JUNHO DE 2017)

Foram aprovados [5 projetos](#), nas áreas de produção de biocombustíveis, Exploração e produção e criação de infraestrutura para produção de gás natural e combustíveis.

PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA FINS DE EMISSÃO DE DEBENTURES INCENTIVADAS (LEI N° 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011)

Foram aprovados [12 projetos](#), nas áreas de produção de biocombustíveis, criação de infraestrutura para produção, tratamento e escoamento de gás natural e criação de infraestrutura para escoamento e armazenamento de combustíveis.

DESTAQUES 2022

NO ÂMBITO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO “DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL”

DESTAQUES NO SETOR MINERAL

Houve a publicação do Decreto nº 11.108, de 29 de junho de 2022, que instituiu a Política Mineral Brasileira, definiu seus instrumentos de planejamento e criou o Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM, órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes com vistas ao desenvolvimento do setor mineral brasileiro. Observando a nova sistemática de planejamento estabelecida pelo Decreto, uma das prioridades adotadas em 2022 foi elaborado o Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050), instrumento que norteará as políticas de longo prazo para o setor. Para dar início à operacionalização do PNM 2050, e considerando um horizonte de menor prazo, além da publicação do PNM, em 2023 será elaborado o Plano de Metas e Ações 2024-2028.



Destacam-se, também, a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos (Pró-Minerais Estratégicos) e o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 (PNF). A Política Pró-Minerais Estratégicos foi estabelecida pelo Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021, para priorizar esforços governamentais para a implantação de projetos de minerais estratégicos relevantes.

Em 2021 e 2022, foram habilitados 19 projetos, com previsão de investimentos de R\$50 bilhões, além de um potencial de geração de mais de 70 mil empregos. O PNF foi instituído pelo Decreto nº 10.991, de 11 de março de 2022. O instrumento visa aumentar a produção nacional e reduzir a dependência de importações de insumos e fertilizantes tradicionais NPK e o fortalecimento de cadeias emergentes, como remineralizadores e minerais silicáticos entre outros, para viabilizar o uso de subprodutos e resíduos da mineração como solução alternativa regionalizada aos fertilizantes convencionais.

Especificamente em relação à Mineração Artesanal e em Pequena Escala de ouro, o Ministério de Minas e Energia, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), lançou, em 17 de novembro de 2022, o projeto que visa elaborar o Plano de Ação Nacional (PAN) da Convenção de Minamata para a restrição e eliminação, quando possível, do uso do mercúrio na atividade.

A iniciativa parte do reconhecimento dos impactos significativos do uso da substância sobre a qualidade do meio ambiente, a saúde humana e as condições de preservação da floresta amazônica. O Brasil pretende apresentar o seu plano de ação até 2025 como uma medida essencial para a proteção da saúde da população e do meio ambiente, com especial enfoque em alternativas técnicas ao uso do mercúrio, e não apenas como o simples cumprimento formal de uma obrigação assumida pelo país.

Para saber mais sobre destaque no setor Mineral, acesse o Portal de Processos Minerários em:

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/monitoramento-de-processos-minerarios>



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Panorama da estrutura
organizacional do Ministério e suas
relações com órgãos e entidades
externas.

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O MINISTÉRIO E AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE ATUA

O Ministério de Minas e Energia atua no planejamento, na formulação, na avaliação e na implementação de políticas públicas para o setor energético – contemplando atividades que incluem desde ações relativas às fontes primárias de energia até os segmentos de geração/produção e suprimento de energia elétrica, petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis – , assim como para o setor mineral, incluindo mineração, geologia e transformação mineral. De forma articulada com as suas organizações vinculadas, o MME conduz processos que visam assegurar o equilíbrio dinâmico e efetivos desses segmentos e o desenvolvimento setorial.

Os setores energético e mineral são essenciais para o País, posto que supridores de insumos, produtos e serviços que alavancam desenvolvimento econômico e social, com a geração de empregos e renda, estimulam a indústria, o comércio, o setor de serviços, impulsionando a economia, o atendimento a interesses públicos essenciais, como também envolvem o “manejo” de riquezas naturais de primeira grandeza que conferem singularidade ao Brasil no cenário internacional e podem criar diferencial econômico e vantagens competitivas.

Plenamente evidenciada a importância desses setores para o Brasil, a cadeia de valores do MME (missão, visão, valores), as suas dimensões e objetivos estratégicos se alinharam ao compromisso inarredável de promover desenvolvimento sustentável no âmbito desses segmentos em consonância com as diretrizes e o planejamento governamentais, apesar das dificuldades enfrentadas ao longo de 2021.

DIPLOMAS LEGAIS

OS DIPLOMAS LEGAIS DIRECIONADORES DA ATUAÇÃO DO MME E A SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PODEM SER ACESSADOS NOS SEGUINTES ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:



ATUAÇÃO DO MME:
[LEI Nº 13.844/2019](#)



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:
[DECRETO Nº 9.675/2019](#)

Os esforços de trabalho foram dirigidos para assegurar a plena execução das ações inerentes ao PPA, o cumprimento efetivo do ordenamento dos eixos inerentes ao planos setoriais, assim como ênfase na execução da agenda de projetos prioritários, de modo a garantir o aproveitamento ótimo dos nossos recursos, transformando – com sustentabilidade – riquezas naturais em entregas à sociedade e ao País.

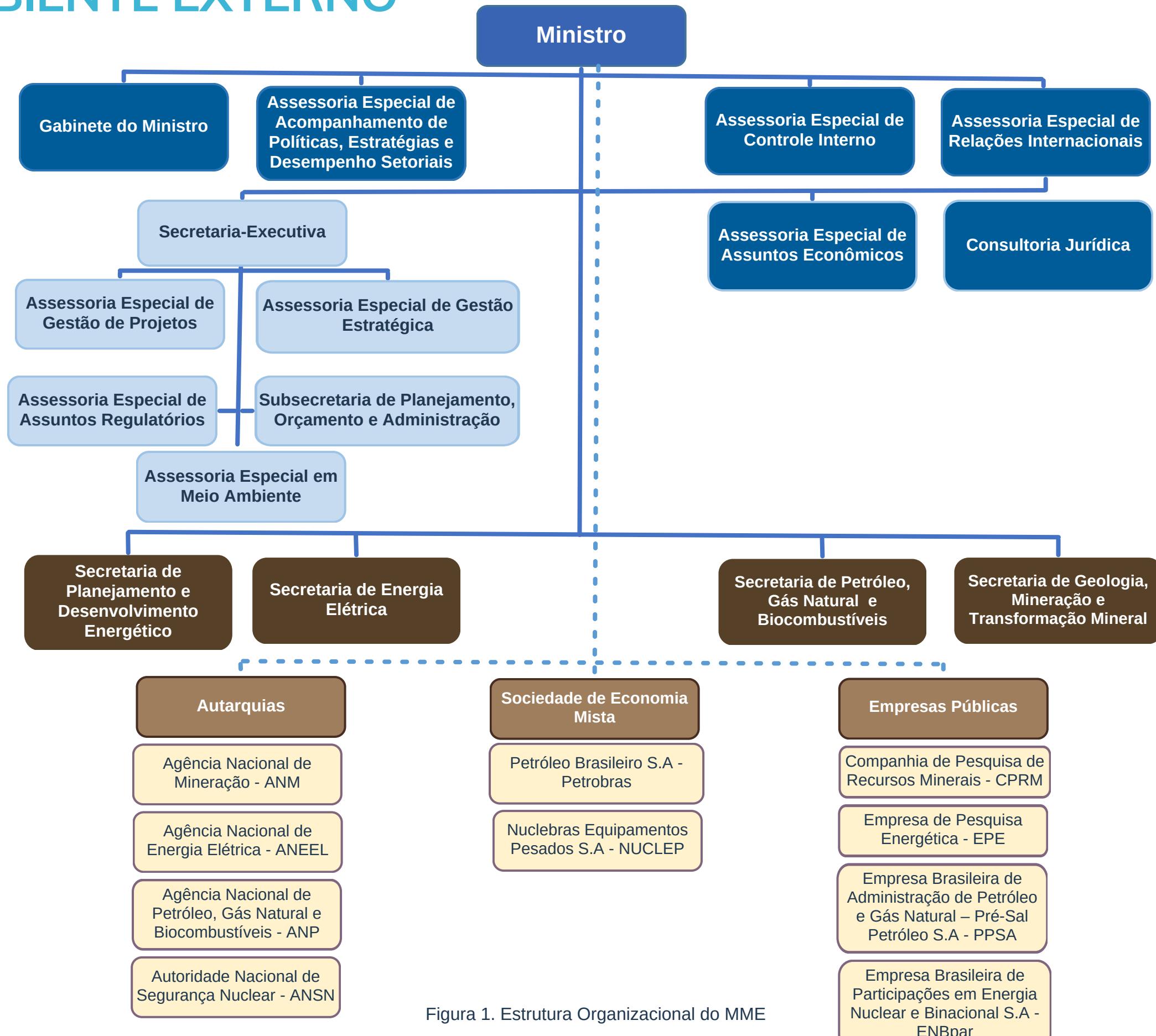
Note-se que a Assessoria Especial de Meio Ambiente AESA, órgão do MME, no desenvolvimento de suas competências, realiza a articulação junto aos concessionários, os agentes interessados, órgãos ambientais e demais instituições envolvidas no processo de licenciamento ambiental, bem como participa do desenvolvimento de políticas públicas e da proposição/avaliação de atos normativos, com influência sobre os setores elétrico, mineral, de petróleo e de gás natural.

Manter o contínuo desenvolvimento dos mercados setoriais exigiu e exige do Ministério zelar por segurança jurídica, estabilidade e confiabilidade, promover a qualidade do desempenho estatal nesses setores, assim como dos demais agentes, e, mais ainda, construir um ambiente atrativo para os investimentos privados, de modo a possibilitar avanços efetivos na consolidação de novos e sucessivos projetos e empreendimentos, que efetivamente contribuam para elevar o País ao patamar de desenvolvimento que lhe cabe e para o pleno atendimento das demandas da sociedade.

- **MISSÃO INSTITUCIONAL:** “Formular e Assegurar a Execução de Políticas Públicas para a Gestão Sustentável dos Recursos Minerais e Energéticos, inclusive nucleares, contribuindo para o Desenvolvimento Socioeconômico de todo o País.”
- **A VISÃO DE FUTURO:** concentra-se em “Ser Agente Eficaz na formulação de Políticas Públicas e na Governança dos Setores de Energia e Mineração”.
- **OS VALORES:** que orientam a gestão estratégica do MME são os seguintes: “Ética – Integridade - Inovação - Responsabilidade Ambiental - Previsibilidade - Transparéncia - Segurança Jurídica - Valorização das Pessoas”. Também nesse sentido, o MME vem buscando contínuo alinhamento das dimensões estratégicas inerentes às Políticas Setoriais – contempladas no seu Planejamento Estratégico – com a implementação de ações pertinentes por suas empresas vinculadas. Em dezembro de 2021, mais uma vez o Ministério realizou novo encontro com as organizações vinculadas para esta finalidade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MME

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:
[DECRETO Nº 9.675/2019](#)

DECRETO Nº 9.675/2019

Subordinação
Vinculação

Figura 1. Estrutura Organizacional do MME

GOVERNANÇA E MODELO DE NEGÓCIOS

Descrição dos mecanismos de controle do órgão e como ele gera valor para a sociedade

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



GOVERNANÇA E MODELO DE NEGÓCIOS

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A elaboração do Relatório de Gestão Integrado do MME reúne os principais temas inerentes às competências que lhe são afetas, as políticas públicas setoriais e o enfoque estratégico da atuação. A organização básica dos conteúdos segue as diretrizes do Tribunal de Contas da União para a prestação de contas integradas.

A elaboração dos conteúdos tem início descentralizadamente, considerando a participação das várias áreas do Ministério de atividades – finalísticas e meio -, de acordo com as competências que lhes são próprias. Portanto, os Órgãos e Unidades do MME são corresponsáveis pela fidedignidade e qualidade dos dados e informações reunidos nesse Relatório.

Diante da diversidade e extensão dos temas de responsabilidade do MME e de acordo com as orientações do TCU, o relatório foi elaborado enfocando as principais realizações do ano de 2022 possibilitando prestar contas, efetivamente, a todas as partes interessadas nos setores de atividades do MME, aos órgãos dos demais poderes, nas três esferas do governo, e ao conjunto da sociedade.

A deliberação quanto a pertinência e a qualidade dos conteúdos é determinada em ciclos sucessivos, considerando o conjunto de gestores em diferentes níveis da hierarquia até chegar ao nível da alta administração.

O Ministério conta, ainda, com vários outros colegiados que cuidam da governança de segmentos finalísticos em temas da maior relevância, a exemplo do Comitê de Monitoramento Setorial – CMSE, a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP, o Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE, o Comitê Técnico de Segurança de Barragens de Mineração – CTBMin, Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural - CMGN, cujas atuações reforçam a dimensão da governança centrada nas melhorias de desempenho e qualidade dos resultados.

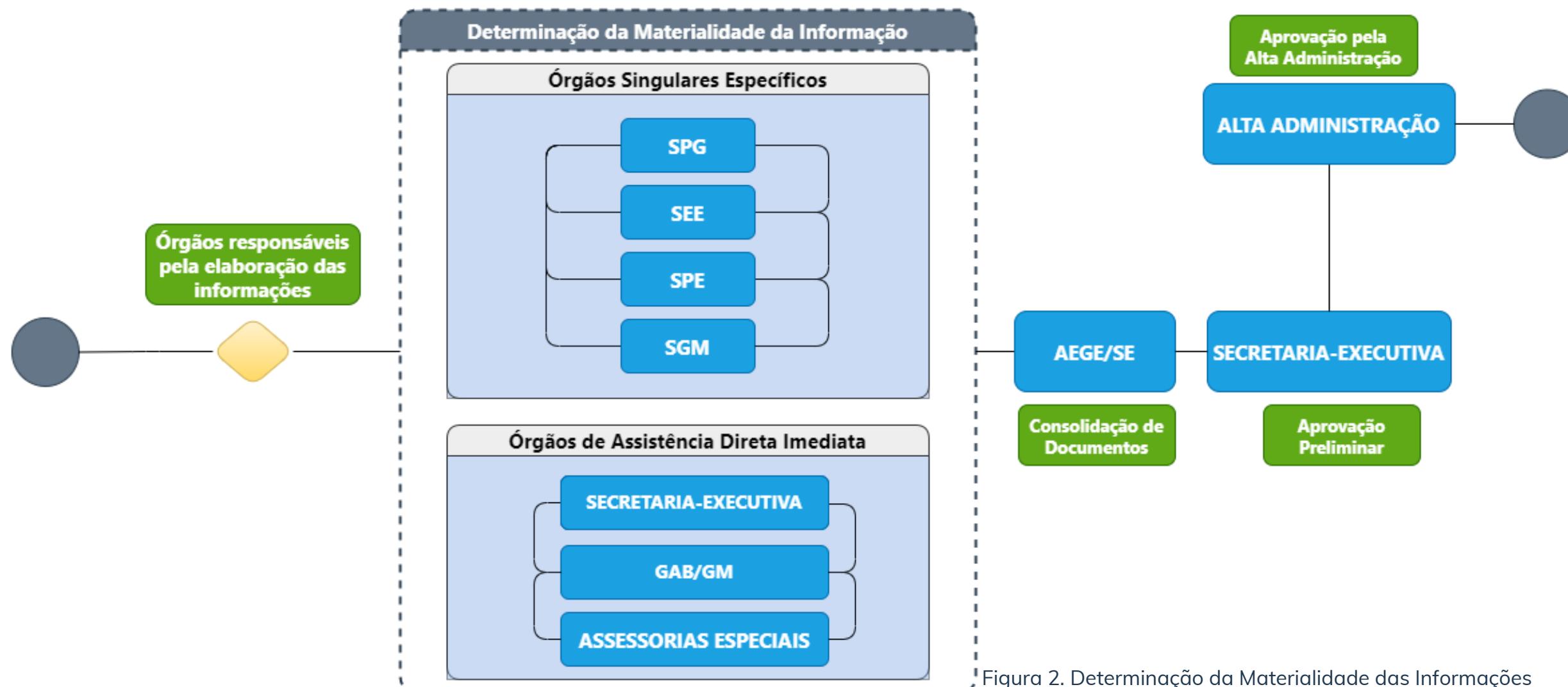
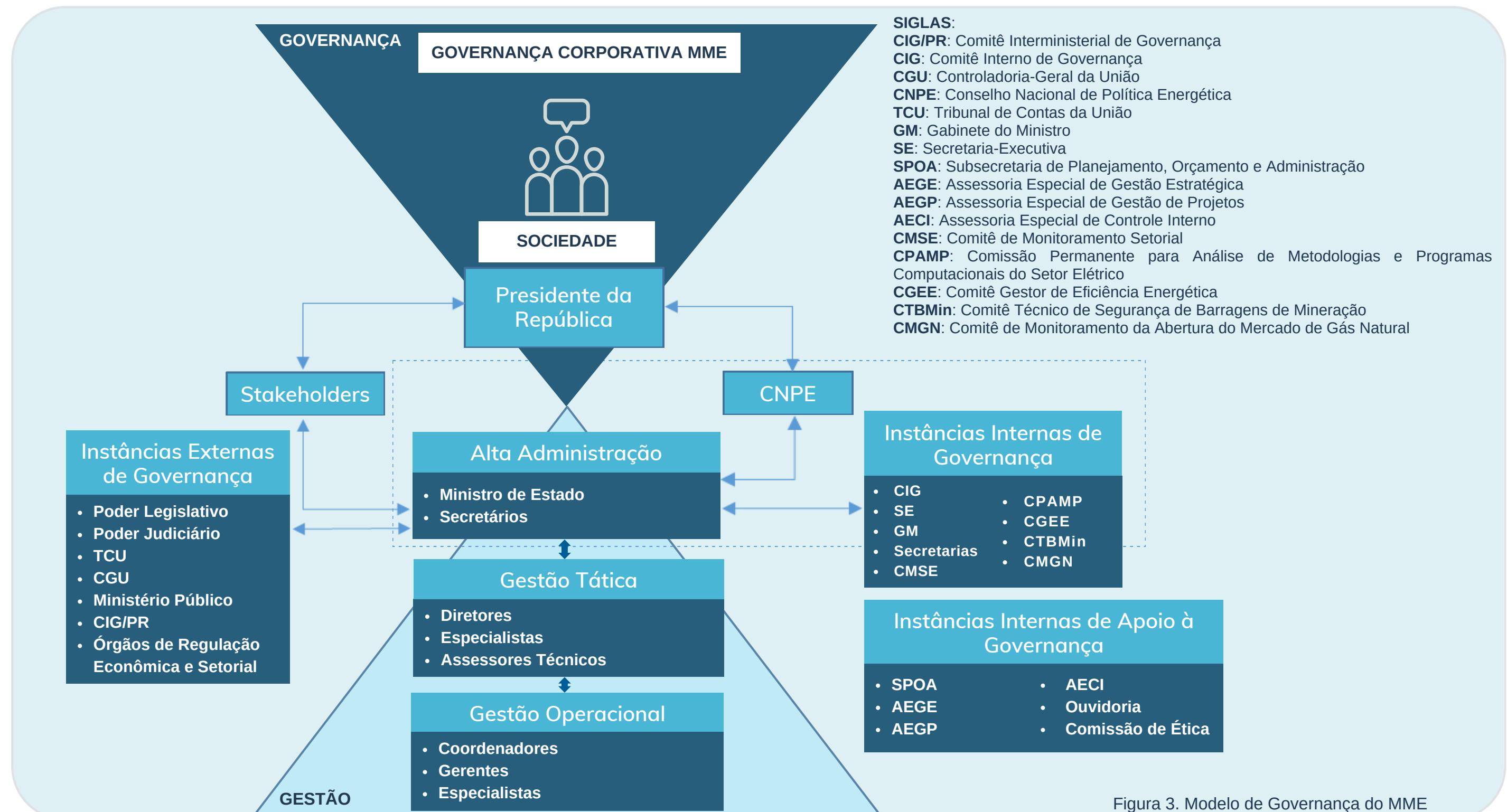


Figura 2. Determinação da Materialidade das Informações

GOVERNANÇA E MODELO DE NEGÓCIOS

MODELO DE GOVERNANÇA DO MME

Governança Pública é definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Cada vez mais a sociedade tem demandado dos governantes racionalização dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, estabilidade monetária e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. A boa governança nas organizações públicas contribui para a superação desses desafios.



São princípios da governança pública, conforme o art. 3º do Decreto 9.203/2017: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência. O modelo de governança Corporativa do Ministério de Minas e Energia, representado ao lado, apresenta os diversos atores envolvidos nas funções de governança e gestão e como eles se relacionam. Tem como base as referências de melhores práticas, incluindo o Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.

Figura 3. Modelo de Governança do MME

GOVERNANÇA E MODELO DE NEGÓCIOS

MODELO DE GOVERNANÇA DO MME

Na formulação de políticas públicas setoriais de iniciativa do Poder Executivo, O MME parte de estudos e concepções iniciais desenvolvidos por suas Secretarias finalísticas e organizações vinculadas, que têm como referências as demandas sociais e de mercado – posteriormente submetidos às instâncias competentes para deliberação – e suas ações se estendem até o monitoramento da implementação das políticas públicas formuladas. Nesse contexto, é de suma importância a atuação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, colegiado de assessoramento ao Senhor Presidente da República que, entre outras competências, reúne políticas transversais das quais emanam diretrizes e proposições de políticas inerentes aos segmentos de energia que, pela pluralidade da composição do CNPE, ganham qualidade de conteúdo e permitem enfoques mais aprimorados para a consolidação das Políticas Públicas.

Quanto à estratégica concertação entre “órgãos e entidades”, com foco na governança pública, o MME busca acentuar de modo mais abrangente e efetivo a sua interação interorganizacional – com organizações que detém competências convergentes e complementares – para enriquecer qualitativamente os processos de concepção e formulação de políticas, programas e estruturação de projetos, envolvendo, em especial, as Empresas Públicas, Estatais e Agências Reguladoras que lhe são vinculadas. Neste sentido, a busca é pelo exercício de dar coerência entre “interesse público x políticas públicas e regulação”.

Já em relação às “atividades intraorganizacionais”, a governança corporativa adota o princípio da descentralização orgânica, na qual suas Unidades/Secretarias são responsáveis pela gestão dos objetivos estratégicos que lhes são inerentes, incluindo coordenação, gerenciamento e supervisão com foco no acompanhamento dos indicadores de desempenho dos processos e projetos. Esta descentralização é monitorada por meio de agenda semanal de coordenação, conduzida pela Secretari-Executiva (SE) do MME. Além disto, em instância superior de governança todas as pautas relevantes são, periodicamente, submetidas ao Comitê Interno de Governança do Ministério.



GOVERNANÇA E MODELO DE NEGÓCIOS

MODELO DE NEGÓCIOS DO MME

Na concepção do seu modelo de negócios, o Ministério tem como prioridade o atendimento ao interesse coletivo, em todos os resultados concretizados e entregues, visando o alcance de todos os segmentos da sociedade, com garantia de oferta perene, suprimento com qualidade, acessibilidade e justeza de tarifas e preços.

Outra preocupação central, concomitante com a garantia do adequado abastecimento dos respectivos mercados, buscando contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País, diz respeito ao compromisso com a sustentabilidade no manejo dos recursos naturais, tão ricos e abundantes no Brasil, mas também finitos, que são patrimônio das gerações presentes e é imperioso garantir que sejam herança para as gerações futuras.

RECURSOS	PROCESSOS	PRODUTOS RESULTADOS	PARTES INTERESSADAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas • Conhecimentos • Habilidades • Capital intelectual • Equipes setoriais • “Time” MME 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações interinstitucionais • Identificação de demandas socioeconômicas • Acompanhamento dos mercados setoriais • Relação com agentes setoriais • Consultas públicas Setoriais • Consultas públicas amplas 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas e diretrizes para os setores de energia e mineração • Planos Nacionais (PNE, PDE, PNM e PPA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade • Governo Federal • Congresso Nacional • Poder Judiciário • Órgãos de controle • Entes federativos 	Outra dimensão inerente ao modelo de negócios, diz respeito ao desenvolvimento e consolidação de mercados setoriais, nos quais não só a participação estatal promova melhor desempenho e concentração no que é papel do Estado, assim como que a atuação de agentes privados avance em termos de participação na iniciativa de novos projetos e empreendimentos que agreguem crescimento e desenvolvimento econômico e social. A harmonização da multiplicidade de agentes setoriais deve buscar oportunidades atrativas de investimentos, competitividade efetiva, regulação, fiscalização e monitoramento alinhados ao interesse nacional. Os setores energético e mineral são fontes de notáveis possibilidades para aporte de investimentos, inserção de novas tecnologias, atrativa remuneração de capitais e oportunidades significativas de contribuir para a construção de uma realidade compatível com o potencial desenvolvimento do país. Os valores a serem gerados devem maximizar o atendimento das expectativas e demandas das partes interessadas, ampliar o universo de destinatários dos serviços públicos, contribuir efetivamente para o desenvolvimento do País e melhor qualidade de vida para todas as camadas sociais.
<ul style="list-style-type: none"> • Ativos físicos • Infraestrutura • Tecnologias • Sistemas corporativos • Orçamento/finanças 	<ul style="list-style-type: none"> • Governança corporativa • Planejamento estratégico • Gestão da estratégia • Desenvolvimento e gestão de projetos prioritários • Concepção e promoção de leilões setoriais • Estudos setoriais 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de implantação de suas políticas • Garantia jurídica • Estabilidade regulatória • Acessibilidade aos serviços públicos setoriais • Desenvolvimento contínuo dos setores de energia e mineração 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas comerciais e de serviços • Indústrias - fábricas • Agências reguladoras • Agentes setoriais • Organizações afins (ONS e CCEE) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Ativos físicos • Infraestrutura • Tecnologias • Sistemas corporativos • Orçamento/finanças 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção e proposição de políticas públicas • Monitoramento da implementação de políticas • Elaboração e acompanhamento dos planos setoriais • Acompanhamento da agenda de sustentabilidade • Supervisão ministerial e setorial 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de projetos e empreendimentos estratégicos • Ampliação da geração, da transmissão e distribuição de energia elétrica • Desenvolvimento mineral • Desenvolvimento dos mercados de petróleo, gás natural e biocombustíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Investidores e financiadores • Parceiros internacionais • Comunidade Científica • Instituições técnicas • Universidades • Instituições públicas e privadas afins • Órgãos ambientais 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização setorial • Construção de acordos e parcerias • Processos de aperfeiçoamentos sistêmicos do SEB • Ampliação de oportunidades de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Suprimento de produtos e serviços, em nível nacional, nos setores energético – inclusive energia nuclear – e mineral • Universalização de serviços • Geração de empregos e renda • Contribuição para a arrecadação federal, estadual e municipal • Desenvolvimento sustentável 		

Figura 4. Painel do modelo de negócios do MME
(Fonte: MME, 2022)

CADEIA DE VALOR DO MME

As principais diretrizes que norteiam a
atuação do MME

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



CADEIA DE VALOR DO MME

A definição da “Cadeia de Valor do MME” tem como base a conjugação de estratégias, objetivos, diretrizes, atividades e processos necessários para gerar produtos e serviços que representem atendimento efetivo às demandas e necessidades de interesse coletivo e demais segmentos de públicos-alvo, que possam representar entregas com valor agregado, mudanças positivas de condições vigentes e melhorias setoriais contínuas.

Para definir essa contextualização buscam-se os seguintes enfoques:

- Identificar quais são os públicos-alvo;
- Quais valores a serem entregues aos públicos-alvo; e
- Os produtos/serviços oferecidos aos segmentos dos públicos-alvo.



No tocante aos públicos-alvo, têm-se:

- A sociedade;
- Mercados setoriais;
- Mercado Internacional;
- Investidores em infraestruturas de energia e de mineração;
- Investidores e financiadores de setores de interesse afins;
- Fomentadores de desenvolvimento Energético e Mineral;
- Empresas públicas e privadas, consumidores de energia, de recursos energéticos e minerais;
- Agentes setoriais (concessionários, permissionários, autorizados, empreendedores), empresas públicas, agências reguladoras, agentes operacionais; e
- Países vizinhos interessados em cooperação bilateral ou multilateral.

Quanto a valores e produtos entregues, tem-se como focos:

- Entregas e relacionamento com a sociedade;
- Formulação das Políticas Públicas sobre Energia Elétrica, Petróleo,
- Gás, Biocombustíveis, Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Formulação de diretrizes para a área de energia, inclusive nuclear, pelo CNPE;
- Desenvolvimento sustentável;
- Segurança jurídica;
- Justeza tarifária;
- Acompanhamento das demandas de responsabilidade das empresas estatais, na execução de políticas públicas setoriais;
- Supervisão ministerial em relação às organizações vinculadas;
- Entregas à Presidência da República;
- Entregas aos Poderes Legislativo e Judiciário;
- Relacionamento com entes federativos;
- Melhorias sistêmicas nos setores energético e mineral.

CADEIA DE VALOR DO MME

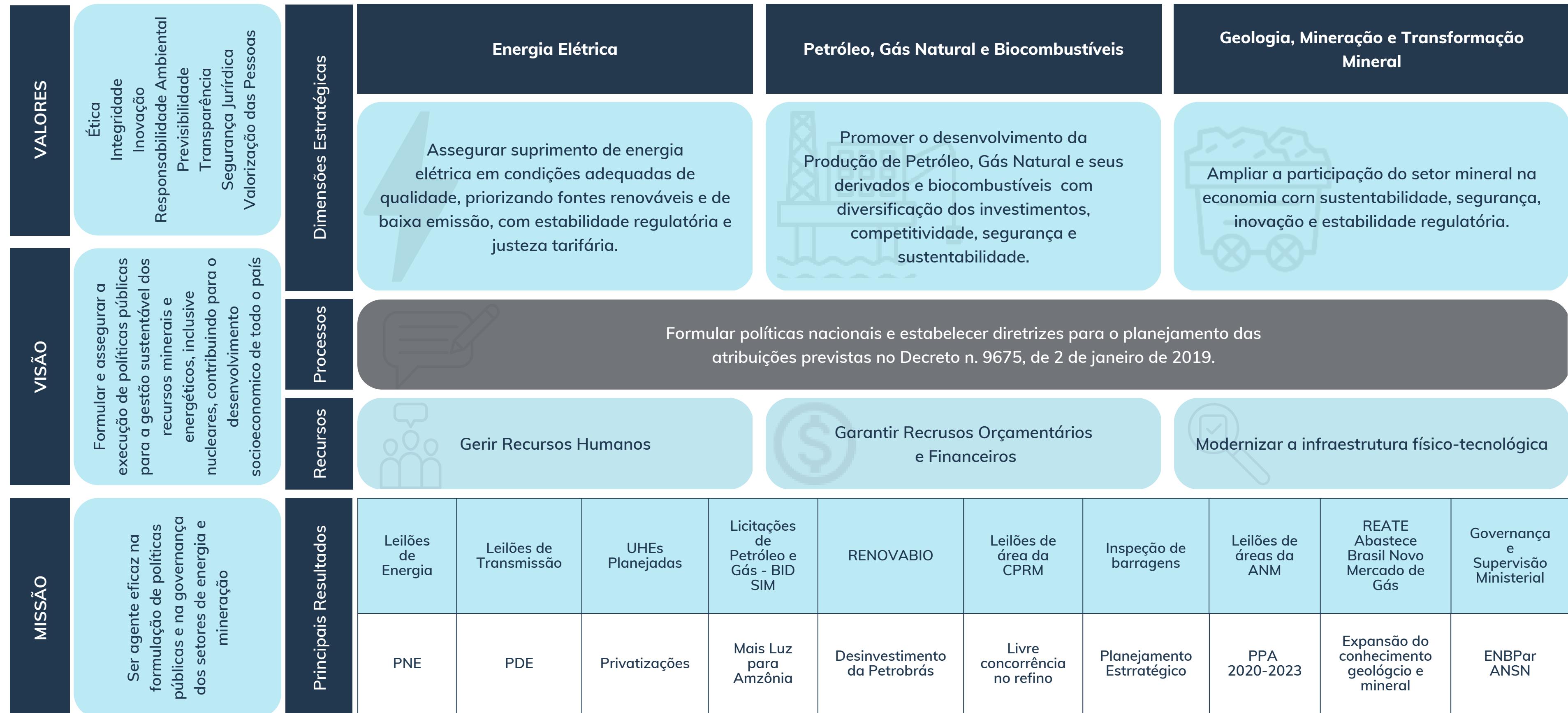


Figura 5 . Cadeia de Valor do MME

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Descrição e panorama do
Planejamento Estratégico em 2022

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

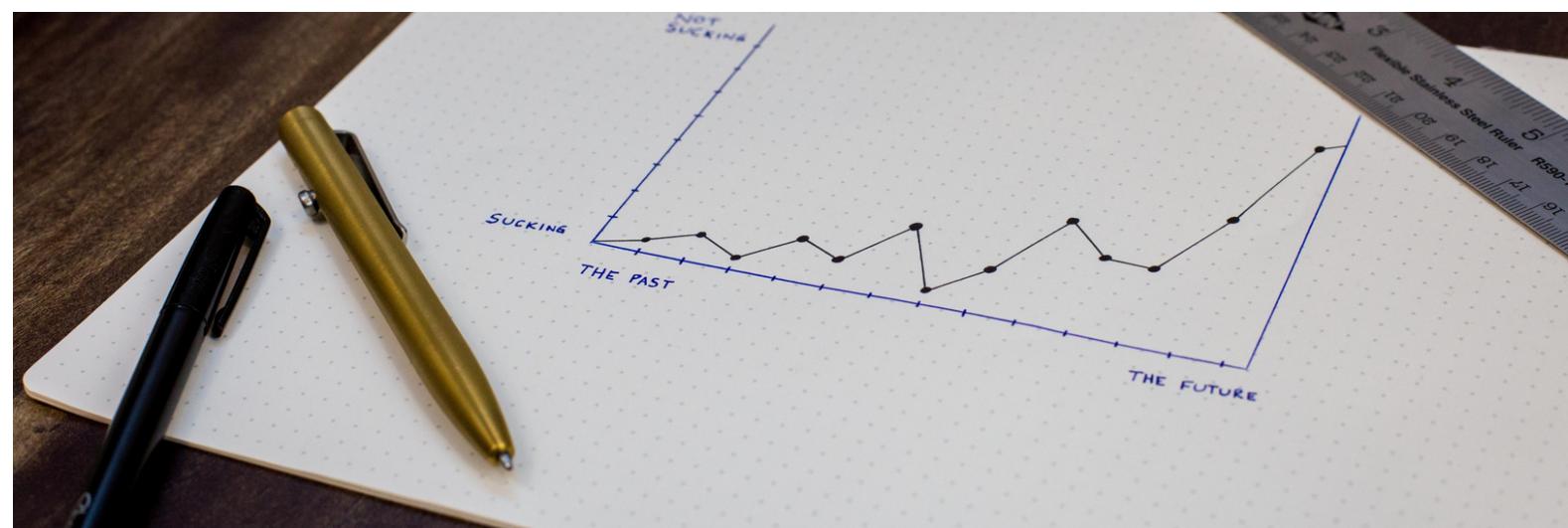
CONTEXTUALIZAÇÃO

A condução e o gerenciamento do Planejamento Estratégico do MME inclui a realização dos ciclos de Reuniões de Avaliação Operacional - RAO e – em nível estratégico – é tema de todas as reuniões do Comitê Interno de Governança (CIG), ou seja, envolve todos os níveis de direção e gerência – estratégico, tático e, na operação do seu sistema informatizado, também o nível técnico.

No âmbito do CIG, o Planejamento Estratégico é objeto de avaliações e tomada de decisões inerentes aos estágios de evolução dos objetivos estratégicos, metas e indicadores, bem como necessidades de aperfeiçoamentos e ajustes de desempenho.

No âmbito do MME, as mencionadas redefinições e aperfeiçoamentos do PE, sempre mantendo o foco na prevalência do interesse público, recepcionam a eleição de prioridades e, obviamente, exigem das Secretarias Finalísticas um reordenamento da formalização pertinente, a definição de temas estratégicos, de indicadores, responsáveis por entregas, monitoramento, divulgação e interação dos resultados com o público-alvo do MME, conforme vem sendo construído nas várias e gradativas fases de atualização.

Nesse contexto, assegura-se plena harmonia entre as políticas desenvolvidas no Ministério – para os ambientes externo e interno – o Planejamento Estratégico com os respectivos objetivos organizacionais, o PPA e os planos setoriais, para o período considerado.



Na atual fase do Planejamento Estratégico MME (2020-2023), estão consolidados e sendo gerenciados:

15 Projetos Estratégicos, dos quais oito foram concluídos:

- Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (BidSIM)
- Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos – Promar
- Leilão de Energia Existente A-1 2022
- Leilão de Energia Existente A-2 2021
- Leilão de Energia Existente A-1 2021
- Leilão de Energia Existente A-4 2021
- Leilão de Energia Existente A-5 2021
- Leilão de Energia Existente A-1 2020

**18 Indicadores
Estratégicos**

**80 Metas de Desempenho
Institucional**

**17 Resultados
Intermediários**

**54 Ações Estratégicas e
Projetos Prioritários**

O atual conjunto de elementos inerentes ao Planejamento Estratégico deverão ser revistos e alinhados ao Plano Plurianual 2024-2027, tendo em vista o encerramento do ciclo 2020-2023.

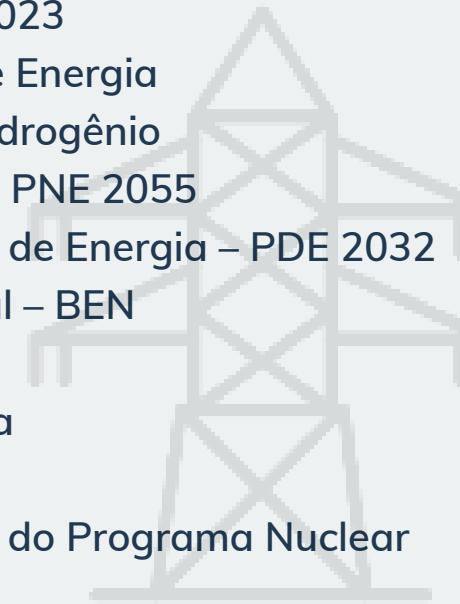
MAPA ESTRATÉGICO DO MME 2020-2023



Figura 6. MAPA ESTRATÉGICO DO MME 2020-2023

POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DO MME

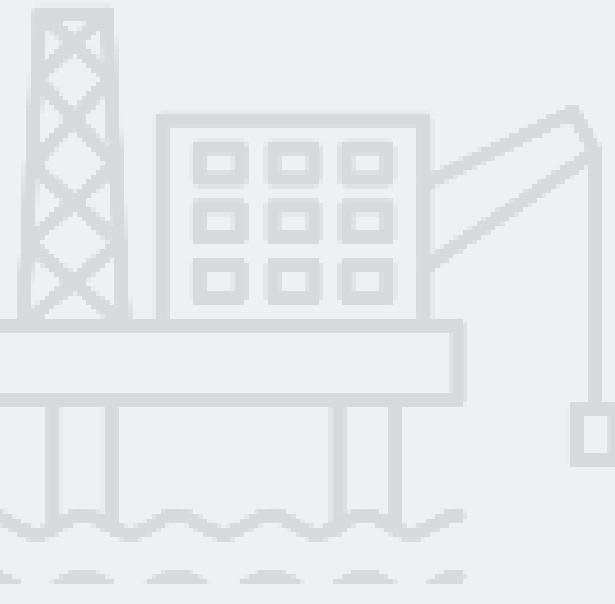
Energia Elétrica

- Leilões de Energia Existente A-1 e A-2
 - Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG)
 - Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
 - Plano de Recuperação de Reservatórios (PRR)
 - Diretrizes para Importação e Exportação de Energia Elétrica
 - Linhão Manaus Boa Vista
 - Leilões de Energia Nova
 - Leilão de Margem de Escoamento
 - Leilões para contratação das termelétricas
 - Leilões de sistemas isolados
 - Leilões de transmissão de 2023
 - Importação e Exportação de Energia
 - Plano de Ação Trienal de Hidrogênio
 - Plano Nacional de Energia – PNE 2055
 - Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2032
 - Balanço Energético Nacional – BEN
 - UHEs planejadas
 - Concessão da UHE Tabajara
 - UTN Angra 3
 - Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro - CDPNB
- 

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Formular políticas e viabilizar medidas para assegurar o atendimento pleno das necessidades inerentes ao suprimento de recursos energéticos.

Petróleo e Gás

- Rodadas de Licitações para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Naturala
 - Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres – REATE 2020 – 2ª Fase
 - Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos – PROMAR
 - Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS
 - Grupos Técnicos de Oferta de Áreas e de Licenciamento Ambiental
 - Novo Mercado de Gás
 - Acompanhamento das ações indicadas pelo CNPE como prioritárias à ANP (agenda regulatória)
 - Programa Combustível do Futuro
- 

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Formular políticas e viabilizar medidas para assegurar o atendimento pleno das necessidades inerentes ao suprimento de recursos energéticos.

Mineração

- Leilões de áreas da CPRM
 - Disponibilidade de áreas da ANM
 - Programa Garimpo Legal -ANM
 - Aprimorar segurança de barragens
 - Fortalecimento da ANM
 - Lavra Garimpeira
 - PRÓ-MAPE
 - Iniciativa IMME
 - Rede de Financiamento / InvestMining
 - Minérios Nucleares
 - Nióbio
 - Minerais para inovações tecnológicas
 - Pró-Minerais estratégicos
 - Remineralizadores
 - Mapeamento e diagnóstico do setor mineral
 - Acordo de Cooperação Técnica SGM-ANM-CPRM
 - Programa Mineração e Desenvolvimento –PMD
 - Conselho Nacional de Política Mineral
 - Plano Nacional de Mineração –PNM 2050
 - Política de Inovação do Setor Mineral
- 

Figura 7. Ações Estratégicas e Projetos Prioritários

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Formular políticas para ampliar a participação das atividades relativas ao emprego de recursos minerais no desenvolvimento econômico social, com segurança e sustentabilidade.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Ações e campanhas do Ministério
na gestão de riscos

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS NO MME

A gestão de riscos, no Ministério, vem sendo desenvolvida gradativamente, envolvendo disseminação do tema, aprendizado, guias orientativos, trabalhos específicos com as áreas do Ministério, até consolidar abordagens incluindo três dimensões de riscos: institucionais, sistêmicos e riscos à integridade.

No exercício de 2022 foram realizados três ciclos de revisão dos mapeamentos de riscos junto às áreas “proprietárias” dos riscos. Nesses ciclos a metodologia inclui: a identificação dos Riscos; a avaliação dos riscos (fatores envolvidos, probabilidade, impacto); o tratamento dos Riscos (controles e mitigação); e o monitoramento dos Riscos. As Matrizes de Riscos do MME são consolidadas a partir de “submatrizes” originadas nas áreas do MME, com todos estes elementos.

Outras informações sobre o tema gestão de riscos podem ser acessadas no sítio do MME em:

<https://www.gov.br/mme/pt-br/acesso-a-informacao/governanca-publica/planejamento-estrategico/gestao-de-riscos>

No processo de gerenciamento de riscos, foram identificados riscos que podem impactar os objetivos estratégicos do Ministério de Minas e Energia. Entre os principais riscos identificados, destacamos:

Principais Riscos		Mitigação
	Risco de redução abrupta do consumo de Energia no país todo em função de evento inesperado.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecer Comitê de Crise, se for o caso. ○ Reunir instâncias e colegiados competentes. ○ Negociar soluções para a continuidade do fluxo de pagamentos; ○ Avaliar continuamente o impacto e abrangência do evento.
	Restrições ou interrupções no fluxo de importação de combustíveis nos quais o país apresenta dependência externa.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecer Comitê de Crise, se for o caso ○ Realizar monitoramento do mercado; ○ Avaliar medidas de incentivo à importação de combustível junto ao ME.
	Falha da segurança de estruturas de mineração	<ul style="list-style-type: none"> ○ Monitorar os indicadores de segurança das estruturas de mineração; ○ Acompanhar as campanhas de vistorias de estruturas de mineração; ○ Aprimorar os padrões de segurança das estruturas de mineração; ○ Fortalecimento das equipes de fiscalização das estruturas de mineração.
	Derramamento de petróleo ou derivados em áreas populadas - Com probabilidade de comprometimentos graves.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecer Comitê de Crise; ○ Reunir instâncias e colegiados competentes. ○ Estabelecer painel de acompanhamento do desabastecimento; ○ Estabelecer força-tarefa de contenção do vazamento; ○ Estabelecer exigências de abastecimento de água à população local pela empresa responsável; ○ Contratar plano de despoluição de água, em conjunto com Ministério do Meio Ambiente; ○ Criar rede colaborativa junto a hospitais federais e municipais dos municípios limítrofes;
	Risco de afluências muito abaixo da média (risco hidrológico).	<ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar reuniões técnicas – semanais – do CMSE para acompanhamento de soluções necessárias; ○ Delinear ações emergenciais, se for o caso, a exemplo de despachar as usinas termelétricas fora da ordem de mérito; ○ Avaliar junto com a ANA a flexibilização de regras de usos múltiplos da água; ○ Avaliar disponibilidade das usinas termelétricas (por questões de pronto funcionamento ou de combustível)
	Risco de comprometimento no fornecimento de Gás Natural	<ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecer comitê de Crise. ○ Buscar em conjunto com o importador alternativas de suprimento. ○ Formar coletiva de imprensa conjunta com os agentes de Governo. ○ Em caso de interrupção de suprimentos estrangeiros, verificar junto ao Itamaraty a aplicação do princípio da reciprocidade diplomática, visando otimizar a solução da questão

Figura 8. Principais Riscos

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS À INTEGRIDADE

A gestão de riscos à integridade é acompanhada de outras ações que visam a contínua promoção da integridade, que deve ser responsabilidade de todos, desde a mais alta autoridade, demais dirigentes e servidores.

O gerenciamento contínuo dos riscos à integridade é um dos fundamentos que torna o Programa de Integridade do MME sustentável, a partir da prevenção, detecção, punição e remediação de eventos que confrontem ou ameacem os princípios éticos; e do monitoramento de controles internos que auxiliem no alcance dos objetivos do Ministério, preservando sua boa imagem e a confiança da sociedade na sua atuação.

Nesse sentido, a Pasta mantém instâncias competentes e trabalhos contínuos com o enfoque em prevenir ocorrências que possam representar qualquer risco à integridade, conforme apresentado a seguir.

MEDIDAS PERMANENTES E CÍCLICAS AO LONGO DO EXERCÍCIO

- Manutenção de fluxo de denúncia e procedimentos pertinentes;
- Guias orientativos, normativos e código de ética próprio;
- Publicização dos currículos de ocupantes de cargos de natureza especial e de níveis 4, 5 e 6;
- Atuação da Comissão Setorial de Ética;
- Atuação da Ouvidoria-Geral, em diversos contextos: reclamações, sugestões, demandas, denúncias (em atendimentos via Fala.BR, de balcão, telefônico, etc.);
- Atuação do Serviço de Informação ao Cidadão;
- Definição de perfis profissionais para provimento de cargos comissionados de níveis 5 e 6 e demais critérios pertinentes às nomeações para outros níveis hierárquicos;
- Trabalhos de coordenação com as diversas áreas do MME em torno de conhecimentos e práticas de gestão de riscos e integridade;
- Participação pública em temas relevantes, por meio de consultas públicas;
- Disponibilização no site do Ministério das agendas dos dirigentes;
- Mapeamento e atualização de riscos à integridade, medidas de mitigação em relação a processos de trabalho que possam ser susceptíveis a riscos;

- Verificação, nos atos de admissão e em situações específicas, sobre eventual situação de nepotismo, conflito de interesse ou acumulação de cargos públicos;
- Monitoramento da apresentação da Declaração Confidencial de Informações – DCI, por ocasião de nomeações e outras situações que o exijam;
- Normativo com definição de rito para o atendimento, em audiências, a agentes privados;
- Inventário anual de dados e informações junto a dirigentes e servidores para apurar eventuais situações de nepotismo, conflito de interesses e acumulação de cargos, de modo a coibir qualquer ocorrência;
- Aprimoramentos contínuos na gestão de contratos administrativos;
- Apoio integral da alta administração contra qualquer situação que possa representar qualquer forma de pressão, abuso de poder ou qualquer tipo de assédio;
- Trabalhos periódicos para a disseminação do conhecimento, das orientações institucionais e das práticas de gestão de riscos, ética e integridade;
- Ação efetiva na promoção de transparência ativa e passiva;
- Concepção e disponibilização, na página do MME, de conteúdos sobre gestão de riscos, ética e integridade – visando acesso contínuo de todos os públicos;
- Campanha de Promoção da Integridade.



Figura 9. Imagem parte da campanha de integridade do MME

Outras informações sobre o tema integridade pública no MME podem ser acessadas no sítio da Pasta em:

<https://www.gov.br/mme/pt-br/acesso-a-informacao/governanca-publica/integridade>

ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Deliberações e atuação em consonância
com os órgãos de fiscalização e controle
competentes ao longo de 2022

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

ATUAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

À Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do MME compete, entre outras atividades: assessorar o Ministro de Estado e demais gestores/administradores de bens e recursos públicos do MME nos assuntos afetos à governança, gestão de riscos, transparência, ética e integridade; e a interlocução com os órgãos de Controle Externo e Interno de defesa do Estado. Além dessas competências, destacam-se também a orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas voltadas à melhoria dos controles internos da gestão e da governança; e a condução da rotina de monitoramento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), centralizada na AECI/MME para que as ações necessárias à sua consecução sejam deliberadas tempestivamente. Além dessas atribuições regimentais, o Chefe da AECI exerce, ainda, o papel de Autoridade de Monitoramento da LAI (Art. 40 da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação).

Balanço das Deliberações do TCU

A Figura 10 apresenta os Acórdãos direcionados ao MME nos últimos três anos, que ensejaram ações por parte dos diversos setores do Ministério. Observa-se que, no exercício de 2022, o número de Acórdãos com deliberações recebidas foi inferior em relação aos dois anos anteriores, todavia, com maior número de itens monitorados (28).

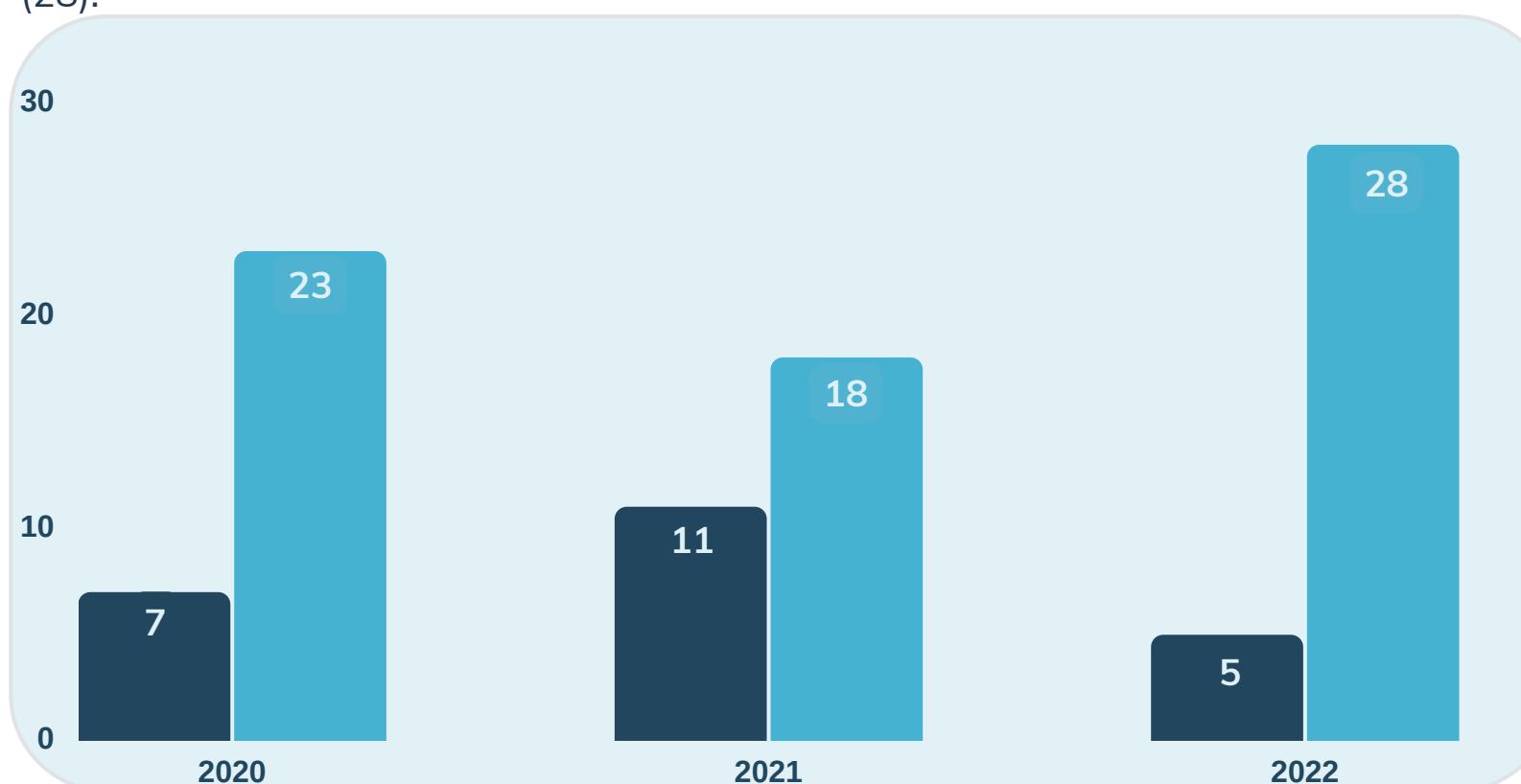


Figura 10. Balanço Deliberações / Acórdãos - AECI/MME

Balanço das Recomendações da CGU

Na Tabela 1, a seguir, está o balanço das recomendações da CGU direcionadas ao MME até 31 de dezembro de 2022. Observa-se que 22 recomendações monitoradas no exercício de 2022 foram respondidas, restando 10 recomendações para atendimento/resposta.

Das 10 recomendações remanescentes para 2023, 05 (cinco) foram resultadas dos trabalhos de Auditoria concluídos no exercício anterior, conforme destacado na Tabela 2.

Recomendações CGU (e-Aud)	Quantidade
Saldo de 2021 para 2022	03
Respondidas pelo MME até 31/12/2022	22
Novas recomendações recebidas em 2022	05
Saldo para 2023	10

Tabela 1. Recomendações CGU

Descrição/Título	Número do Relatório	Quantidade de Recomendações
Relatório de Auditoria sobre o processo de desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	821813	04
Relatório de Auditoria nº 916902 - Ministério de Minas e Energia - Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) - Impactos decorrentes da pandemia de Covid-19	916902	01

Tabela 2. Acompanhamento das Deliberações CGU

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Principais ações do Ministério
em conjunto com setores da sociedade

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ENERGÉTICO

Procel – Diretriz Estratégica de Energia Elétrica e Petróleo

As ações do Procel contribuem para o aumento da eficiência dos bens e serviços, para o desenvolvimento de hábitos e conhecimentos sobre o consumo eficiente da energia e, além disto, permitem evitar investimentos que se tornam desnecessários e, mitigando, assim, os impactos ambientais e colaborando para um Brasil mais sustentável.

Em 3 de maio de 2016, com a promulgação da Lei nº 13.280, o Procel passou a contar com uma fonte de recursos. Está prevista na Lei a definição de planos anuais de aplicação dos recursos, planos estes que são elaborados e aprovados, após processo de consulta pública, por representantes do Governo e agentes do setor energético nacional, o que dá transparência e credibilidade aos investimentos realizados.

Nesse contexto, o Procel promove ações de eficiência energética em diversos segmentos da economia, que ajudam o País a economizar energia elétrica e que geram benefícios para toda a sociedade. Com base em estimativas de mercado e aplicação de metodologias específicas de avaliação de resultados, calcula-se que, em 2021 (dados consolidados em junho de 2022*), o Procel tenha alcançado uma economia de energia de aproximadamente 22,73 bilhões de kWh. Essa energia economizada ajudou o País a evitar a liberação na atmosfera de 2,87 milhões de T CO₂, equivalentes. Isso corresponde às emissões proporcionadas durante um ano por 987 mil veículos;

Os 22,73 bilhões de kWh economizados também equivalem à energia fornecida, em um ano, por uma usina hidrelétrica com capacidade de 5.451 MW. Representam, ainda, uma economia de energia de 4,54% do consumo total de eletricidade do Brasil.

Durante um ano, a energia economizada poderia atender a 11,49 milhões de residências. Além disso, estima-se que as ações fomentadas pelo Procel tenham contribuído para uma redução de demanda na ponta de 7.508 MW. O custo anual evitado, por conta dos resultados energéticos proporcionados pelas ações do Procel no ano, foi de aproximadamente R\$ 4,261 bilhões.

O Procel também participa de uma parceria com o Ministério de Minas e Energia no âmbito do Projeto Esplanada Eficiente que visa implementar o conceito de Gestão Compartilhada de Energia com a instalação de usinas fotovoltaicas e SGE em todos os blocos.

O MME avançou na melhora da gestão energética do seu edifício. Em dezembro de 2020 foi assinado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério do Turismo (Mtur) para implantação do Sistema de Gestão de Energia (SGE) do prédio ocupado pelos órgãos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). Como parte dessa iniciativa, o bloco U recebeu, em agosto de 2022 a certificação na norma ISO 50.001, que traz diretrizes sobre desempenho e eficiência energética, tornando os dois ministérios os primeiros órgãos do Poder Executivo federal a receber essa certificação. Como reconhecimento dessa conquista e ao impacto positivo da implantação do SGE para a administração pública federal, o Sistema de Gestão de Energia implantado no bloco U recebeu em Dezembro de 2022 o Selo Prata da Política Nacional de Modernização do Estado, conferido pela Presidência da República.

Em 29 de abril de 2022 foi lançado o projeto Sistema de Informação do Desempenho Ambiental da Construção - Sidac , desenvolvido no âmbito do programa Strategic Partnerships for the Implementation of the Paris Agreement (SPIPA), programa global financiado pelo Instrumento de Parceria da União Europeia em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa do Consumidor (BMUV) e implementado no Brasil pela GIZ.

O projeto teve a coordenação do MME, com recursos financiados pelo SPIPA que totalizaram 250 mil euros. A Coordenação-Geral de Eficiência Energética da SPE/MME constituiu e coordenou, em cooperação com o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS, um Comitê Executivo e um Comitê Técnico Consultivo, que apoiaram o delineamento de uma linha de atuação e abordagem estratégica para desenvolvimento de ferramenta que pudesse apoiar o setor da construção civil e os gestores de políticas públicas a considerar indicadores ambientais de energia e gás carbônico equivalente embutidos nos principais componentes e materiais da construção civil nacional, a partir de uma abordagem simplificada da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV).

Mesmo com a conclusão do projeto SPIPA, o Sidac deverá prosseguir com a fase de testes de implementação, inclusive para o arranjo proposto de sustentabilidade econômica e financeira. Nesta fase, o Sidac contará com recursos de projeto aprovado no 4º PAR Procel, que também inclui a ampliação da cesta de materiais e definição das respectivas metodologias de avaliação, assim como o desenvolvimento metodológico para integração dos indicadores de energia e CO₂ embutidos na etiqueta do PBE Edifica. Para a formalização do Sidac e regulamentação da sua estrutura de governança, competências e diretrizes, está sendo proposto um Decreto, que deverá ser encaminhado para consideração do Ministro de Minas e Energia.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROCESSOS DECISÓRIOS - PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA OUVIDORIA

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Em 2022, a Ouvidoria-Geral do MME, sendo um importante espaço de participação e controle social para os cidadãos, recepcionou 1.641 demandas, uma média de 137 pleitos recebidos mensalmente.

Destacamos a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR como principal canal de comunicação utilizado pelos cidadãos, havendo também o recebimento de demandas por meio de cartas, e-mails e atendimentos presenciais e/ou telefônicos.

Em relação aos prazos de respostas, o MME segue analisando e respondendo às demandas no menor prazo possível.

Com essa preocupação, os tempos médios de respostas foram bem inferiores aos previstos nas Leis nºs 13.460/2017 e 12.527/2011, 30 dias, com possível prorrogação de mais 30 dias para manifestações de ouvidoria, e 20 dias para pedidos de acesso à informação, com possível prorrogação de 10 dias.

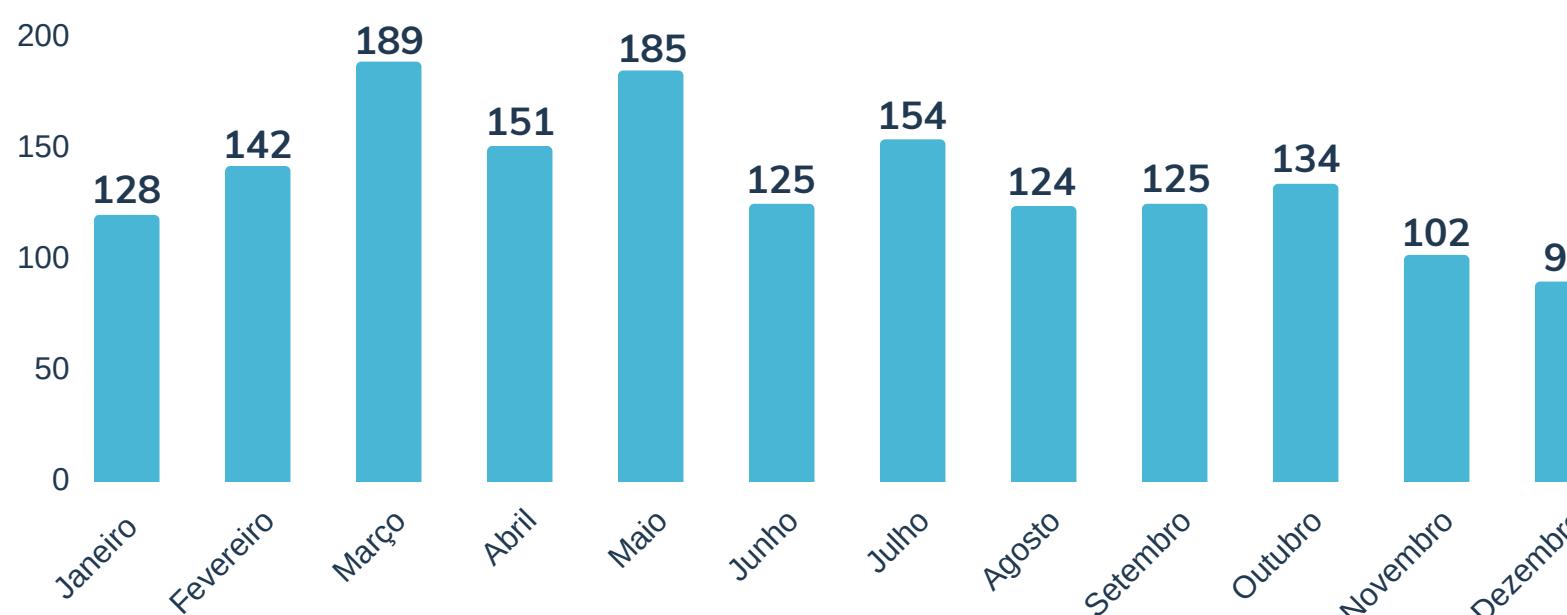


Figura 11. Demandas em 2022 Ouvidoria

Fonte: Controles de Demandas – Ouvidoria-Geral do MME

Tempo médio de respostas aos cidadãos

9 dias para manifestações de ouvidoria

12 dias para pedidos de acesso à informação

Figura 12. Tempo Médio de Respostas

O MME atendeu 100% dos itens de transparência ativa exigidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), conquistando o primeiro lugar em um ranking de 302 órgãos. Foram cumpridos os 49 itens avaliados, que estão disponíveis em seu site principal na aba, [Acesso à Informação](#) e incluem: A agenda pública e currículo das autoridades, ações e programas, auditorias, convênios e transferências, dados abertos, licitações e contratos, receitas e despesas, serviço de informação e servidores, entre outros.

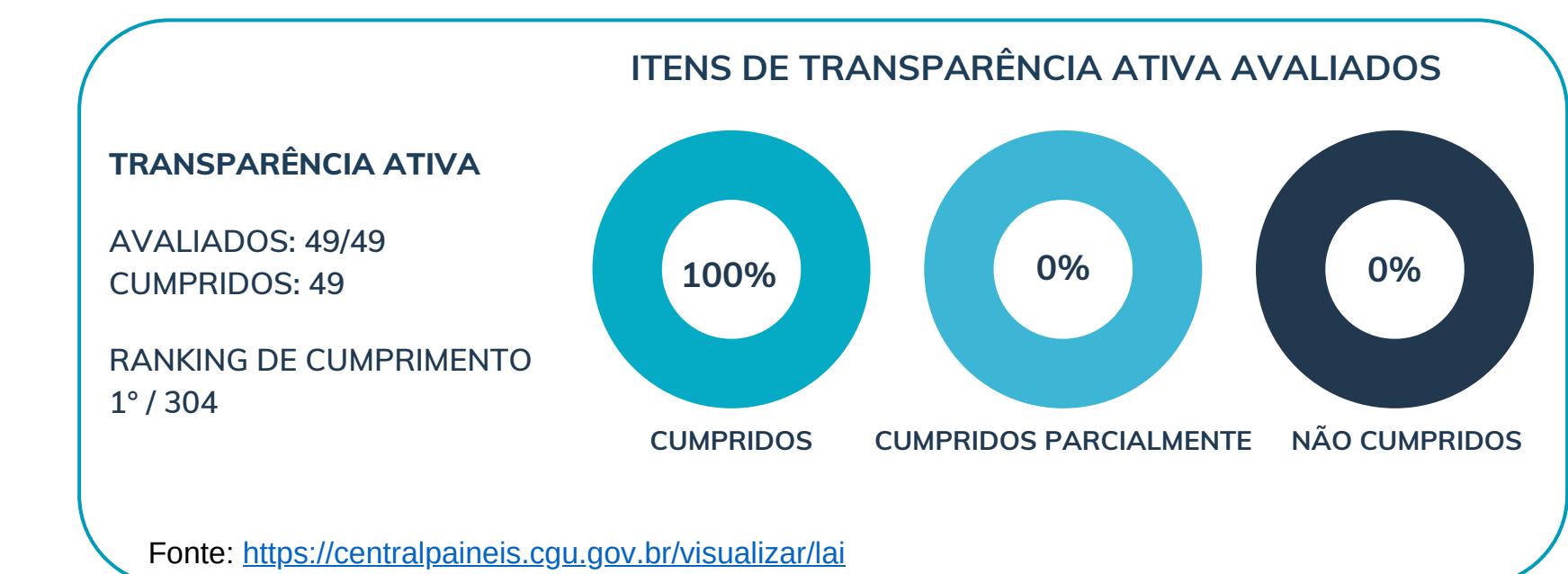


Figura 13. Transparência Ativa - Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral do Ministério de Minas e Energia deu continuidade, em 2022, ao seu compromisso em aprimorar constantemente o atendimento prestado aos cidadãos, bem como o tratamento das manifestações recebidas, capacitando sua equipe e articulando-se internamente no esforço de atender tempestivamente todas as demandas encaminhas pelos cidadãos a este MME.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **CONSULTA PÚBLICA N° 124, DE 30 DE MARÇO DE 2022**

A Consulta Pública teve como objetivo presentar a minuta de edital para qualificação de projetos para execução de poço transparente em reservatório de baixa permeabilidade de petróleo e gás natural e obter dos representantes da sociedade civil em geral, da indústria, das universidades, dos órgãos de governo e demais interessados contribuições para aprimoramento do documento. O edital do Poço Transparente foi publicado em 7/12/2022.

- **CONSULTA PÚBLICA N° 122, DE 10 DE MARÇO DE 2022**

Consulta Pública referente a proposta de revisão da Portaria nº 419/GM/MME, de 20 de novembro de 2019, que regulamenta a emissão, a escrituração, o registro, a negociação e a aposentadoria do Crédito de Descarbonização (CBIO) da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.

O principal objetivo é incluir dispositivo que permita a implantação de um mercado futuro de CBIOs.

- **CONSULTA PÚBLICA N° 140, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022**

Consulta pública sobre a proposta de definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017 (Lei do RenovaBio).

Ao todo, 16 instituições, enviaram contribuições que, após avaliação pelo Comitê RenovaBio, resultaram no encaminhamento ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que aprovou as metas para o ano de 2023 e para o decênio 2023-2032 e publicou a Resolução CNPE nº 13, de 8 de dezembro de 2022, publicada no D.O.U em 26/12/2022.

A implementação do Novo Mercado de Gás era monitorada pelo Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN), cuja vigência foi até 31/dez/22. Realizando reuniões mensais, o Comitê foi um importante canal de diálogo com os agentes da indústria do gás natural e da Administração Pública Federal. Coordenado pelo MME e composto pela Casa Civil, Ministério da Economia, ANP, EPE e CADE, contou com a colaboração de agentes dos setores de produção, transporte, distribuição e grandes consumidores de gás natural no monitoramento da implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás.

Em junho, foi realizado o seminário "Transição para o Novo Mercado de Gás - Temas para os Guias de Transição", que contou com a participação de representantes de todos os elos da cadeia de gás natural. O evento teve como objetivo colher sugestões e subsídios para a elaboração de guias sobre transição do mercado de gás natural, tendo em vista o disposto no artigo 7º da Resolução CNPE nº 3/2022. Na ocasião, os participantes puderam contribuir com sugestões de temas para os Guias de Transição.

- **INICIATIVA MERCADO DE MINAS E ENERGIA**

No segundo semestre de 2022 promoveu-se workshops e reuniões no âmbito da iniciativa Mercado Minas e Energia (IMME). O evento consistiu de uma série de reuniões temáticas, contando com a participação de órgãos e entidades públicas e privadas, oportunidade em que foram discutidas propostas de políticas públicas e medidas para aperfeiçoar marcos legais brasileiros para o desenvolvimento dos setores de energia elétrica, mineração, petróleo, gás e biocombustíveis. Esse diálogo buscou reduzir a burocracia e o contencioso jurídico, com medidas que estimulem e aperfeiçoem a regulamentação e a fiscalização dos setores de energia e mineração.

A SPG/MME abordou: a melhoria do ambiente de negócios no downstream (combate ao furto e roubo de combustíveis e ao devedor contumaz), o aperfeiçoamento no mercado de Créditos de Descarbonização (CBIOs), as adequações tributárias para o gás natural e o regime de contratação no pré-sal para a exploração e produção de petróleo e gás natural.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA GEOLOGIA E MINERAÇÃO

Em relação ao Setor de Mineração, em 2022 foi publicada a Portaria nº 708/GM/MME, de 18 de novembro, que divulgou, para consulta pública a minuta do Plano Nacional de Mineração 2050.

No que se refere à participação da SGM em audiências públicas, destacam-se as relacionadas à discussão de alteração do Código de Mineração" - DECRETO-LEI Nº 227/67.

- CONSULTA PÚBLICA – PLANO NACIONAL DE MINERAÇÃO

Tema: Minuta do Plano Nacional de Mineração - PNM 2050, destinado ao planejamento de longo prazo do setor mineral do País

Prazo: até 18/02/2023



Figura 14. PNM 2050

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Resultados alcançados ao
longo do ano de 2022

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

As características técnicas (flexibilidade aos agentes de mercado) - a Portaria nº 481/MME, de 26 de novembro de 2018, com a definição do rito e dos requisitos para análise e aprovação de solicitações de alterações de características técnicas de empreendimentos outorgados pelo Ministério de Minas e Energia, propiciou maior racionalidade e eficiência ao processo.

- Assim, em 2022 a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético contribuiu com a análise de 5 (cinco) processos de alteração de característica técnica, referente às UTEs Porto Sergipe I, Prosperidade II, Prosperidade III, Seropédica e Termorio (procedimento de alteração no âmbito do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos Geradores de Energia Elétrica – AEGE).
- A garantia física de energia - métrica importante para a adequabilidade da oferta do Sistema e é utilizada para dois fins fundamentais no Brasil: definir a quantidade máxima de energia proveniente de um dado empreendimento que pode ser comercializada e, no caso das hidrelétricas, definir sua cota de participação no Mecanismo de Realocação de Energia.
- Em 2022 foram publicadas mais de 56 Portarias da SPE/MME que definiram/revisaram em torno de 4.350 montantes de garantia física de Energia Elétrica de Empreendimentos de Geração.

2ª Revisão ordinária da garantia física de usinas hidrelétricas de 2022 (ROGF 2022)
 Fruto de um longo diálogo (promovido e coordenado pela SPTE) entre a administração pública e a sociedade, por meio de consultas públicas realizadas durante o processo, foi publicada em 02/12/2022 a [Portaria nº 709 GM/MME/2022](#) com os Valores Revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), para início de vigência em 1º de janeiro de 2023. Essa publicação está de acordo com a previsão legal expressa no artigo 21, § 4º, do [Decreto nº 2.655/1998](#).

- A ROGF 2022 abrangeu 120 das 150 usinas hidrelétricas da configuração de referência, o que representa 80% do parque gerador hidrelétrico despachado centralizadamente.

- Como resultado a ROGF 2022 o montante de 35.675,7 MW médios atribuído às 120 usinas, cujas garantias foram revistas, tiveram uma redução de 3,54% a partir de 1º janeiro de 2023, o que equivale a uma redução de 1.261,3 MW médios

PLANO DE OUTORGAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – POTE

A Portaria nº 1.723/GM/MME, de 11 de outubro de 2022, divulgou para Consulta Pública a minuta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE), com vistas ao conhecimento prévio por parte dos agentes das indicações de expansão de transmissão a serem determinadas pelo MME.

A etapa seguinte consiste na compilação pelo MME das contribuições recebidas em consulta pública e das manifestações de EPE, ONS e ANEEL quanto ao seu conteúdo para, por fim, publicar o formato final do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica, Ciclo 2023, 1ª Emissão. A publicação trata das indicações determinativas do Poder Concedente para as novas outorgas de transmissão de energia, em um horizonte de cinco anos.

O ACESSO À REDE BÁSICA

Em 2022, foram publicadas 6 Portarias que reconhecem a alternativa de mínimo custo global para a conexão à Rede Básica de Consumidores Livres.

Nos termos do Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005, a Portaria Ministerial, fundamentada em parecer técnico e compatibilizada com o planejamento da expansão do setor elétrico, é o primeiro requisito para a materialização do acesso por parte dos Consumidores Livres, seguido pela emissão de Parecer de Acesso no ONS e, por fim, autorização da ANEEL.

Ao fim do ano de 2022, haviam 9 processos de acesso à Rede Básica em curso no Departamento de Planejamento Energético.

As outorgas de concessões - Foram publicados 33 Atos de autorização para geração de energia elétrica, totalizando 2.756,39 MW de potência instalada, referentes aos Leilões de Energia Nova A-3 de 2021, A-4 de 2021, A-5 de 2021 e o Leilão de Reserva de Capacidade.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

RESULTADOS NA DIMENSÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA ENERGÉTICA E ENERGIA ELÉTRICA

Após consulta pública, realizada entre 17 de fevereiro e 08 de março de 2022, o 4º PAR Procel foi aprovado em reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE em 09 de março de 2022. Iniciou sua vigência em março de 2022, com orçamento o empenho de R\$ 225.139.167,41, para a execução de 35 projetos.

Para o ciclo 2022/2023, o Procel Reluz terá a maior fatia de recursos, com a aprovação de R\$ 55,6 milhões para a execução de quatro projetos, com destaque para a 4ª Chamada Pública Procel Reluz – Iluminação Pública a LED. Na sequência, o Procel Edifica terá R\$ 52,79 milhões para a execução de 11 projetos. Outros R\$ 20,5 milhões foram reservados para os Projetos Estruturantes, entre os quais estão a realização de uma nova edição da Pesquisa de Posse e Hábitos de Uso (PPH) e o 2º Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética. O restante dos recursos será distribuído entre Procel Educação, Selo Procel, Procel Indústria, Procel Sanear e Procel GEM.

O Procel Edifica foi a área de atuação do Procel com o maior número de projetos aprovados no 4º PAR-Procel.

Para a definição dos projetos aprovados para o PAR-Procel 2023/2023, o MME promoveu uma Chamada de Ideias que teve como objetivo colher propostas de projetos da sociedade e subsidiar o GCCE na elaboração do 4º Plano. Durante a fase de elaboração, também foram realizadas audiências e consultas públicas para obter sugestões dos vários segmentos da sociedade.

PROJETOS APROVADOS PARA O PROCEL EDIFICA

- Chamada Pública para aplicação de projetos “Energia Zero” em prédios públicos.
- Integração entre indicadores de consumo de energia primária e emissão de CO₂ dos materiais de construção no ciclo de vida das edificações para o PBE Edifica.
- A importância da eficiência energética em edificações para mitigação de riscos relacionados a problemas de ilhas de calor urbano.
- Desenvolvimento do DEO-Procel e suporte técnico à implementação da compulsoriedade da avaliação da conformidade de edificações quanto à eficiência energética no Brasil.
- Validação de sistema de gamificação, gestão e automação na nuvem para eficiência energética de edificações públicas com foco inicial em universidades.

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA — (GD)

A Geração Distribuída (GD) total — aquela gerada junto às instalações de consumidores - cresceu 71% no ano e acumulou 223% de ampliação nos últimos dois anos. Com isso, atingiu cerca de 16.713 MW ao final de 2022, representando aproximadamente 8% de toda a capacidade instalada atual de geração de energia elétrica do País.

Em relação a outras fontes de energia elétrica e à geração centralizada, a ampliação da GD em 2022 - de 6.957 MW — foi a maior dentre todas elas, ficando a fonte eólica centralizada na segunda posição, com crescimento de 2.781 MW.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

OS REGIMES ESPECIAIS

- Foram enquadrados 521 projetos de infraestrutura de energia elétrica, correspondendo a R\$ 104,7 bilhões em investimentos e suspensão de impostos da ordem de R\$ 95,6 bilhões, sendo: 435 projetos de geração e 86 projetos de transmissão; e
- Foram aprovados 310 projetos de infraestrutura de energia elétrica como prioritários, dos quais 257 de geração, 23 de transmissão e 30 de distribuição.

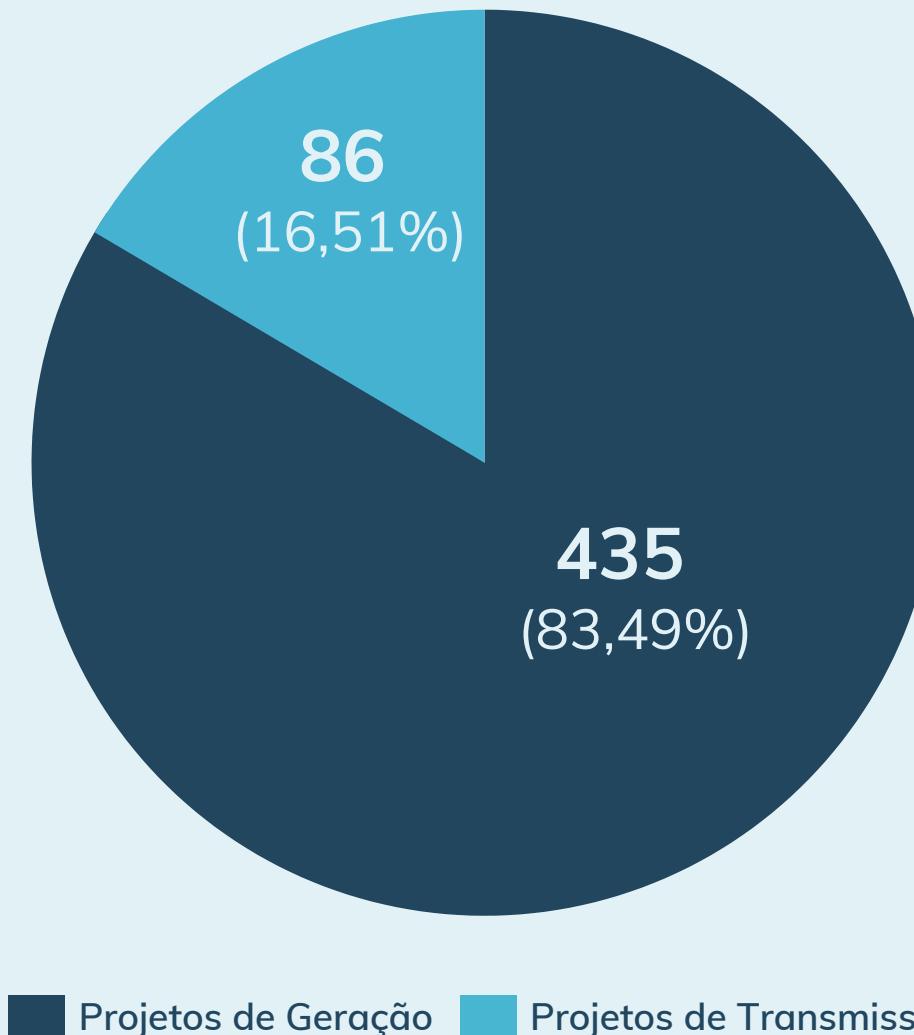


Figura 15. Projetos de Infraestrutura Enquadrados no REIDI

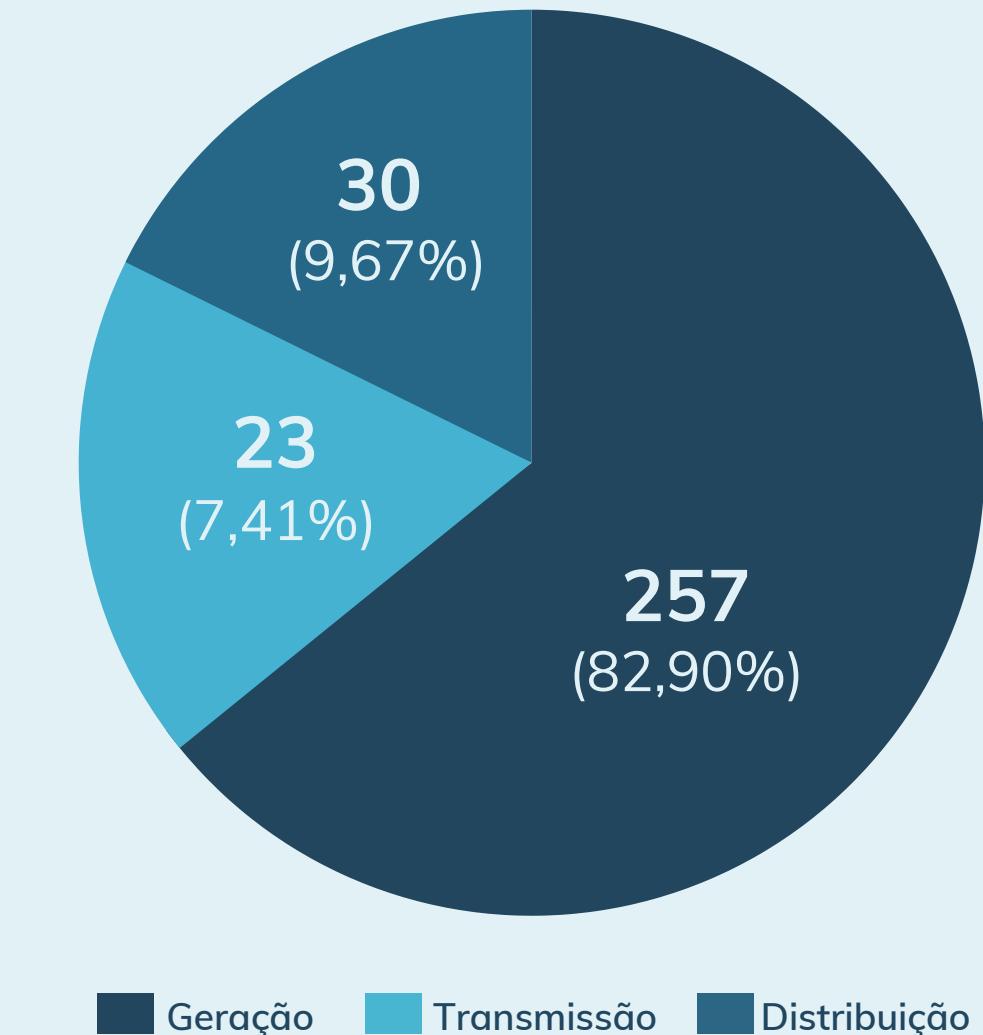


Figura 16. Projetos de Infraestrutura Aprovados como Prioritários

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

MATRIZ ENERGÉTICA E MATRIZ ELÉTRICA

A Resenha Energética Brasileira (anual) e os Boletins Mensais de Energia são documentos publicados pelo MME, que consolidam dados e informações setoriais visando divulgar os principais indicadores da área de energia do exercício findo (Resenha) e do exercício em curso (Boletins). Estão disponíveis em formato PDF, no portal do MME. Os gráficos a seguir apresentam os resultados prévios de 2022, em comparação com o ano anterior.

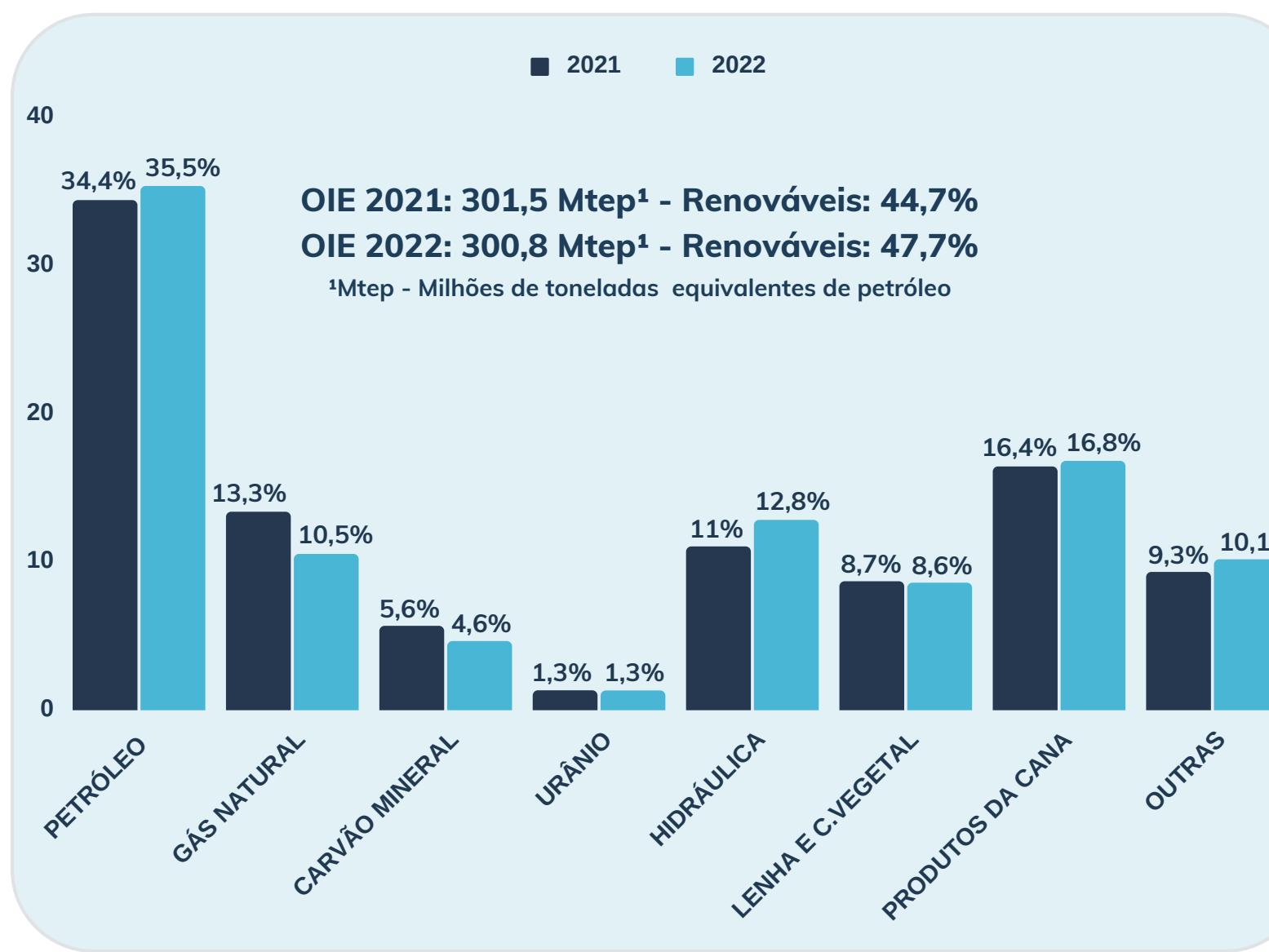


Figura 17. Matriz Energética Brasileira
(Fonte: MME, 2022)

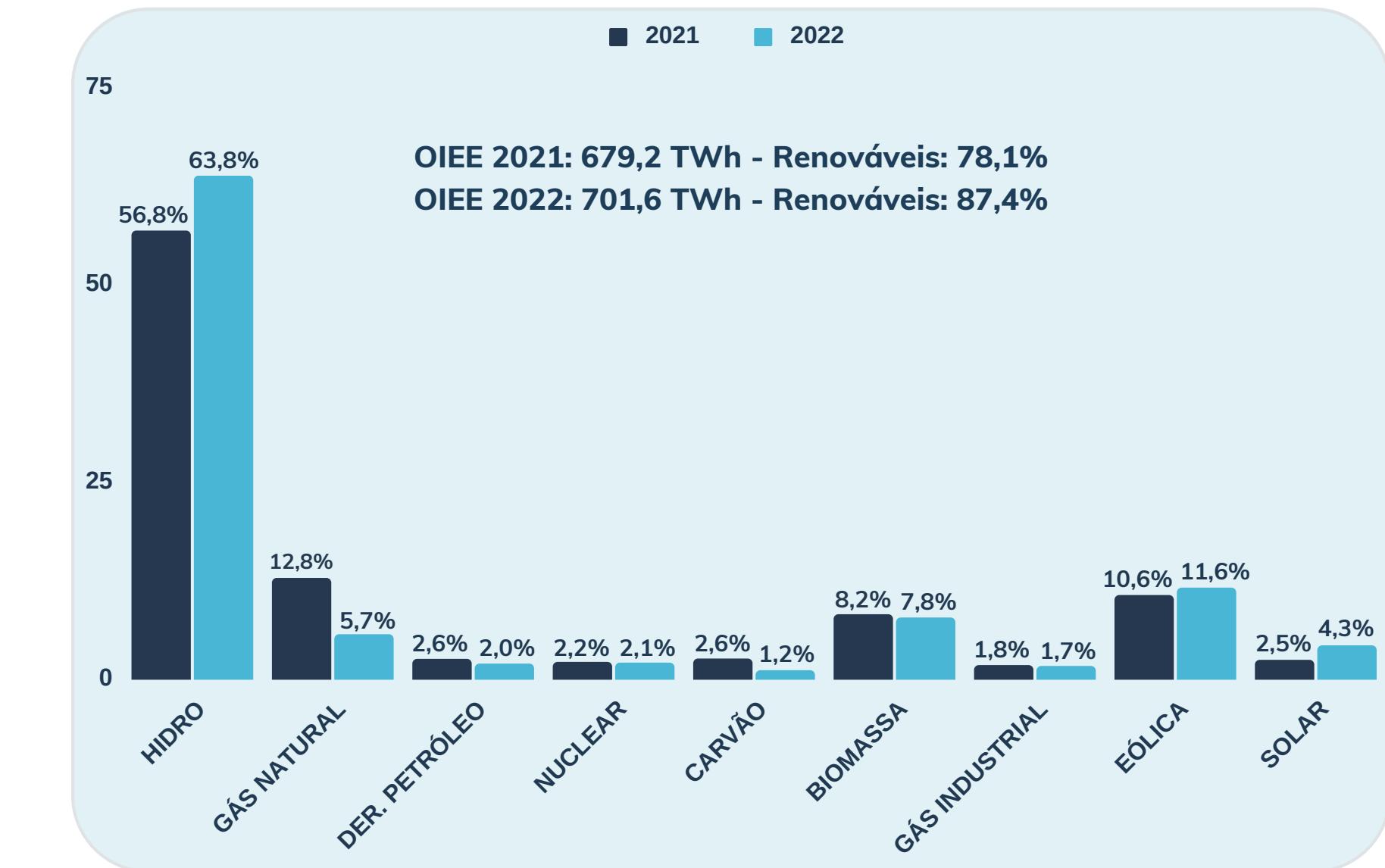


Figura 18. Matriz Elétrica Brasileira
(Fonte: MME, 2022)

A redução da Oferta Interna de Energia (OIE) em relação à 2021 se dá diante da retomada da geração hidráulica e de outras fontes renováveis frente às fontes fósseis, utilizadas para o combate à escassez hídrica recorde do ano anterior, e a menor produção de cana-de-açúcar. Com as perdas associadas, têm-se o recuo da OIE, mesmo diante do aumento do Consumo Final de Energia (CFE). A participação de renováveis tanto na OIE, quanto na Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) tem crescimento relevante.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

APRIMORAMENTO DOS INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS DE ENERGIA ELÉTRICA

O MME aperfeiçoou diretrizes sobre intercâmbios internacionais de energia elétrica com Argentina e Uruguai. Desenvolveu novos negócios em ambiente de mercado.

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE RESERVATÓRIOS (PRR)

O CNPE emitiu a Resolução nº 8/2022, que aprova o plano de recuperação dos reservatórios de usinas hidrelétricas, em até 10 anos.

LEILÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA EXISTENTE

Foram realizados Leilões de Energia Existente A-1 e A-2 que possibilitaram participação de qualquer fonte de energia, com neutralidade tecnológica e aumento da competição, com tarifas mais baixas para o consumidor.

O Leilão de Energia Existente A-1 negocou ao preço médio de R\$ 99,80/MWh, deságio de 28,72% em relação ao preço-teto de R\$ 140,00/MWh.

O Leilão de Energia Existente A-2, ficou com preço médio de R\$ R\$ 131,95/MWh, alcançando deságio de 12,03%.

O MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO

O atendimento eletroenergético foi bem sucedido devido à implementação de medidas que, aliadas às condições pluviométricas favoráveis, possibilitaram recuperação dos armazenamentos dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País.

Além do retorno da normalidade operativa, cumpre mencionar importantes marcos alcançados em 2022, dentre os quais:

- i. Atendimento aos compromissos relacionados aos usos múltiplos das águas, com suspensão de condicionantes indicadas em Resoluções da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
- ii. Elevação da cota da usina hidrelétrica (UHE) de Ilha Solteira, possibilitando o restabelecimento da navegabilidade plena da hidrovia Tietê-Paraná;
- iii. Alcance dos maiores armazenamentos verificados nos últimos anos em importantes reservatórios de usinas hidrelétricas no País, como 85,0% UHE Furnas, 84,2% UHE Mircarenhas de Moraes, 99,9% UHE Sobradinho e 90,1% UHE Três Marias.
- iv. Início do programa estrutural de Resposta da Demanda, aprovado pela ANEEL, fazendo com que a operação do sistema passe a contar com recursos energéticos dos consumidores de energia elétrica para atendimento à ponta de carga.

Os reservatórios equivalentes do Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte finalizaram o ano com níveis de armazenamento de 53,0%, 83,9%, 66,9% e 60,3%, respectivamente. Ao final de dezembro de 2021, estes valores foram: 25,6%, 42,8%, 52,3% e 54,6%. Já em dezembro de 2020, esses valores foram ainda menores, representando 18,6%, 27,4%, 46% e 27,9%,.

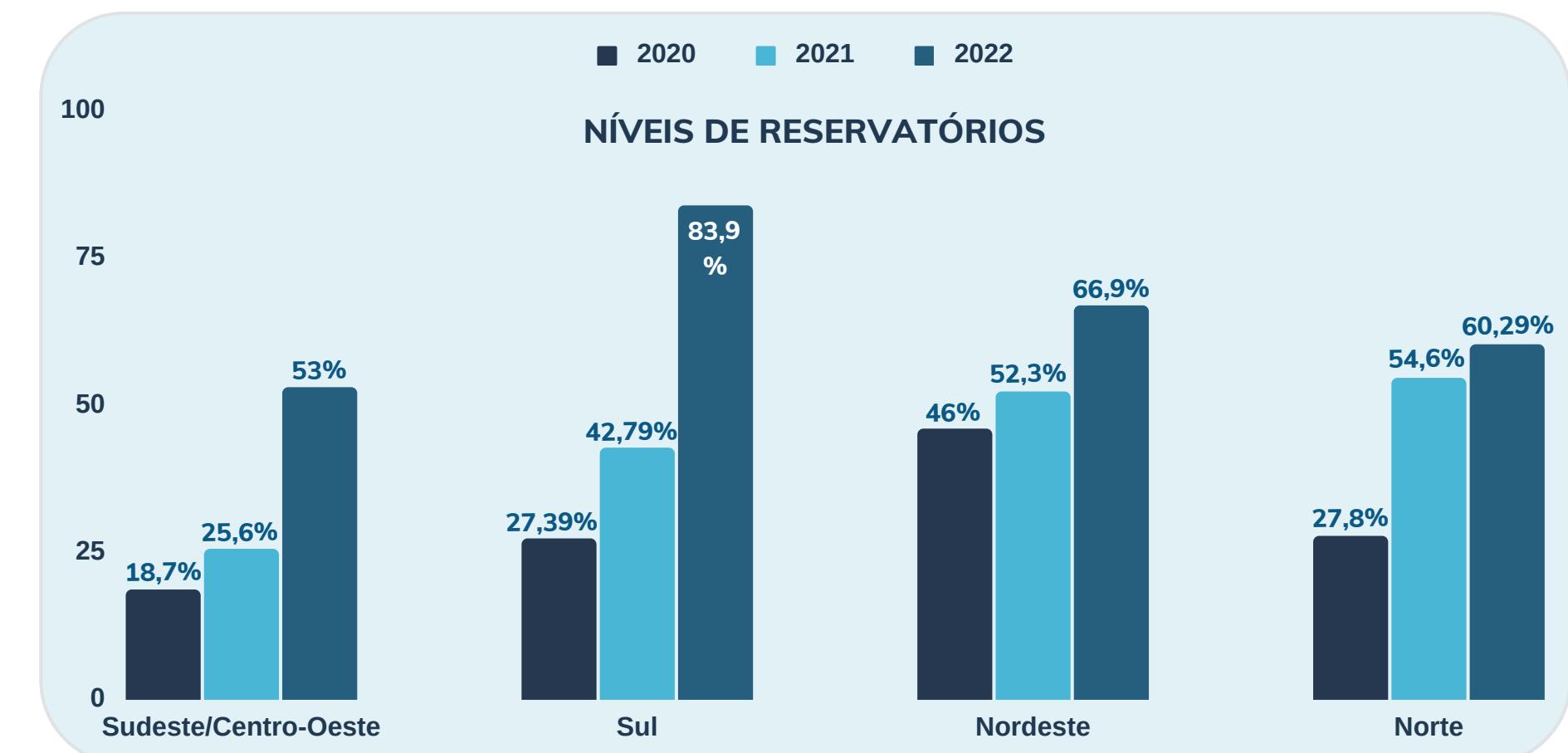


Figura 19. Monitoramento Setor Elétrico

Além da maior disponibilidade dos recursos hidráulicos, destaca-se a alta disponibilidade das gerações eólica e solar o que possibilitou o uso menos intenso da água para a geração de energia elétrica, em benefício dos volumes armazenados nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Quanto às fontes eólica e solar, ressalta-se o aumento de sua participação na matriz de geração de energia elétrica, e a observação de recordes de geração instantânea de energia elétrica.

Quanto ao atendimento futuro, destaca-se o compromisso com atuação no CMSE, para garantir segurança e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, observada a modicidade tarifária, por meio da continuidade dos estudos elaborados sob diversas óticas e com a ação sinérgica com as demais instituições setoriais.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Em relação ao atendimento a Roraima, cuja capital, Boa Vista, é a única brasileira não conectada ao Sistema Interligado Nacional, ressalta-se que, em 2022, foi dada continuidade ao acompanhamento do Plano de Substituição das usinas termelétricas que compunham o então parque gerador local pelos empreendimentos vencedores do Leilão nº 1/2019 para atendimento a Boa Vista e localidades conectadas. Assim, além da implantação de empreendimentos termelétricos com fontes diversas, destacadamente a biomassa, houve também a finalização da usina termelétrica Jaguatirica II, a gás natural, com 141 MW de capacidade instalada.

Ademais, de forma a garantir o atendimento aos consumidores de Roraima, foi dada continuidade ao acompanhamento, dentre outros, dos estoques de combustível para a geração termelétrica local a óleo diesel, inclusive com a emissão de Portaria do MME sobre o assunto.

No âmbito dos normativos relacionados à segurança do atendimento eletroenergético e editados em 2022, podem ser destacados:

- Portaria Normativa nº 39/GM/MME, de 24 de março de 2022: manutenção das diretrizes relacionadas às usinas termelétricas operacionalmente disponíveis e sem contrato de comercialização de energia elétrica vigente (merchant).
- Portaria Normativa nº 659/GM/MME, de 29 de junho de 2022: diretriz para ampliar o volume de combustível em estoque para operação das usinas termelétricas que atendem o Sistema de Boa Vista e localidades conectadas.
- Resolução Normativa ANEEL nº 1.040, de 30 de agosto de 2022: regras gerais e perenes para o programa de Resposta da Demanda.
- Portaria Normativa nº 49/GM/MME, de 23 de setembro de 2022: diretrizes para a exportação de energia elétrica, em regime comercial, destinada à República Argentina ou à República Oriental do Uruguai, proveniente de excedente de geração de energia elétrica de usinas hidrelétricas disponíveis para atendimento ao SIN.
- Portaria Normativa nº 60/GM/MME, de 30 de dezembro de 2022: diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível sem devolução, a partir da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai. Substituiu a Portaria MME nº 339/2018.

A PARTICIPAÇÃO, POR FONTES, NA CAPACIDADE INSTALADA DE ENERGIA ELÉTRICA

Com a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica em 2022 - e contabilizadas outras situações, tais como desativações e repotenciações de unidades geradoras -, em 31 de dezembro de 2022 a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil chegou a mais de 205 GW – crescimento de pouco mais de 4% em relação ao ano anterior. O crescimento se deu basicamente por meio das fontes eólica, solar e biomassa (83%), mantendo a característica de matriz elétrica com predominância de fontes renováveis, as quais representam mais de 84% do total.

No último ano observou-se decréscimo na participação da fonte hídrica, que passou de 58%, em dezembro de 2021, para 53% ao final de 2022, com 110 GW de capacidade instalada. Por outro lado, destacou-se em 2022 o crescimento da fonte solar, que alcançou 11% do total (23 GW), impulsionada pela Geração Distribuída, a qual contribuiu com quase 8 GW nesse crescimento. Já a fonte eólica cresceu de 11 para 12% da matriz, com 24 GW de capacidade instalada. As usinas termelétricas reduziram levemente a participação na matriz, passando de 25 para 24%, com 48 GW.

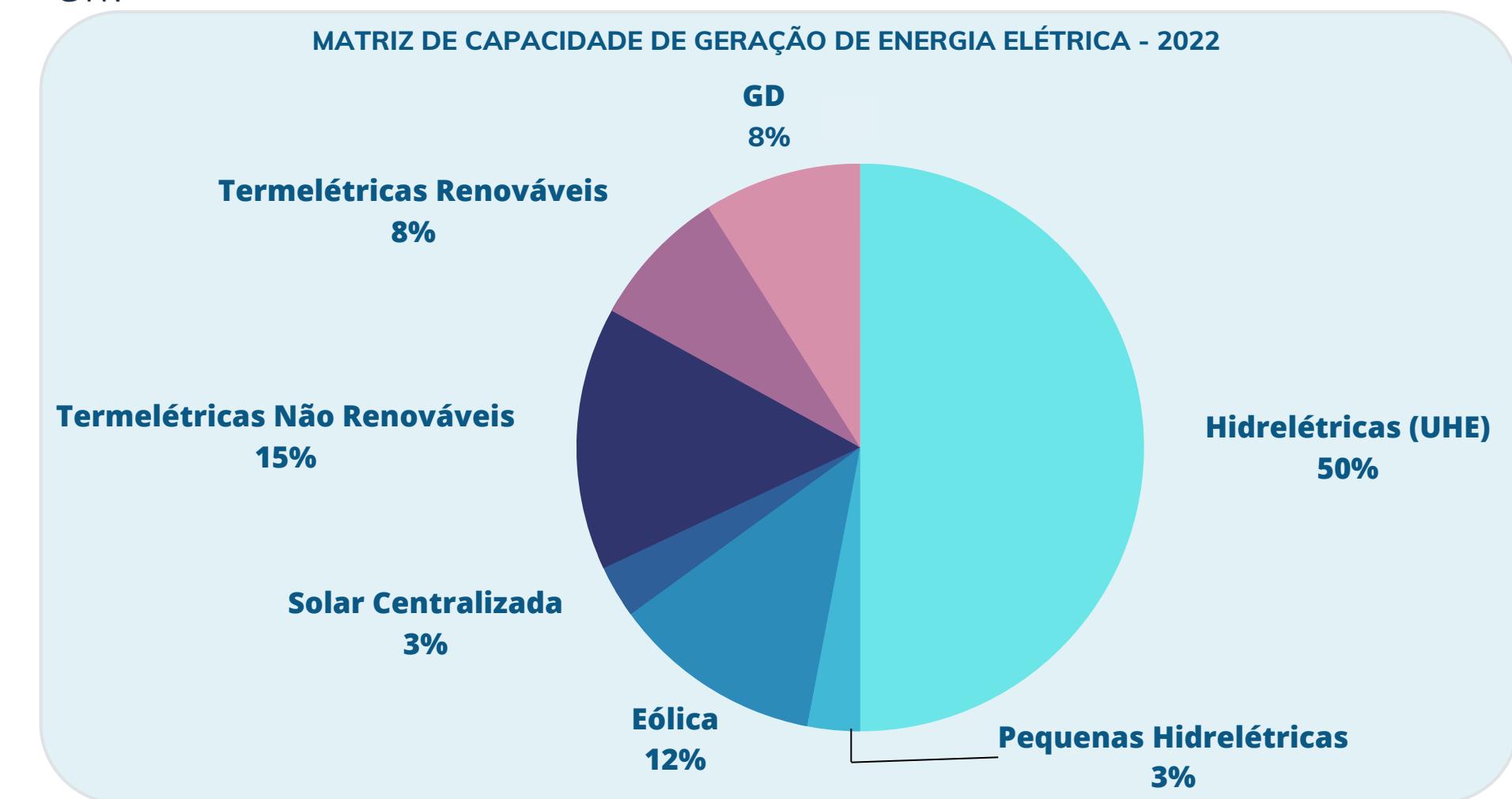


Figura 20. Matriz de Capacidade de Geração

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

A EVOLUÇÃO DAS FONTES NA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No ano de 2022 verificou-se uma expansão de 8.243 MW na geração de energia elétrica centralizada – crescimento de cerca de 4% em relação ao ano anterior. Deste total, cerca de 83% (6.879 MW) foram a partir de fontes renováveis (eólica, solar, biomassa e hídricas). O destaque foi para as fontes eólica e solar, principalmente na Região Nordeste, que juntas adicionaram ou 5.600 MW ao sistema – 68% do total ampliado.

Essa expansão representa 108% do previsto inicialmente para o ano de 2022 (7.625 MW), em especial pela antecipação de empreendimentos eólicos na região Nordeste. O gráfico a seguir apresenta a ampliação por fonte.

EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO CENTRALIZADA 2022

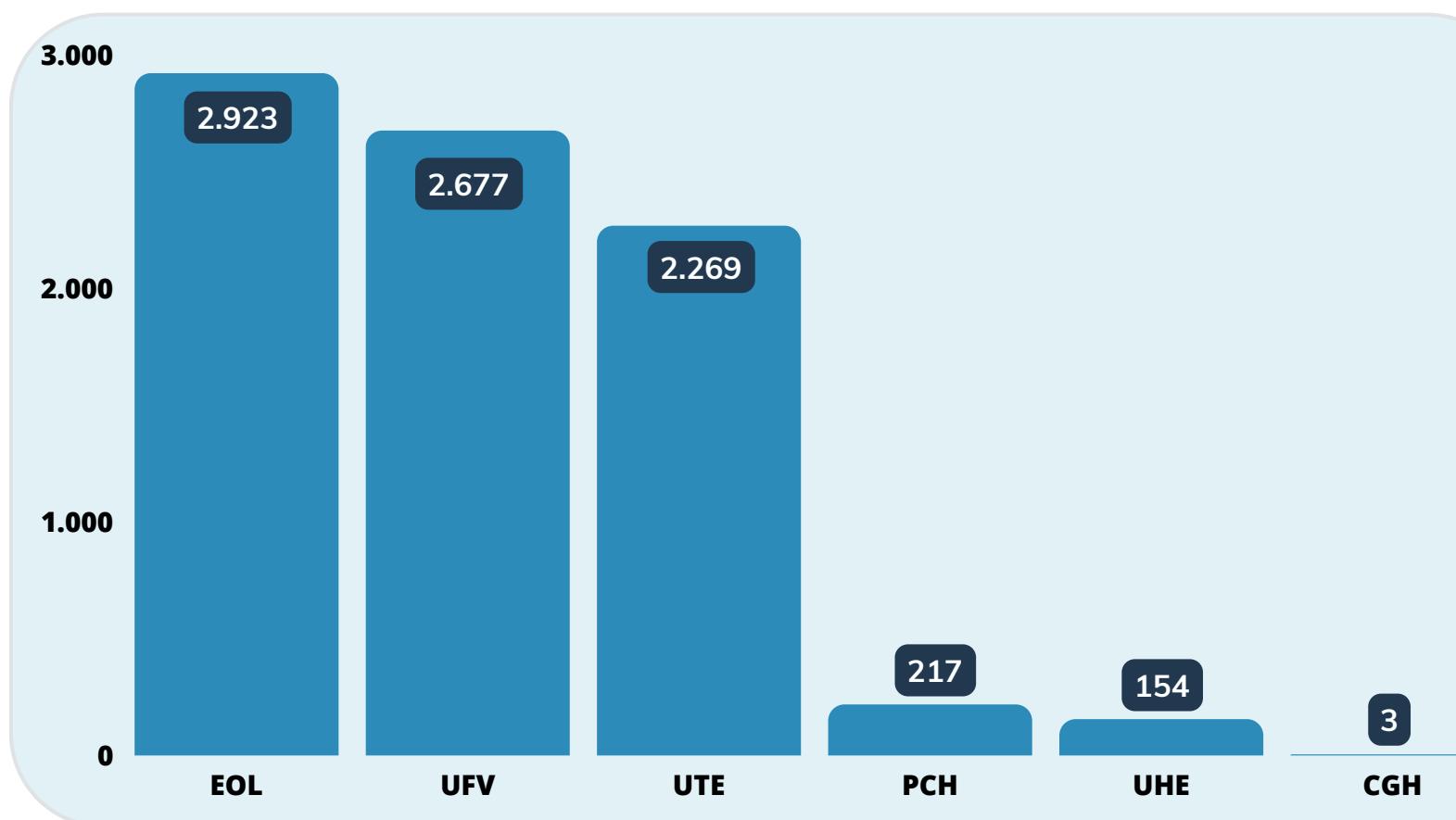


Figura 21. Expansão da Geração de Energia Elétrica por Fonte – 2022.

Fonte: DMSE/SEE e Aneel

A EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (GD)

2022 se destacou como o ano em que houve a maior ampliação da geração distribuída (GD) no País – fruto dos incentivos existentes na legislação e na regulação do Setor Elétrico para essa modalidade de geração.

No ano de 2022 verificou-se uma expansão de 7.850 MW na GD – a maior entre todas as modalidades –, o que representou crescimento de cerca de 92% no ano. Com isso, a capacidade total de GD ultrapassou 16 GW – 43% a mais do previsto pelo Plano Decenal de Energia 2031.

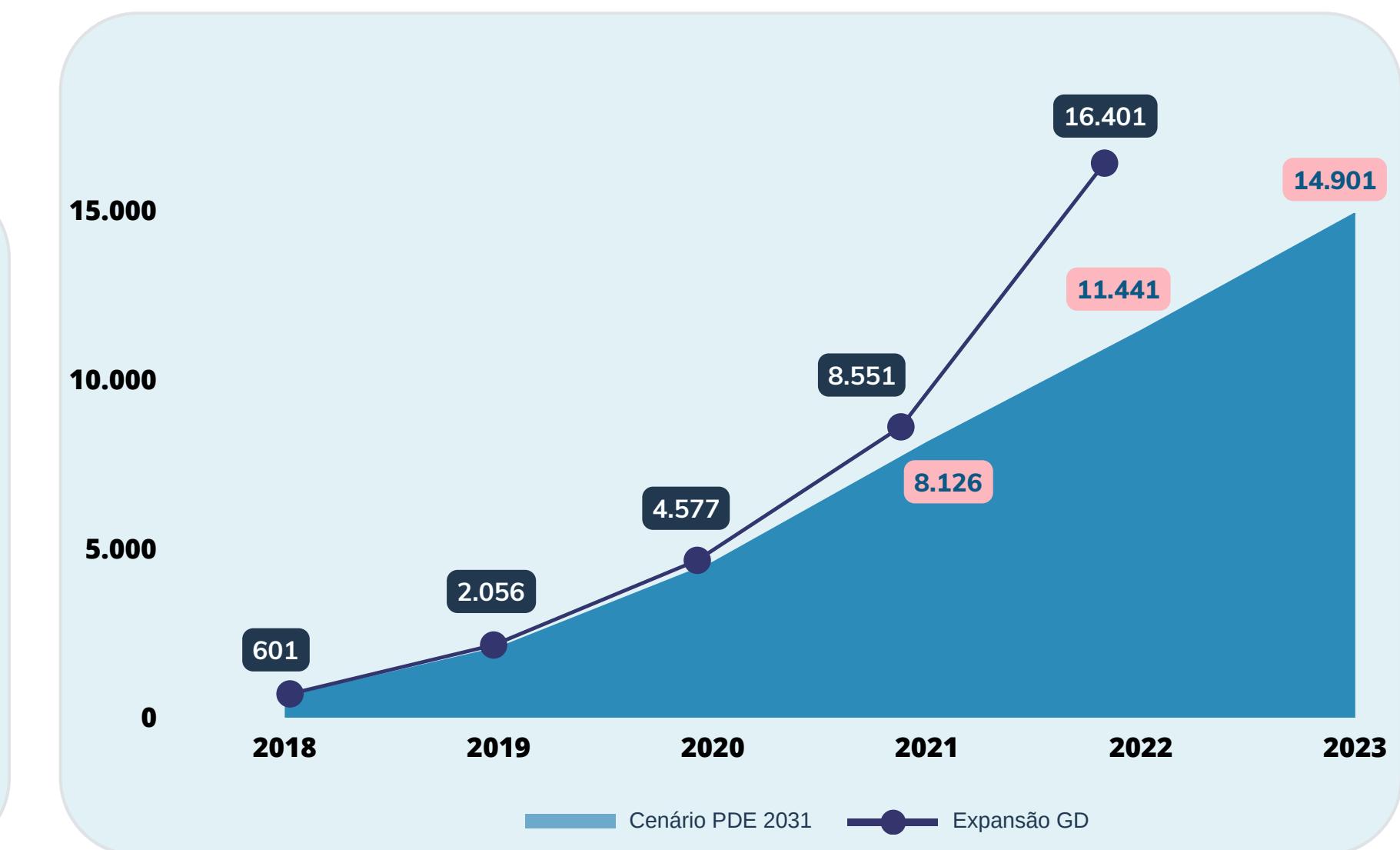


Figura 22. Expansão da Geração Distribuída – 2018 a 2022.

Fonte: DMSE/SEE e Aneel

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

A EVOLUÇÃO DAS FONTES NA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM 2022

Foram ampliados 2.269 MW em usinas termelétricas (UTE). Na geração de energia elétrica por meio da fonte eólica, entraram em operação comercial 2923 MW. Quanto à fonte solar centralizada, 65 empreendimentos foram concluídos em 2022, adicionando 2.677 MW de capacidade instalada à matriz.

A EXPANSÃO EM LINHAS DE TRANSMISSÃO

Foram adicionados 9.217,17 km de linhas de transmissão.

Houve, ainda, avanços nas tratativas com a Comunidade Indígena Waimiri-Atroari, possibilitando o encerramento da Ação Civil Pública, e o diálogo com a Comunidade que vai possibilitar o início das obras da Interligação Manaus – Boa Vista dentro da terra Indígena.

POLÍTICAS ADOTADAS PARA A REDUÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Foram adotadas algumas medidas buscando reduzir as tarifárias, dentre as quais ressaltam-se:

1. Ingresso de recursos na CDE, fruto da operacionalização da capitalização da Eletrobras;
2. Devolução aos consumidores de créditos tributários de PIS e Cofins;
3. Redução da incidência do ICMS nas faturas de energia.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA

No âmbito da Política Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, o grande desafio que se impõe é o atendimento à população residente em regiões remotas da Amazônia Legal. Atualmente, a demanda por energia elétrica em comunidades localizadas em regiões remotas da Amazônia Legal é de 223.826 ligações, conforme estabelece a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.891/2021, alterada pela 3.145/2022.

O Programa Mais Luz para a Amazônia realizou 9.674 ligações em 2022, o que corresponde a, aproximadamente, 38.696 pessoas beneficiadas com o acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica.

Por sua vez, o Programa Luz para Todos, com o objetivo de proporcionar acesso à energia elétrica às famílias que vivem no meio rural que ainda não usufruem deste serviço público, realizou 68.822 ligações em 2022, beneficiando cerca de 275.288 pessoas.

ENERGIA PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Para o ano de 2023, a estimativa de expansão da geração é a de que sejam acrescentados ao sistema nacional cerca de 9,6 GW de potência instalada, sendo que 72% ocorrerão fora do Ambiente de Contratação Regulado (ACR). Para o biênio 2023 – 2024, o monitoramento da expansão prevê que 24 GW entrarão em operação comercial, sendo que cerca de 58% (14.231 MW) será por meio de fonte solar fotovoltaica e 33% (7.957 MW) por usinas eléticas.. Para esse horizonte, a participação das usinas fora do ACR amplia-se para 79%.

Na infraestrutura de transmissão: para o ano de 2023 está prevista a entrada em operação de 6.660,7¹ km de linhas de transmissão e 24.106¹ MVA de capacidade transformadora em subestações elétricas.

Para a Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP), prevê-se no GT de Metodologia da CPAMP a conclusão de análises sobre Fontes Intermittentes e NEWAVE Híbrido.

Com relação aos Leilões de Energia Existente, foi publicada a Portaria Normativa nº 57/GM/MME, de 21 de dezembro de 2022, que estabeleceu o cronograma estimado de promoção de alguns leilões que irão ocorrer nos próximos anos, dentre esses leilões, para o ano de 2023, será promovido Leilões de Energia Existente “A-1” e “A-2”, a serem realizados em dezembro de 2023.

No âmbito desse objetivo, foi realizada a Consulta Pública nº 133, de 18/08/2022, para coleta de subsídios para a definição do orçamento dos recursos de CDE que serão aplicados nos programas de universalização do acesso à energia elétrica no ano de 2023.

POLÍTICA TARIFÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Com relação à Política Tarifária, serão analisados vários temas com o auxílio da SEE, como: renovação do Anexo C de Itaipu; discussões sobre a redução do ICMS (Base de cálculo); avaliações sobre a redução de encargos e subsídios; elaboração de um plano estruturado para modicidade tarifária do setor elétrico - Acórdão nº 1.376/2022 do Tribunal de Contas da União; avaliações sobre os desdobramentos da abertura do mercado de energia elétrica; tarifa da UTN Angra 3.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

RODADAS DE LICITAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A manutenção dos leilões para exploração de petróleo e gás natural garantiram novos investimentos e o fluxo de receitas governamentais para os próximos anos, onde se destacam:

- **Previsão de Investimentos:**
 - Expectativa US\$ 450 bilhões de dólares para os próximos 10 anos, montante equivalente a mais de R\$ 2,4 trilhões de reais.
- **Recordes de Arrecadação Governamental**
 - Bônus de Assinatura: R\$ 11,6 bilhões, dos quais foram distribuídos R\$ 7,7 bilhões aos Estados e Municípios.
 - Royalties e Participação Especial: R\$ 113,3 bilhões distribuídos para União, Estados e Municípios, representando avanço de 52,1% em relação a 2021.
- **Exportação de petróleo bruto:**
 - Rendeu a entrada de divisas da ordem de US\$ 38 bilhões, correspondente a 12,3% do total da balança comercial, com aumento de 24,3% em relação ao ano anterior.
- **Produção de petróleo e gás natural:**
 - Apresentou recorde histórico com 4,2 milhões de boe/dia.
 - Oferta Permanente de Áreas no Regime de Partilha da Produção
 - Nessa modalidade de licitação as empresas podem manifestar interesse em qualquer bloco ou área em oferta em edital. Entre as vantagens, temos: todos os blocos estudados e viáveis do ponto de vista ambiental ficam disponíveis permanentemente para apresentação de manifestação de interesse por qualquer empresa; realização da licitação sendo efetuada em até 120 dias após a manifestação de interesse; e significativa redução do risco de leilão vazio.
- **Resultado do Leilão:**
 - Como resultado do 1º Ciclo de Oferta Permanente de Partilha foram arrematados quatro blocos exploratórios, arrecadados R\$ 916 milhões em bônus de assinatura e a previsão de investimentos mínimos de R\$ 1,44 bilhão.
- **Potencial de Arrecadação Futura:**
 - Caso ocorra a confirmação de viabilidade econômica para a produção, existe a expectativa de que a arrecadação governamental supera R\$ 156 bilhões, ao longo do prazo de exploração dessas quatro áreas

POÇO TRANSPARENTE

É uma das ações para viabilizar o aproveitamento desses recursos petrolíferos no Brasil. O objetivo do Poço Transparente é desmistificar a atividade de exploração e produção dos recursos petrolíferos em reservatórios não convencionais, através do monitoramento e divulgação das informações sobre todas as etapas do ciclo de vida do projeto, desde o licenciamento ambiental, passando pela perfuração do poço, estimulação, teste de produção e abandono.

- **Ação em 2022:**
 - Edital do Poço Transparente foi publicado em 17/12/2022.
 - Síntese do Projeto:
 - Realização experimental e monitorada, nas fases de exploração ou de produção do contrato de concessão, de poço de petróleo e gás natural, contemplando as atividades de perfuração, de fraturamento hidráulico, e do teste de produção e do abandono.
- **Potencial Exploratório:**
 - Estima-se a exploração de recursos não convencionais pode elevar as reservas brasileiras de gás em 42.588 bilhões de metros cúbicos, com possibilidade de recuperação da ordem de 13.280 bilhões de metros cúbicos.
 - Grupos Técnicos em Licenciamento Ambiental
 - A fim de promover a previsibilidade quanto ao licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, por meio do estabelecimento de diálogo entre os atores governamentais e setoriais, foram mantidas as iniciativas associadas aos Grupos de Trabalho de Planejamento de Oferta de Áreas e de Licenciamento Ambiental.
- **Benefícios Esperados:**
 - Entre outros benefícios, espera-se que melhore a previsibilidade do licenciamento ambiental, aumente o conhecimento ambiental e geológico das novas fronteiras, se mantenha a atratividade das futuras rodadas de licitação e se reduza o tempo a licitação e a realização dos investimentos.
- **Resultados Alcançados:**
 - Em conjunto com os demais órgãos participantes, foram desenvolvidos painéis de acompanhamento dos processos de licenciamento e de critérios para priorização dos licenciamentos, além do fortalecimento da equipe de licenciamento.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

NOVO MERCADO DE GÁS

Em 2022, as medidas que foram implementadas no âmbito do Programa Novo Mercado de Gás geraram resultados significativos.

Desde janeiro, observou-se a entrada de novos ofertantes de gás natural no mercado, fazendo o suprimento de gás natural diretamente a distribuidoras de gás canalizado. Houve também o ineditismo de uma comercializadora brasileira de energia assinar contrato de importação de gás natural com a estatal de energia da Bolívia, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

O número de produtores de gás natural também aumentou no período, especialmente na produção de gás em terra, levando investimento e renda para o interior do Brasil.

Número de Produtores de Gás Natural

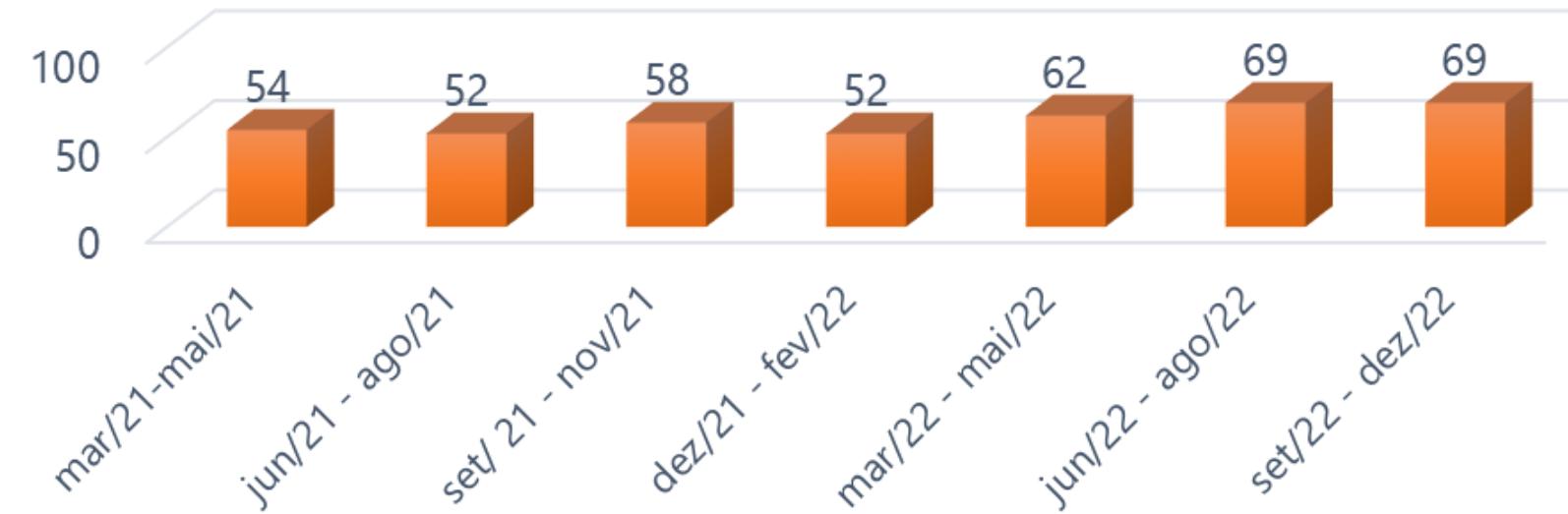


Figura 23. Número de Produtores de Gás Natural

Número de Ofertantes de Gás Natural

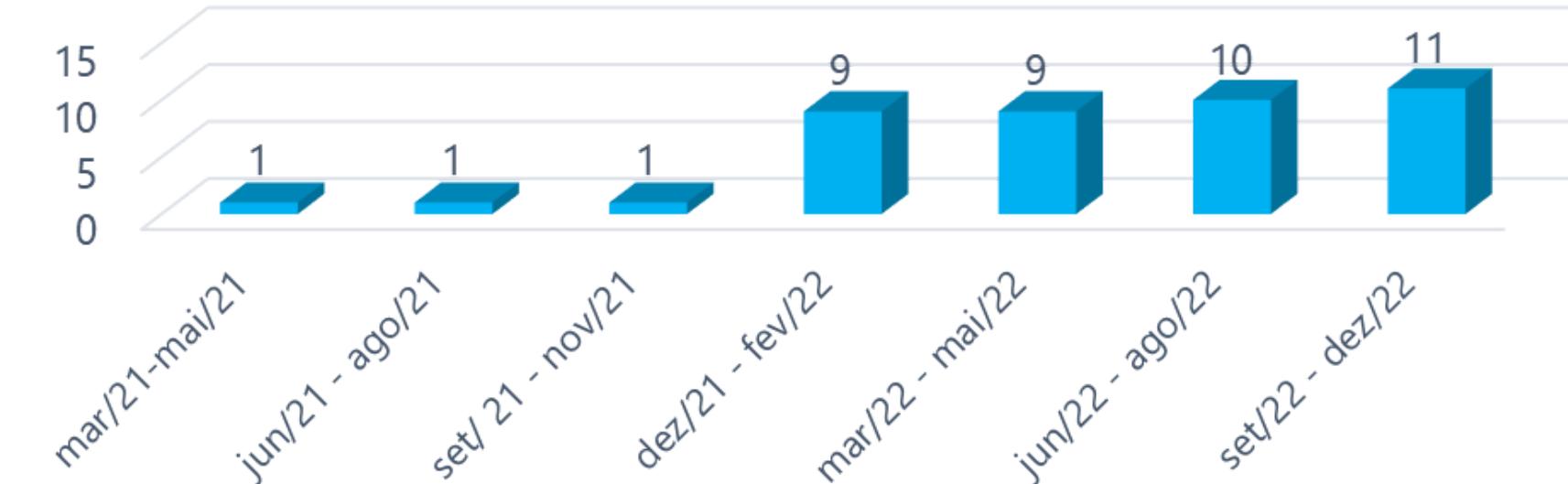


Figura 24. Número de Ofertantes de Gás Natural

A diversificação de agentes promove competição e segurança no suprimento de gás natural. Como resultado, verifica-se que algumas distribuidoras de gás canalizado conseguiram celebrar contratos de suprimento de gás natural com condições mais vantajosas, mesmo em um cenário internacional desafiador para o suprimento do energético.

O dinamismo do mercado tem incentivado novos investimentos no setor, especialmente na ampliação de sistemas de produção, processamento, regaseificação e transporte de gás natural. São exemplos a implantação de novos terminais de GNL (São Paulo, Pará e Santa Catarina), finalização de UPGN (Rio de Janeiro) e conexão de fontes de suprimento ao sistema de transporte dutoviário (Rio de Janeiro e Sergipe).

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

NOVO MERCADO DE GÁS

Oferta e demanda de petróleo e derivados começou o ano de 2022 desbalanceado a nível mundial:

- pelo lado da demanda, com a retomada da economia graças ao avanço da imunização contra a Covid-19; e,
- pelo lado da oferta, devido à redução dos investimentos para manutenção da produção de petróleo e derivados em diversos países.

O conflito entre Rússia e Ucrânia agregou volatilidade aos preços e riscos de escassez. A Europa, dependente dos hidrocarbonetos russos buscou alternativas de fornecimento, alterando os fluxos internacionais dessas commodities.

O impacto desse movimento fica evidente ao avaliar as cotações do petróleo Brent, referência adotada mundialmente, que ultrapassou o patamar de US\$ 120 por barril (R\$ 600) em vários momentos de 2022.

AÇÕES ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO

A Portaria GM/MME nº 623/2022 criou comitê setorial com o objetivo de gerenciar questões inerentes ao suprimento nacional de combustíveis e biocombustíveis relacionadas aos mercados interno e externo de petróleo, gás natural e derivados.

Em ação coordenada com o MME, a ANP determinou sobreaviso no abastecimento, com acesso, diariamente, a informações de importação, movimentação e estoques de óleo diesel S-10.

O Decreto nº 11.121/2022 determinou a divulgação transparente dos preços dos combustíveis automotivos praticados em 22 de junho de 2022.

APRIMORAMENTO DO AR CABOUÇO LEGAL

O MME contribuiu com o debate legislativo acerca do tema de combustíveis.

- A Lei Complementar nº 192/2022 instituiu a monofasia do ICMS para alguns combustíveis (gasolina, etanol, GLP, óleo diesel e biodiesel), bem como reduziu a zero, até o final de 2022, a carga tributária federal sobre o óleo diesel B e QAV.
- A Lei Complementar nº 194/2022 definiu a essencialidade para alguns bens e serviços, o que limitou as alíquotas de ICMS. Ademais, reduziu a zero, até 31/12/2022, as alíquotas dos tributos federais para GNV, etanol e gasolina automotiva.

Essas medidas resultaram, efetivamente, em menores preços dos combustíveis ao consumidor, com destaque para a gasolina, evidenciada na Figura X.

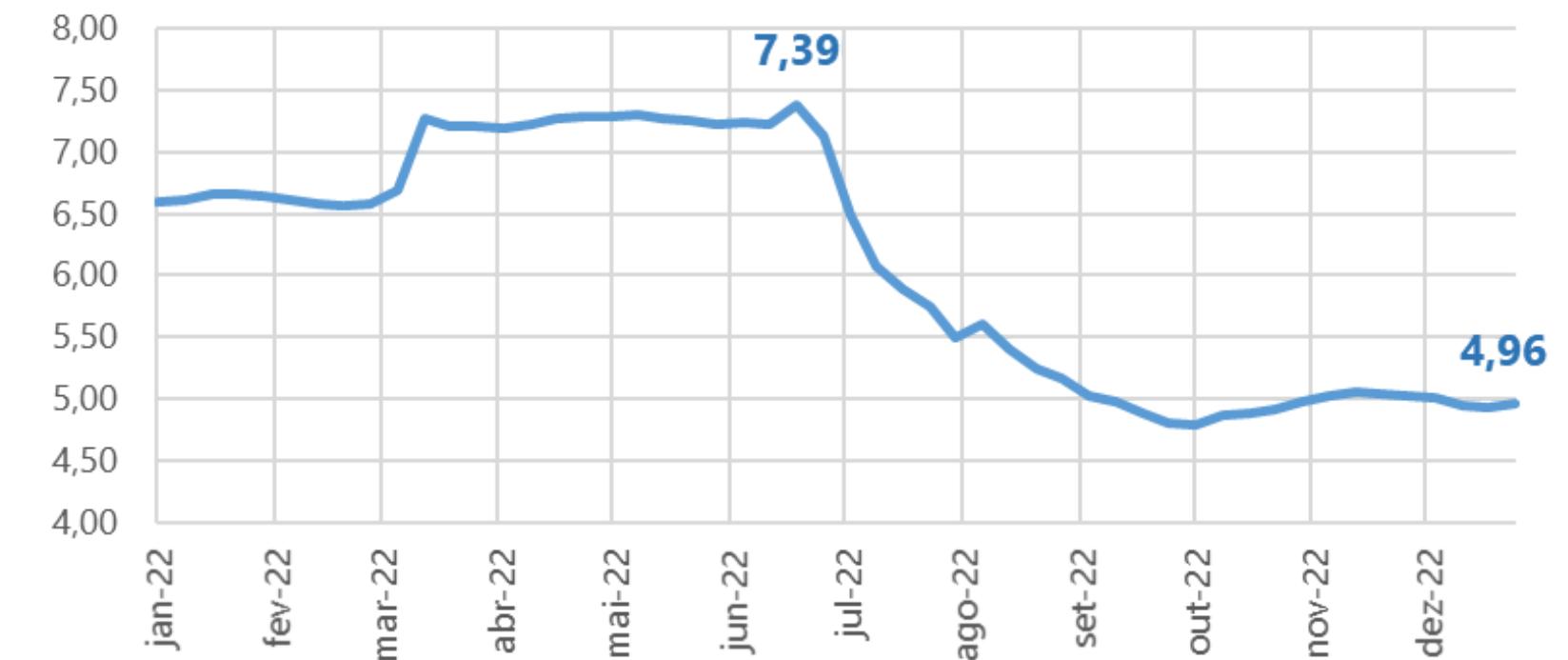


Figura 25. Preços de gasolina ao consumidor em R\$ por litro

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

RENOVABIO

COMITÊ DA POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS (CRBIO)

Em 2022, o Comitê desenvolveu os trabalhos que resultaram na proposta de metas para o período 2023 – 2032 (Resolução CNPE 13/2022) e fixou a meta para o ano de 2023.

DEBÊNTURES INCENTIVADAS

[Foram aprovados 12 projetos](#), nas áreas de produção de biocombustíveis, criação de infraestrutura para produção, tratamento e escoamento de gás natural e criação de infraestrutura para escoamento e armazenamento de combustíveis.

REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO À INFRAESTRUTURA

[Foram aprovados 5 projetos](#), nas áreas de produção de biocombustíveis, Exploração e produção e criação de infraestrutura para produção de gás natural e combustíveis.



RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB

Em 2022, o acordo vigente entre o MME e a OCB avançou com relação ao compartilhamento das bases e análise de dados das cooperativas minerais, e ao planejamento da trilha de aprendizagem para a Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Mape) sustentável, em parceria com a Agência Nacional de Mineração. Além disso, foram realizadas duas visitas técnicas: Ametista do Sul-RS, para aproximação com a comunidade local e sensibilização quanto às boas práticas de mineração responsável; e Medellín-Colômbia, para conhecer projetos de coexistência envolvendo pequenos mineradores e médias e grandes empresas de mineração na busca de redução de conflitos, ampliação de empregos, melhoria de práticas de extração e adoção de tecnologias mais limpas.

A cooperação tem como objetivo geral o desenvolvimento sustentável da Mineração Artesanal e em Pequena Escala – Mape, com ações destinadas à promoção, apoio à regularização e estruturação das cooperativas minerais, bem como a elaboração de estudos técnicos, cartilhas/normas operacionais e compartilhamento de informações para a sociedade.

PRÊMIO MUNICÍPIOS MINERADORES - PMM

Iniciativa com o propósito de mapear, reconhecer e premiar as práticas e projetos de municípios com mineração em seus territórios que estão potencializando o aprimoramento da governança pública. O MME e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) realizaram, em 7 de junho de 2022, a cerimônia de entrega do "Prêmio Municípios Mineradores 2022".

O prêmio, idealizado pelo MME, tem o objetivo de reconhecer o desempenho efetivo da gestão municipal na oferta de serviços públicos e seu impacto direto na população de municípios que desenvolvem atividade mineradora. Nesta edição, foi avaliada a qualidade dos serviços prestados pelos municípios a fim de premiá-los nas seguintes categorias: saúde, educação, proteção social, infraestrutura, meio ambiente, gestão, finanças públicas e desenvolvimento econômico. Os municípios vencedores receberam um troféu e um selo de reconhecimento de qualidade de governança pública. A nova edição do prêmio está prevista para ocorrer em 2023.

PLANO DE AÇÃO NACIONAL (PAN) DA CONVENÇÃO DE MINAMATA

O Plano de Ação Nacional para a Mineração Artesanal e em Pequena Escala de Ouro para o Brasil (PAN Minamata), no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, é um projeto desenvolvido para atendimento da Convenção de Minamata (Decreto nº 9.470/2018). Trata-se de iniciativa para aprimorar políticas e práticas do uso controlado, racional e tecnicamente adequado do mercúrio. O projeto foi lançado em 17 de novembro de 2022 e deverá ser finalizado em 2025, com a entrega do panorama atualizado da Mape de Ouro, a criação do Mecanismo Nacional de Coordenação e a apresentação oficial do PAN ao Secretariado da Convenção. Deverá ser acompanhado pelo Ministério de Minas e Energia nos próximos anos.

AGENDA OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NA MINERAÇÃO – MAPEANDO OS ODS NA MINERAÇÃO BRASILEIRA

O Projeto busca incentivar ações responsáveis e novas adesões dos empreendimentos minerais à Agenda Global de Sustentabilidade. No Seminário “Mapeando os ODS na Mineração Brasileira – versão 2022”, apresentado em 26 de maio de 2022, destacaram-se 11 ações sustentáveis implementadas pelo setor mineral, com 9 empresas e 2 cooperativas atuantes em diferentes regiões do País. Essas e outras iniciativas podem servir de exemplos a serem replicados, pelas empresas do setor mineral e empresas da sua cadeia de valor, sendo uma verdadeira oportunidade de fortalecer iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável nos municípios onde atuam e um estímulo governamental para que o setor mineral internalize as melhores práticas ESG. A síntese das ações e dos trabalhos envolvidos foram publicados, em dezembro de 2022, no relatório “Contribuições da Mineração para os ODS”. Com o objetivo de estimular o setor mineral a adotar práticas empresariais alinhadas aos ODS, além de fomentar ações que geram benefícios para a sociedade brasileira nos aspectos social, econômico ou ambiental, está o Seminário “Mapeando os ODS na Mineração Brasileira, com próxima versão a ser lançada em 2023/2024.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES MME-BNDES

Tem o objetivo de estudar, discutir e propor ações voltadas para o desenvolvimento do setor mineral, com foco nas empresas, incluindo, mas não se limitando, a políticas adequadas de financiamento, aspectos socioambientais, e de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Está previsto o desenvolvimento de planos de trabalho entre BNDES-SGM, em vários eixos. Foram discutidas com o setor, propostas relativas à criação de um fundo de financiamento, foi desenvolvido e aprovado, com apoio do MME, o novo Regulamento Socioambiental para o setor de Mineração do BNDES, comunicando de maneira clara o posicionamento do Banco quanto à sua atuação socioambiental no apoio ao setor e enunciando os fatores que devem ser considerados pelos postulantes de apoio financeiro, de forma a mitigar impactos socioambientais. Houve divulgação dos resultados e o aprimoramento das políticas sociais, ambientais e climáticas de financiamento por ação do Banco.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

SETORIAIS

PLANEJAMENTO DO SETOR MINERAL

O Decreto nº 11.108, de 29 de junho de 2022, instituiu a Política Mineral Brasileira, definiu seus instrumentos de planejamento e criou o Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM, órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes com vistas ao desenvolvimento do setor mineral brasileiro.

Observando a nova sistemática de planejamento estabelecida pelo Decreto, uma das prioridades adotadas em 2022 foi o início do processo de elaboração do Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050), instrumento que norteará as políticas de longo prazo para o setor. A previsão é que o PNM seja publicado em 2023. Para dar início à operacionalização do PNM 2050, e considerando um horizonte de menor prazo, em 2023 será elaborado o Plano de Metas e Ações, com vigência de 2024 a 2028.

LEILÕES E A OFERTA DE ÁREAS DO SETOR MINERAL

Esta iniciativa de ampliar a oferta de áreas ao mercado tem como objetivo atrair recursos para investimento em pesquisa e lavra, propiciando a abertura e o desenvolvimento de novos empreendimentos de mineração.

Em 2022 a ANM realizou a 6^a e 7^a rodadas de oferta de áreas, em que foram ofertadas cerca de 5 mil áreas. Já a CPRM realizou leilão de três blocos de áreas de sua titularidade. O Projeto Cobre o Ouro de Bom Jardim, com áreas em Goiás, foi arrematado lance de R\$ 2 milhões.

Tendo em vista a importância do procedimento de ofertas públicas de áreas da ANM, e considerando que cabe ao MME estabelecer políticas e diretrizes relativas ao setor mineral, foi publicada a Portaria MME nº 695, de 18 de outubro de 2022, que fixou diretrizes para esse procedimento com vistas ao aproveitamento de recursos minerais, haja vista que a oferta contínua de áreas é fundamental para a transformação do patrimônio mineral em riqueza, além de contribuir para a promoção da concorrência e diversificação da matriz mineral do Brasil, sempre baseada no desenvolvimento sustentável.

CONHECIMENTO GEOLÓGICO

O conhecimento geológico é a base para toda a atividade de mineração de bens minerais e combustíveis fósseis, para o planejamento e a execução dos projetos de infraestrutura e para o ordenamento territorial, bem como para a indicação dos processos geológicos que revelam mudanças ambientais atuais e pretéritas.

Os benefícios do conhecimento geológico não se relacionam apenas com sua ampla aplicação, mas também com os benefícios advindos dele e sua relevância para o bem-estar da sociedade. Considerando essa relevância, foi publicada a Portaria MME nº 51, de 18 de outubro de 2022, que visa contribuir para a ampliação do conhecimento geológico do território nacional.

O normativo determinou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) deverão atuar de forma conjunta para a estruturação de uma base de dados que inclua levantamentos geológicos também produzidos por titulares de direitos minerários.

ANUÁRIOS DOS SETORES METALÚRGICO E DE TRANSFORMAÇÃO DE NÃO-METÁLICOS

Anualmente, o MME publica os Anuários Estatísticos dos Setores Metalúrgico e de Transformação de Não metálicos, com dados das indústrias de siderurgia, metalurgia, fertilizantes, cimento, entre outras.

Em 2022, a publicação dos Anuários ocorreu no formato da ferramenta de Business Intelligence (BI), com o objetivo de trazer informações de acesso rápido aos dados dos setores de transformação mineral, além de proporcionar visualizações interativas dos dados. Destaca-se que a iniciativa foi premiada com o "Selo Bronze" da Política Nacional de Modernização do Estado, no eixo "Governo e Sociedade Digital".



RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

SETORIAIS

REGULAMENTO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

O Decreto Nº 9.406/2018 (Regulamento do Código de Mineração) foi atualizado com o Decretos nº 10.965/2022, com vistas à atualização na aplicação e prazos relativos às sanções impostas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) diante das alteração da Lei nº 14.066/2020, na Lei de Segurança de Barragens.

Foi ampliado o rol de responsabilidades socioambientais do minerador; estabelecimento de limite de prorrogação do prazo de pesquisa mineral, a facilitação de registro do aproveitamento de subprodutos no minério e rejeitos, etc. A publicação do Decreto nº 11.197/2022, concedeu maior prazo para a ANM estabelecer as sanções e os valores em resolução, já publicada.

ATOS DE OUTORGAS

Em 2022, foram publicados 122 atos relativos às outorgas de processos minerários, sendo 94 relativos às outorgas (portarias) de concessões de lavra. Visando focar a atribuição ministerial em formular diretrizes e propor políticas, a Lei que criou a ANM (Lei 13.575/2017) estabeleceu que a outorga da concessão de lavra para as substâncias minerais de que trata a Lei nº 6.567/1978 (agregados para construção, calcário corretivo para aplicação direta, etc.) fosse atribuída à Agência.

Com a Lei nº 13.975/2020, que alterou a Lei nº 6.567/1978, esse número de substâncias foi expandido, incluindo também as rochas ornamentais e de revestimentos, as argilas e os carbonatos de cálcio e de magnésio para uso em indústrias diversas.

Assim, a partir de 2017, o número de outorgas publicadas pelo MME passou a ser menor. Em 2022 foram outorgadas 613 concessões de lavra no total. Destas, 94 foram publicadas pelo MME, sendo aproximadamente 57% para água mineral, 18% para metais ferrosos e 12% para metais básicos, distribuídas em sua maioria no Estado de MG (47%), seguido pelos estados de SP (11%), PA (8%) e GO (5%).

INCOPORAÇÃO DA ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE À PLATAFORMA CONTINENTAL JURÍDICA BRASILEIRA X CONTRATO CPRM-ISBA

Tendo em vista que a manutenção do contrato CPRM-Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA, em inglês) conflitava com a proposta de incorporação da Elevação do Rio Grande à plataforma continental jurídica brasileira apresentada pelo Estado Brasileiro, em dezembro de 2018, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC/ONU) e após várias discussões acerca do assunto, a CPRM apresentou ao MME, em 2021, a Carta de Renúncia aos direitos ao Contrato de Exploração de Crostas Ferromanganesíferas ricas em cobalto na Elevação do Rio Grande (ERG) firmado com a ISBA. Tudo discutido no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). A efetivação deste dos compromissos junto à ISBA se deram em 2022, com o desenvolvimento de trabalhos, conforme .

A REDE DE FINANCIAMENTO DO SETOR MINERAL

A REDE Invest Mining é uma Rede Colaborativa para Financiamento da Mineração (RCFM), a qual visa promover condições que favoreçam o financiamento da mineração no Brasil, propiciando uma cultura de investimentos em pesquisa mineral e mineração. A Rede conta com a colaboração de representantes de instituições públicas, entidades representativas do setor mineral e agentes financeiros. Sua atuação inicial está definida em quatro frentes de trabalho: Hub de Projetos, na qual mineradores poderão apresentar seus projetos para a busca de fontes de financiamento; ESG na Mineração, onde mineradores poderão apresentar as melhores práticas adotadas nas áreas social, de meio ambiente e de governança; Mecanismos de Financiamento, na qual mineradores, reguladores e agentes financeiros poderão disponibilizar os mecanismos atuais de financiamento e propor alternativas; e a frente de Aprimoramento Normativo, onde serão discutidas alterações normativas necessárias para viabilizar tais mecanismos de financiamento.

Como previsto para 2022, houve o desenvolvimento dessas frentes de trabalho. Além da participação em diversos eventos do setor mineral, em maio de 2022, com o intuito de promover a captação de recursos para o desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, a Invest Mining lançou a 1ª chamada aberta de projetos para atração de investidores e parceiros para projetos de mineração, no Rio de Janeiro/RJ, em evento conjunto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM).



Informações podem ser consultadas no site: <https://investmining.com.br/>

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

SETORIAIS

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA (TEJ)

Em cumprimento à Lei nº 14.299/2021, que criou o Programa de Transição Energética Justa (TEJ), o MME integra o Conselho do TEJ e participou da elaboração do Plano de Transição Energética Justa - PTEJ. O Plano prevê a execução de ações conjuntas entre a União, Estado de Santa Catarina, Municípios da região carbonífera e empresas de mineração até 2040, inclusive a recuperação ambiental das áreas da ACP do Carvão.

PRÓ-MINERAIS ESTRATÉGICOS

O Decreto nº 10.657/2021 instituiu a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a produção de bens minerais estratégicos e criou o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME).

Em 2021 e 2022, o CTAPME habilitou 19 projetos de mineração. Com base em informações das empresas envolvidas, estima-se um potencial de investimentos superior a R\$ 50 bilhões. Prevê-se ainda um potencial de geração de 70 mil empregos. Destaca-se o Projeto Três Estradas, da Águia Fertilizantes S.A, que obteve a Licença de Instalação – LI.

POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O SETOR MINERAL

Após a elaboração, em 2021, de uma proposta de Programa de Inovação no Setor Mineral, com horizonte até 2030, em 2022, foram realizadas duas oficinas para debates e contribuições à minuta de proposta elaborada pela SGM, com representantes governamentais (Janeiro/2022), cujos resultados foram revisados e consolidados pela SGM; e a segunda com a participação de instituições públicas e privadas (Fevereiro/2022). Após esses dois eventos a SGM consolidou a versão final do Programa, agregando as contribuições das referidas oficinas.

A ação também contribui para a discussão das atividades prioritárias no âmbito do CT-Mineral, colegiado responsável por estabelecer as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (FNDCT) destinados ao setor mineral.

PROGRAMA DE AGROMINERAIS REGIONAIS

Proposição do Programa de Agrominerais Regionais, que tem como objetivo desenvolver rotas tecnológicas de produção de agrominerais regionais com baixa emissão de carbono, bem como uma avaliação agronômica de agrominerais regionais para determinar recomendações de uso.

O programa está em fase de desenvolvimento para a região Centro-Oeste, com proposta complementar de estruturação de um Centro de Excelência em Remineralizadores na região. Destaque para a parceria entre a SGM e a Embrapa por meio de um Termo de Execução Descentralizada-TED nº 11/2021 para o levantamento dos Agrominerais e seu uso regional no Estado de Goiás. Em continuidade ao TED nº 11/2021, foram identificadas as instituições estratégicas para contribuírem nas ações do Plano de Trabalho. Houve a formalização das parcerias.

Foi estabelecida a coordenação e acompanhamento do inventário de produtos e subprodutos e resíduos da mineração. Este levantamento de agrominerais do Estado de Goiás está sendo realizado pelo SGB-CPRM de forma sistemática no Programa de Avaliação do Potencial Agromineral do Brasil. O relatório final deve ser publicado em julho de 2023.

SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO

Em 2022, foram realizados eventos da “Série de Mesas redondas - Novo Padrão Industrial Global para Gestão de Rejeitos (GISTM)” com vistas à sua implementação no Brasil, em conjunto com o International Council on Mining and Metals - ICMM, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a organização internacional Principles for Responsible Investment (PRI).

Em 2022, a ANM computou 342 vistorias realizadas em 281 barragens de mineração, quantidade 12,9% superior ao registrado em 2021. Do total das barragens vistoriadas em 2022, 47% estavam localizadas em MG, 13% no PA, 11% no MT, 10% em SP e 19% nos demais Estados (AM, AP, BA, GO, MA, MS, RO, RS e SE).

AGENDA INTERNACIONAL

**Principais atividades
e eventos em âmbito internacional**

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



AGENDA INTERNACIONAL

Tabela 3. Agenda Internacional

Iniciativa	Resultados/Benefícios
XII Assembleia da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) Vinculada à Dimensão Estratégica “Energia”	A XII Assembleia da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), foi realizada em Abu Dhabi, nos dias 15 e 16 de janeiro. O evento debateu os resultados da COP-26 e do Diálogo de Alto Nível de Energia das Nações Unidas, no qual tanto o Brasil quanto a Agência desempenharam papel de destaque. O Brasil tem tido um engajamento produtivo com as áreas técnicas da Agência em temas de interesse para o país, como o planejamento de longo prazo. O Brasil deve participar dos esforços da IRENA no sentido de realizar levantamento do setor de energias renováveis na região sul-americana, por meio do programa “RE-Map South America”.
Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) Vinculado à Dimensão Estratégica “Energia Elétrica”	O Ministério de Minas e Energia a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) reuniram-se virtualmente, em 15 de março, para tratar da Missão de Avaliação do Projeto "Acoplamento de Setores e Economia Verde". A GIZ foi incumbida pelo Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha de desenvolver uma proposta que visa a apoiar o desenvolvimento e a implementação de um projeto de acoplamento de setores de energia elétrica com os setores de mobilidade e indústria voltado para o fomento de uma economia verde.
2ª reunião do GT Brasil-EUA sobre Minerais Críticos. Vinculada à Dimensão Estratégica “Geologia, Mineração e Transformação Mineral”	A Reunião de trabalho do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos com vistas as tratativas de cooperação sobre minerais críticos, em formato virtual, em 9 de julho, em formato virtual. Assim como ocorreu na primeira reunião do GT, ocorrida em 2021, discutiu-se a cooperação para agregação de valor às cadeias de minerais estratégicos, tais como: nióbio, grafite, lítio, níquel, terras-raras, tântalo e vanádio
Convenção anual do Prospectors & Developers Association (PDAC 2022) Vinculada à Dimensão Estratégica “Geologia, Mineração e Transformação Mineral”	O stand brasileiro do maior evento do setor mineral do mundo, foi aberto oficialmente pelo Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, no dia 13 de junho, em Toronto, Canadá. A delegação brasileira, representando 38 mineradoras, também abriu o pregão da Bolsa de Toronto. No dia dedicado à mineração brasileira no PDAC, chamado de Brazilian Mining Day, empresas brasileiras e estrangeiras que investem em projetos de exploração demonstraram os resultados de sucesso obtidos recentemente no Brasil.
“Mission Innovation” e “Clean Energy Ministerial” Vinculado à Dimensão Estratégica “Energia”	O Brasil foi escolhido, por unanimidade, para sediar, em 2024, a 15ª Reunião Ministerial de Energia Limpa (“Clean Energy Ministerial”, CEM) e a 9ª Reunião Ministerial da “Missão Inovação” (“Mission Innovation”, MI), como reconhecimento do perfil limpo da matriz energética brasileira e do papel de liderança exercido pelo País nessa área. No mesmo ano, o Brasil exercerá a presidência do G20, grupo das principais economias do mundo, e vinculará os dois eventos à Reunião Ministerial de Energia do agrupamento. A CEM e a MI são plataformas multilaterais que reúnem países em desenvolvimento e desenvolvidos, além de organizações internacionais e empresas, com o objetivo de acelerar a transição para as energias limpas ao redor do mundo. Os projetos de colaboração internacional desenvolvidos pelas plataformas buscam estimular pesquisa e inovação, assim como aspectos vinculados à comercialização de tecnologias de energia limpa em larga escala. Os encontros serão realizados na cidade de Foz de Iguaçu (PR), no campus de Itaipu Binacional, usina hidrelétrica líder mundial em geração de energia limpa.

AGENDA INTERNACIONAL

Tabela 4. Agenda Internacional

Iniciativa	Resultados/Benefícios
2ª Reunião Ministerial do Fórum de Energia Brasil - Estados Unidos (USBEF) Vinculado à Dimensão Estratégica “Energia”	A 2ª Reunião Ministerial do Fórum de Energia Brasil-Estados Unidos (USBEF), realizada no dia 18 de agosto, da 2ª Reunião Ministerial do Fórum de Energia Brasil - Estados Unidos (USBEF), em Washington, nos Estados Unidos. O Fórum é uma iniciativa dos Ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores com suas contrapartes americanas. Durante o Fórum, foi aprovado o Plano de Ação 2022-2023, que inclui manejo e captura de carbono e metano, e energias renováveis, bem como abordagens sobre os principais aspectos do setor de energia brasileiro, bem como do lançado o Diálogo da Indústria de Energia Limpa EUA - Brasil (CEID), que reúne atores dos setores público e privado dos dois países e pretende aumentar o comércio e atrair investimentos e parcerias em energia limpa.
XII Conferência Anual de Ministérios de Mineração das Américas (CAMMA) Vinculada à Dimensão Estratégica “Geologia, Mineração e Transformação Mineral”	A XII Conferência Anual de Ministérios de Mineração das Américas – CAMMA, ocorreu nos dias 18 e 19 de outubro, em formato híbrido (presencial e virtual). O objetivo da XII CAMMA foi reunir os ministérios de mineração das Américas para promover a colaboração entre os países da região e contou com a presença da Vice-Presidente da República e do Ministro de Energia e Minas da República Dominicana. A conferência teve, além das autoridades dominicanas, participantes presenciais e virtuais representando governos da Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Peru, Panamá, Venezuela, Costa Rica, Colômbia, El Salvador, Honduras, Guatemala, México, Belize, Canadá, Estados Unidos, Jamaica e Trinidad e Tobago. A reunião discutiu as perspectivas do setor de mineração nos países da região, com ênfase em mineração e desenvolvimento sustentável, o papel dos minerais críticos para a transição energética, governança dos recursos minerais e oportunidades de investimento no desenvolvimento de minerais estratégicos.
Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina sobre Intercâmbio de Energia, em formato híbrido. Vinculado à Dimensão Estratégica “Energia”	O Ministério de Minas e Energia e a Secretaria de Energia do Ministério da Economia da Argentina, assinaram, me 24 de novembro, Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio de Energia. O memorando abrange a integração entre os mercados de energia elétrica e gás natural dos dois países. O fortalecimento da integração binacional promove benefícios em aspectos energéticos, ambientais, financeiros e sociais. Além disso, sob a ótica do setor elétrico, contribui para redução do custo de operação e para aumento da segurança energética, com impacto positivo aos consumidores e ao mercado de energia das duas nações. Atualmente, o intercâmbio de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina dá-se majoritariamente por meio das conversoras Garabi I e II, localizadas no município de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. A assinatura do Memorando cumpre exigência legal para a realização de leilão das instalações de Garabi I e II.
Workshop MME-Noruega sobre Hidrogênio Vinculado à Dimensão Estratégica “Energia”	O Ministério de Minas e Energia realizou, no dia 22 de novembro, em parceria com a Embaixada Norueguesa, o workshop técnico sobre hidrogênio para discutir as perspectivas e possibilidades de cooperação entre os dois países. Durante o evento realizado no MME, a coordenadora do Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2) apresentou as ações desenvolvidas pelo governo brasileiro e ressaltou que a cooperação internacional é um dos eixos estratégicos do PNH2. O evento teve abertura do embaixador da Noruega em Brasília e contou com a participação de representantes de empresas norueguesas que apresentaram as ações desenvolvidas no âmbito do setor de hidrogênio. Foram destacados projetos em andamento no país e o grande potencial brasileiro para se destacar no setor.

PERFIL DE GASTOS DO MINISTÉRIO

Detalhamento dos gastos administrativos
do Ministério

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PERFIL DE GASTOS DO MINISTÉRIO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por meio da publicação da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. Diferente dos anos anteriores, em 2022 não houve alocação de recursos no Órgão Orçamentário 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição (Regra de Ouro).

Durante o processo de aprovação da LOA 2022, o Congresso Nacional efetuou cancelamento de R\$ 2 milhões em despesas discricionárias (RP 2) e acréscimo de R\$ 6,2 milhões na Reserva de Contingência (Despesas Financeiras – RP 0). A dotação aprovada da LOA para a Unidade Orçamentária 32.101 – Ministério de Minas e Energia – Administração Direta foi de R\$ 888.894.427, assim distribuídos por indicador de Resultado Primário:

- Despesas Financeiras RP 0 = R\$ 550.657.920 (63% do total)
- Despesas Obrigatórias RP 1 = 186.724.515 (21% do total)
- Despesas Discricionárias RP 2 = 147.344.566 (16% do total)

Comparando-se a dotação aprovada na LOA 2022 com a aprovada na LOA 2021 (dotação inicial), houve aumento de 26%, acréscimo de R\$ 182,5 milhões. No entanto, desse valor, R\$ 180,7 milhões foram destinados à Reserva de Contingência.

Grupos de Natureza de Despesa - GND	Comparação LOA 2022 e LOA 2021 por GND			
	LOA 2021	LOA 2022	Diferença	%
MME	706.404.501	888.894.427	182.489.926	25,8%
1. Pessoal e Encargos Sociais	184.874.693	180.139.489	-4.735.204	-2,6%
3. Outras Despesas Correntes	141.644.446	139.125.617	-2.518.829	-1,8%
4. Investimentos	6.400.000	15.442.500	9.042.500	141,3%
9. Reserva de Contingência	373.485.362	554.186.821	180.701.459	48,4%

Tabela 5. Comparação por GND da LOA 2020 e LOA 2021 (MME + Recursos Condicionados)

No exercício de 2022, foi aberto crédito especial para a Ação 00SC - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - ENBPar no valor de R\$ 1,2 bilhão. Ao se abater esse valor, o resultado líquido das alterações orçamentárias (diferença entre créditos adicionais e cancelamentos de créditos) foi negativo, com redução de R\$ 5,3 milhões. Os maiores cancelamentos de créditos ocorrem nas Ações:

- 13E4 - Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II: R\$ 8,9 milhões (cancelamento de 42% da dotação aprovada na LOA para essa ação).
- 2000 - Administração da Unidade: R\$ 5 milhões (cancelamento de 12% da dotação aprovada na LOA para essa ação).
- 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União: R\$ 4,9 milhões (cancelamento de 5% da dotação aprovada na LOA para essa ação).

O maior valor de crédito suplementar foi aberto para a Ação 00OE - Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos, R\$ 13,6 milhões, aumento de 17,5% em relação ao valor aprovado na LOA.

Grupos de Natureza de Despesa - GND	LOA	Alterações Orçamentárias	LOA Final	Variação %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.139.489	-4.535.728	175.603.761	-2,5%
3 - Outras Despesas Correntes	139.125.617	-1.975.318	137.150.299	-1,4%
4 - Investimentos	15.442.500	1.208.449	16.650.949	7,8%
5 - Inversões Financeiras	0	1.212.148.152	1.212.148.152	
9 - Reserva de Contingência	554.186.821	0	554.186.821	0,0%
Total Geral	888.894.427	1.206.845.555	2.095.739.982	135,8%

Tabela 6. Alterações Orçamentárias 2022 por Grupo de Natureza de Despesa (GND)

PERFIL DE GASTOS DO MINISTÉRIO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

O MME encerrou o exercício empenhando 99,3% de sua dotação atualizada ao final do exercício (LOA + Créditos Adicionais – Cancelamentos). Quanto às despesas discricionárias, ao se retirar a Ação 00SC - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (crédito especial), a execução é de 95%.

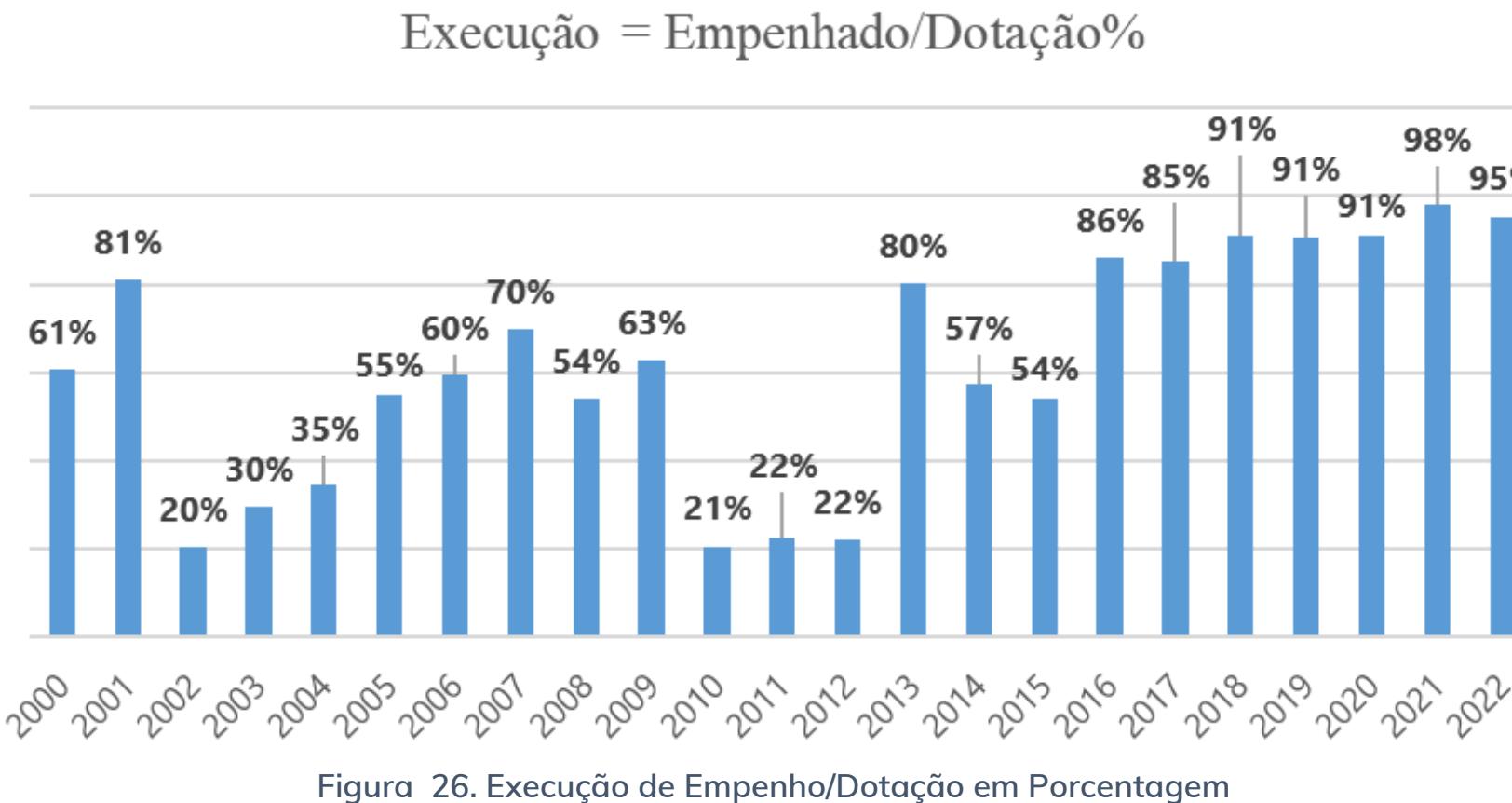


Figura 26. Execução de Empenho/Dotação em Porcentagem

Em 2022, houve aumento de R\$ 25,6 milhões no valor empenhado em comparação à 2021, o que corresponde a aumento de 9%. Para as despesas discricionárias o aumento foi de 29%, com valor empenhado R\$ 30,5 milhões maior que em 2021. No caso das despesas obrigatórias o valor empenho foi inferior ao valor empenhado em 2021, refletindo a tendência de redução nas despesas com pessoal do MME.

Tabela 7. Valores Empenhados pelo MME por Indicador de Resultado Primário da LOA 2022 e LOA 2021

Indicador de Resultado Primário	Execução - Valores Empenhados em 2021 e 2022			
	Valores Empenhados 2021	Valores Empenhados 2022	Diferença 2022 - 2021	Diferença (%) 2022 - 2021
MME	292.355.966	317.942.208	25.586.242	9%
0 – Financeiro	2.694.084	2.498.691	-195.393	-7%
1 - Primário Obrigatório	182.496.091	177.702.357	-4.793.734	-3%
2 - Primário Discricionário	107.165.791	137.741.160	30.575.369	29%

Obs.: exclui-se da análise a Ação 00SC - Participação da União no Capital de nova Estatal controladora de Itaipu Binacional e a Eletrobrás Termonuclear S.A

Quatro ações são responsáveis por 93% do total do valor empenhado em 2022, sendo duas destas ações obrigatórias e as outras duas discricionárias (não foi considerada a Ação 00SC - Participação da União no Capital de nova Estatal controladora de Itaipu Binacional e a Eletrobrás Termonuclear S.A).

Tabela 8. Participação por Ação na Execução Orçamentária da LOA 2021

Ação	Empenhado	Participação %	Participação % Acumulada
00OE - Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos	91.417.759	29%	29%
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	89.556.372	28%	57%
20TP - Ativos Civis da União	79.907.482	25%	82%
2000 - Administração da Unidade	34.478.491	11%	93%
Demais Ações	22.582.104	7%	100%
TOTAL	317.942.208	-	-

PERFIL DE GASTOS DO MINISTÉRIO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

Em 2022, houve descentralização de créditos orçamentários para outras Unidades Orçamentárias no valor de R\$ 10,3 milhões, muito superior ao valor de R\$ 763 mil de descentralização de créditos realizada em 2021 (aumento de 1.255%). Do valor descentralizado em 2022, 92% foram da Ação 13E4 - Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II.

Para análise das despesas discricionárias (RP 2), as ações foram agregadas em três grupos: Operações Especiais, Ações de Gestão e Ações Finalísticas. Conforme essa classificação, as Ações Finalísticas representam 8% do valor empenhado em 2022 em RP 2, enquanto as Ações de Gestão 26% e as Operações Especiais 66%.

Operações Especiais:

são as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços (conforme definição da Portaria MOG nº 42/1999, Art. 2º, d);

Ações de gestão:

conforme a definição de Programa de Gestão no art. 2º, XV, da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, é conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, que não são passíveis de associação aos programas finalísticos, relacionadas à gestão da atuação governamental ou à manutenção da capacidade produtiva das empresas estatais;

Ações finalísticas:

conforme a definição de Programa Finalístico no art. 2º, XII, da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, é conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, suficientes para enfrentar problema da sociedade, conforme objetivo e meta.

Enquanto a execução orçamentária das ações classificadas como Operações Especiais e Ações de Gestão foi de 100% e 90% respectivamente, a execução das Ações Finalísticas foi de 79%. Do valor empenhado das Ações Finalísticas, 90% correspondem às descentralizações de créditos orçamentários efetuadas pelo Projeto Meta II e SGM (R\$ 9,8 milhões) e R\$ 1 milhão foi empenhado em diárias e passagens.

Elemento de Despesa	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 2022-2021	Variação % 2021-2020
14 - Diárias - Pessoal Civil	584.351	1.207.631	349.609	714.072	799.108	85.036	12%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.374.878	2.867.966	1.053.636	1.472.261	2.633.981	1.161.720	79%
TOTAL Diárias e Passagens	1.959.229	4.075.597	1.403.245	2.186.333	3.433.089	1.246.756	57%
Valor Total Empenhado em Despesas Discricionárias	158.187.486	157.723.898	203.600.143	107.165.791	137.741.160	30.575.369	29%
% de Diárias e Passagens sobre Despesas Discricionárias	1,24%	2,58%	0,69%	2,04%	2,49%	-	-

Tabela 9. Valores Empenhados em Diárias e Passagens

PERFIL DE GASTOS DO MINISTÉRIO

Ação	Dotação Final	Empenhado	Execução %
00OE - Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos	91.417.760	91.417.759	100%
00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados	34.840	34.543	99%
Operações Especiais	91.452.600	91.452.302	100%
2000 - Administração da Unidade	37.685.046	34.478.491	91%
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.000.000	683.346	68%
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	500.000	186.258	37%
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	32.228	0	0%
Ações de Gestão	39.217.274	35.348.094	90%
4887 - Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	657.265	567.999	86%
4892 - Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	458.710	455.527	99%
4897 - Planejamento do Setor Energético	266.474	263.935	99%
21BA - Coordenação das ações de gestão e monitoramento do setor elétrico	250.000	123.699	49%
13E4 - Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II	12.158.956	9.529.603	78%
Ações Finalísticas	13.791.405	10.940.763	79%
TOTAL	144.461.279	137.741.160	95%

Tabela 10. Execução das Ações de RP 2 – Despesas Discricionárias da LOA 2022

Quando analisado o perfil de gasto por Grupo de Natureza de Despesa (GND), 54% foi empenhado em GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 172 milhões), 42% em GND 3 – Outras Despesas Correntes (R\$ 132,4 milhões) e 4% em GND 4 – Investimentos (R\$ 13,6 milhões).

Analizando a série histórica da execução por Grupo de Natureza de Despesa, observa-se redução contínua nos valores empenhados em GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais desde 2016, após atingir seu pico, em 2015, com R\$ 198 milhões empenhados. A partir de 2016, o valor empenhado tem sido sempre menor que o ano anterior, chegando a R\$ 171 milhões em 2022. Isso significa redução de R\$ 26 milhões (em valores nominais) em relação ao valor empenhado em 2015, o que corresponde a redução de 13%.

Essa tendência é consequência da redução dos valores empenhados nas Ações 0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis e 20TP - Pessoal Ativo da União. Até 2017, o valor empenhado para pagamento de ativos (Ação 20TP) era superior ao valor empenhado para pagamento de inativos (Ação 0180). A partir de 2018, essa relação se inverteu, com os valores empenhados para pagamento de aposentarias e pensões superiores aos valores para pagamento de ativos.

Comparando os valores empenhados em 2022 com os valores empenhados em 2017, observa-se redução de R\$ 10 milhões no valor empenhado para pagamento de aposentadoria e pensões, redução de 10%, e diminuição R\$ 21,4 milhões no pagamento de ativos, redução de 21%.

O MME iniciou 2022 com R\$ 28,3 milhões inscritos em Restos a Pagar (RAP), sendo 55% inscritos em Restos a Pagar não Processados. Durante o exercício, foram pagos R\$ 26,2 milhões de RAP, cancelados R\$ 268 mil, e o saldo de R\$ 1,9 milhão foi reinscrito para o próximo exercício.

PERFIL DE GASTOS DO MINISTÉRIO

Restos a Pagar	Inscritos	% Inscritos	Cancelados	Pagos	Pagos/ Inscritos %	A Pagar
Restos a Pagar do exercício - Processados	12.727.425	45%	-	12.694.514	100%	32.911
Restos a Pagar do exercício - Não Processados	15.647.580	55%	268.739	13.537.923	87%	1.840.918
TOTAL	28.375.005	-	268.739	26.232.437	92%	1.873.829
Participação	-	-	0,9%	92,4%	-	6,6%

Tabela 11. Execução de Restos a Pagar no exercício de 2022

A dotação final das despesas discricionárias da LOA 2022 foi de R\$ 144,4 milhões. Deste valor não foram empenhados R\$ 6,7 milhões (4,7%) e inscritos em Restos a Pagar R\$ 23,4 milhões (16,3%), sendo que R\$ 4,5 milhões foram inscritos em Restos a Pagar Processados e R\$ 18,9 milhões em Restos a Pagar Não Processados.

DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO

Considerando que o índice de execução orçamentária (relação entre valores empenhados e dotação final) alcançou 95% para as despesas discricionárias no exercício de 2022 se aproxima da meta de execução de 100%, conclui-se que o desempenho ficou dentro do esperado.

A meta de execução de 100% é decorrente das Emendas Constitucionais nº 100/2019 e nº102/2019, que incluíram os §§ 10 e 11 no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. Estes dispositivos preveem a regra do dever de executar as programações orçamentárias, exceto na impossibilidade técnica justificada e com a exclusividade sobre as despesas primárias discricionárias. No entanto, a avaliação e as justificativas para a execução das ações são de competência das Unidades Gestoras Executoras do MME, já que a Coordenação de Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) não executa o orçamento.

EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO

A Junta de Execução Orçamentária – JEO determinou cinco bloqueios de créditos orçamentários com a finalidade de atender os limites individualizados de que trata o art. 107 do ADCT (Teto de Gastos), o que atingiu particularmente a execução das despesas discricionárias. Apesar de os valores terem sido reestabelecidos ao final do exercício, os bloqueios interromperam a execução orçamentária.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A seguir, são relacionados alguns dos principais desafios para o orçamento do MME:

- **Alto valor alocado na Reserva de Contingência:**

No ano de 2022 a dotação da Ação 0Z00 - Reserva de Contingência – Financeira foi de R\$ 554 milhões, o que corresponde a 62% do valor total aprovado para o MME na LOA 2022. Ou seja, o valor da Reserva de Contingência é superior à soma dos demais Grupos de Natureza de Despesa. Esta é uma tendência histórica no orçamento do MME. A Reserva de Contingência é composta por Fontes de Recursos que não foram alocadas para execução orçamentária e que vão sendo entesouradas ano após ano. O resultado disso é que o MME possui superávit financeiro de R\$ 2,5 bilhões de reais, conforme a Portaria STN/ME N° 1.585, de 23 de fevereiro de 2023. Esse valor equivale a quase 8 vezes o valor empenhado em 2022.

- **Ações Finalísticas possuem baixa participação e baixa execução:**

Como visto, as ações finalísticas correspondem a 8% do total empenhado em despesas discricionárias em 2022, e sua execução ficou em 79%. Estas ações são destinadas a enfrentar problemas da sociedade, conforme objetivo e meta, ou seja, a política pública propriamente dita. Quando se detalha a execução, a maior parte foi realizada por meio execução indireta, ou seja, por meio de descentralização de créditos orçamentários para outras Unidades, e o restante utilizado para pagamento de diárias e passagens.

Execução da Ação 00OE - Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos, que responde por contrato da União com a PPSA, pressiona o limite de movimentação e empenho e limite de pagamento das despesas discricionárias. Somente esta ação corresponde por 66% do valor empenhado em despesas discricionárias em 2022.

GESTÃO DE PESSOAS

Gestão de pessoas em perspectiva.
Números, cenário e desafios.

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



GESTÃO DE PESSOAS

LEGISLAÇÃO APLICADA

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais aplicações à área de gestão de pessoas, é observado o conjunto de normas, pareceres e diretrizes estabelecidos ou referenciados pelo Governo Federal e Órgãos de controle. Assim, diariamente, são verificadas e consultadas as normas publicadas pelo Ministério da Economia órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

APONTAMENTO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TCU – Tribunal de Contas da União

Os indícios de irregularidades envolvendo pensão, acúmulo de jornada de trabalho, dentre outros, apontados pelo órgão de controle externo, estão sendo verificados e respondidos no sistema e-Pessoal do TCU. O trabalho desenvolvido pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos visa minimizar as ocorrências de irregularidades indicadas, o que pode ser constatado pelos números apontados e arquivados pelo Tribunal de Contas da União.

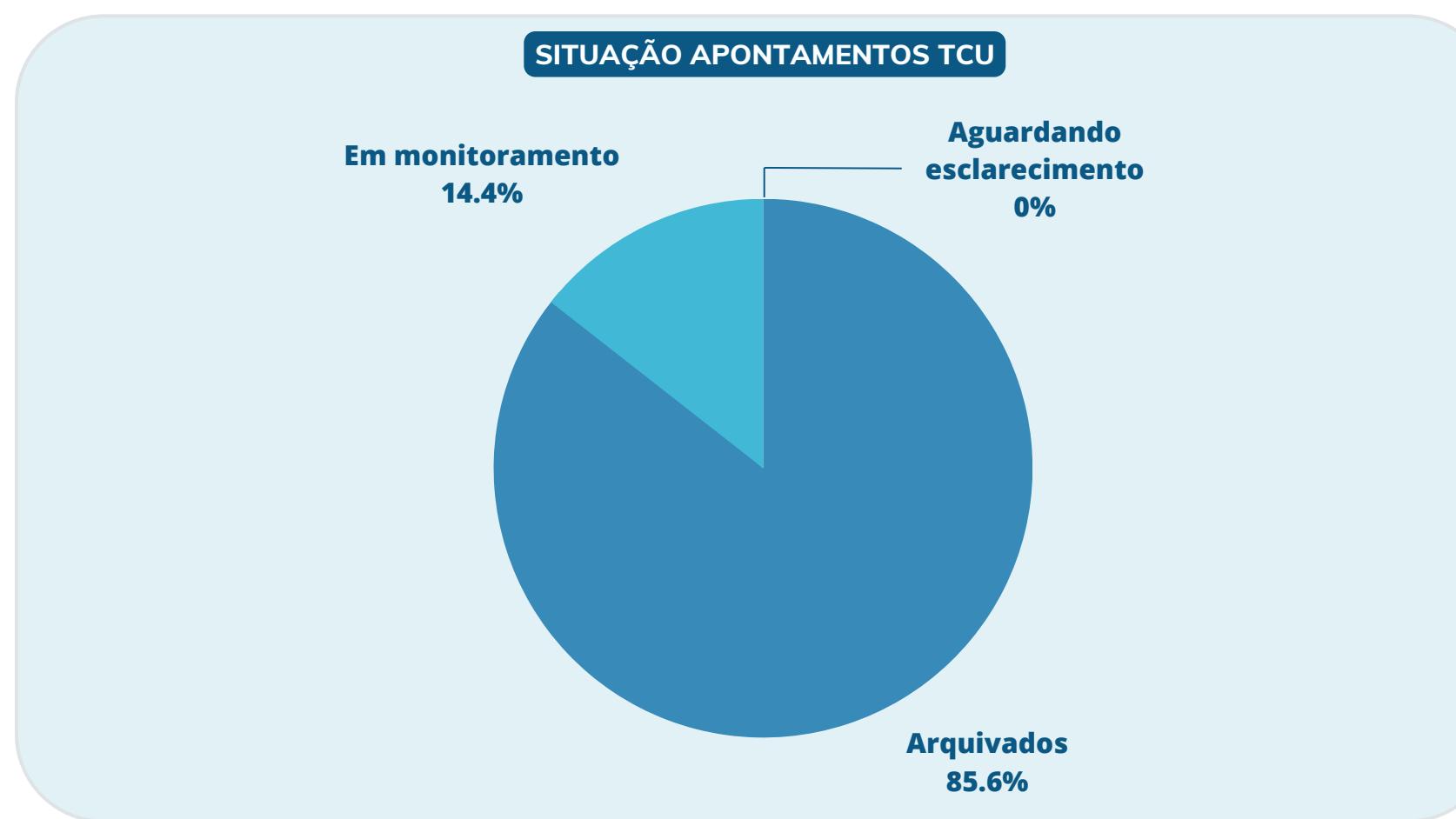


Figura 27. Apontamentos TCU – Gestão de Pessoas

EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO

O contingente de pessoal do MME compreende o quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e o Quadro Especial em Extinção do MME, que abarca ex-empregados oriundos de extintas empresas estatais, além dos ocupantes de FAS – Função de Assessoramento Superior. Esses empregados são do regime celetista, com anistia concedida por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, e outros que retornaram aos cargos públicos por ações de decisões judiciais favoráveis. Atuam também no MME, servidores públicos requisitados da Administração direta e indireta, bem como pessoas sem vínculo com o serviço público que ocupam cargos de livre provimento.

Outro contingente que compõe a força de trabalho deste Ministério são os integrantes das carreiras de Analistas de Infraestrutura, de Planejamento e Orçamento, de Auditores Federais de Finanças e Controle, de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e de Analistas em Tecnologia da Informação do Ministério da Economia – exercício descentralizado; e da Advocacia Geral da União (AGU).

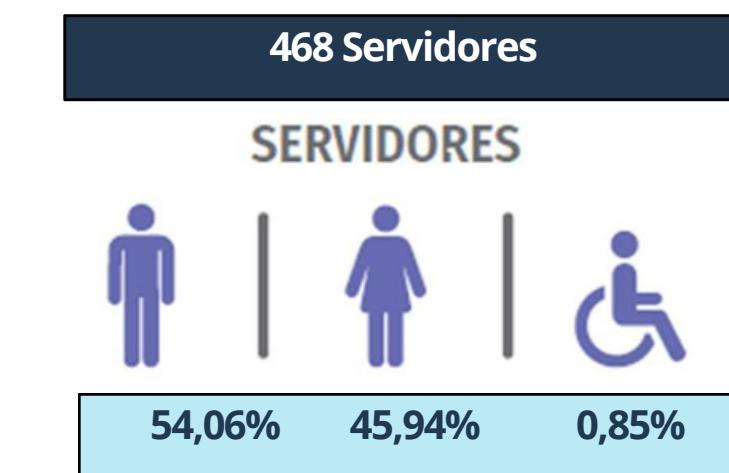


Figura 28. Força de Trabalho

Natureza Especial	Ativo Permanente	Requisitado Orgãos	Requisitado Empresas	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado	Contrato Temporário	Anistiado
2	121	87	1	103	75	0	79
0,43%	25,85%	18,59%	0,21%	22,01%	16,03%	0,00%	16,88%

Figura 29. Situação funcional dos servidores

GESTÃO DE PESSOAS

Cabe registrar que apenas os servidores em exercício neste Ministério foram contabilizados. Assim, fica evidente a redução do quadro de servidores, considerando a evasão (aposentadoria, falecimento, cessão, rotatividade) e a escassez de concurso público, principalmente, para servidores técnicos especializados nas áreas finalísticas.



Figura 30. Total de servidores/empregados em exercício no MME por atividade

A perspectiva de mudanças nas regras de aposentadoria/previdência e sua aprovação acelerou e motivou o número de aposentadoria. Outro ponto crítico da evolução do Quadro de Pessoal é a faixa etária mais elevada dos servidores que concentra um número significativo de servidores próximos à aposentadoria, o que pode reduzir ainda mais o pequeno quadro de pessoal.

Outro ponto crítico da evolução do Quadro de Pessoal é o envelhecimento dos servidores que em parte compromete a condução dos processos organizacionais e consequentemente o atendimento às crescentes demandas institucionais atribuídas ao Ministério de Minas e Energia ao longo desses últimos anos.

Como se constata, a maior concentração fica na faixa etária acima de 60 anos (a explicação para esse fato está no retorno dos anistiados e da renovação do quadro por falta de concurso público) que somados à faixa etária anterior (51 a 60 anos) atinge a expressiva marca de 62,48%. Importante ressaltar que os números são relativos somente ao pessoal em exercício no MME, pois caso fosse contabilizado os anistiados que estão em exercícios em outros órgãos, esse mesmo percentual se elevaria para 78,63%.

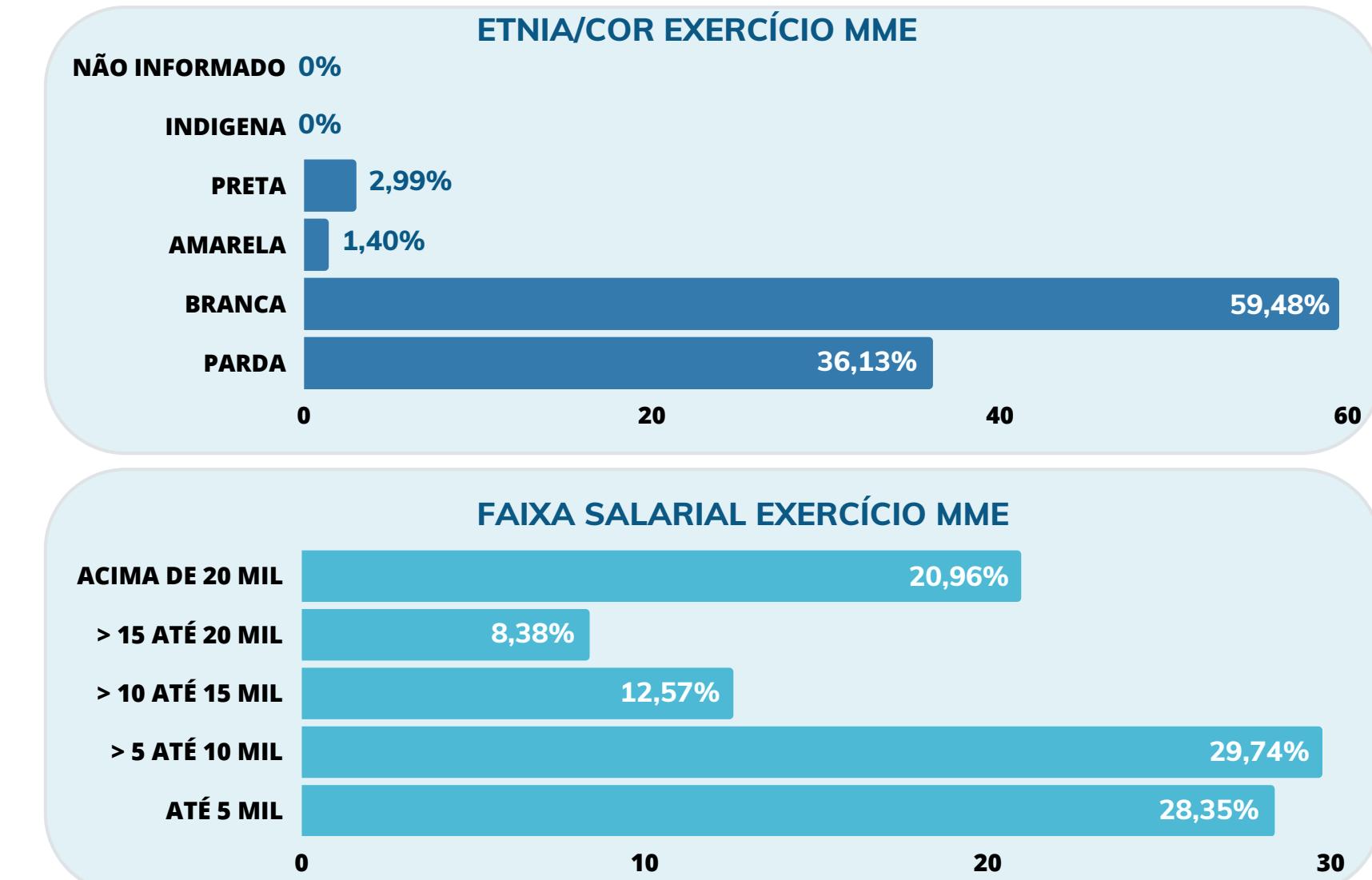


Figura 31. Etnia/Cor e Faixa Salarial

GESTÃO DE PESSOAS

Cabe registrar que apenas os servidores em exercício neste Ministério foram contabilizados. Assim, fica evidente a redução do quadro de servidores, considerando a evasão (aposentadoria, falecimento, cessão, rotatividade) e a escassez de concurso público, principalmente, para servidores técnicos especializados nas áreas finalísticas.

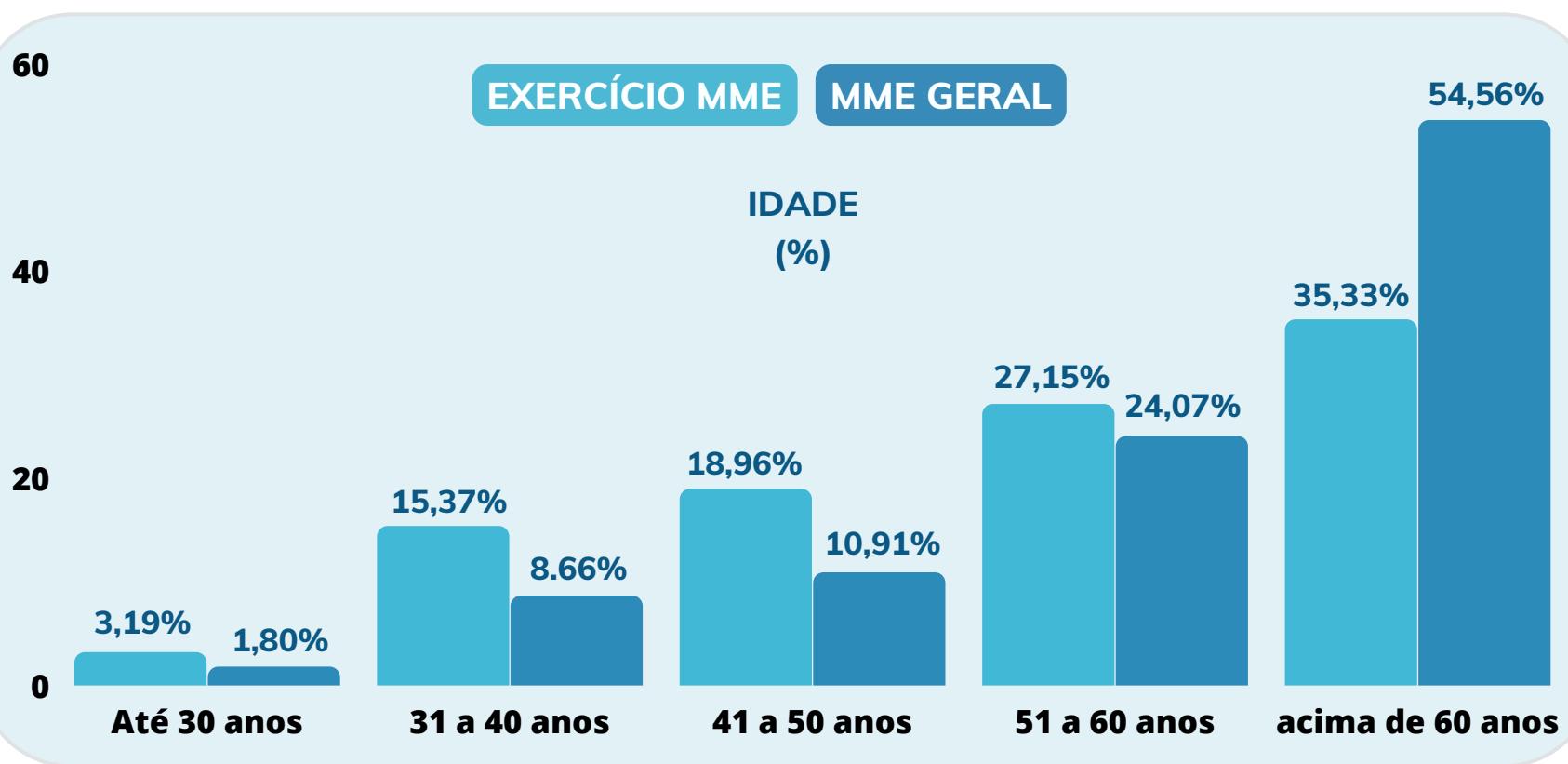


Figura 32. Idade de servidores e empregados - MME

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH desempenha um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento que buscam agregar conhecimento e valorização dos servidores. Assim, familiarizado com o novo formato de elaboração e execução do Plano de Capacitação definido pelo Ministério da Economia e mais adaptado pelas restrições impostas pelo COVID-19, o número de servidores, com pelo menos um evento de capacitação, soma 148 (cento e quarenta e oito) participantes, sendo 259 (duzentos e cinquenta nove) participações distribuídas em 69 (sessenta e nove) eventos realizados.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. A mencionada avaliação impacta diretamente na gratificação de desempenho do servidor e, consequentemente, em sua remuneração. Em 2022 foram avaliados os servidores para fins de percepção da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do PGPE (GDM) e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE), totalizando 219 (duzentos e treze) servidores avaliados.

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

A alocação de servidores nas unidades administrativas do Ministério ocorre por meio de análise curricular e/ou pelos critérios gerais para ocupação de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS ou de Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE (Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019).

CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

Estágio Supervisionado: com um total de 66 vagas (03 vagas de nível intermediário, 60 vagas de nível superior graduação e 03 vagas de nível superior pós-graduação). Como expressa e fundamenta o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.788, de 2008, o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

GESTÃO DE PESSOAS

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

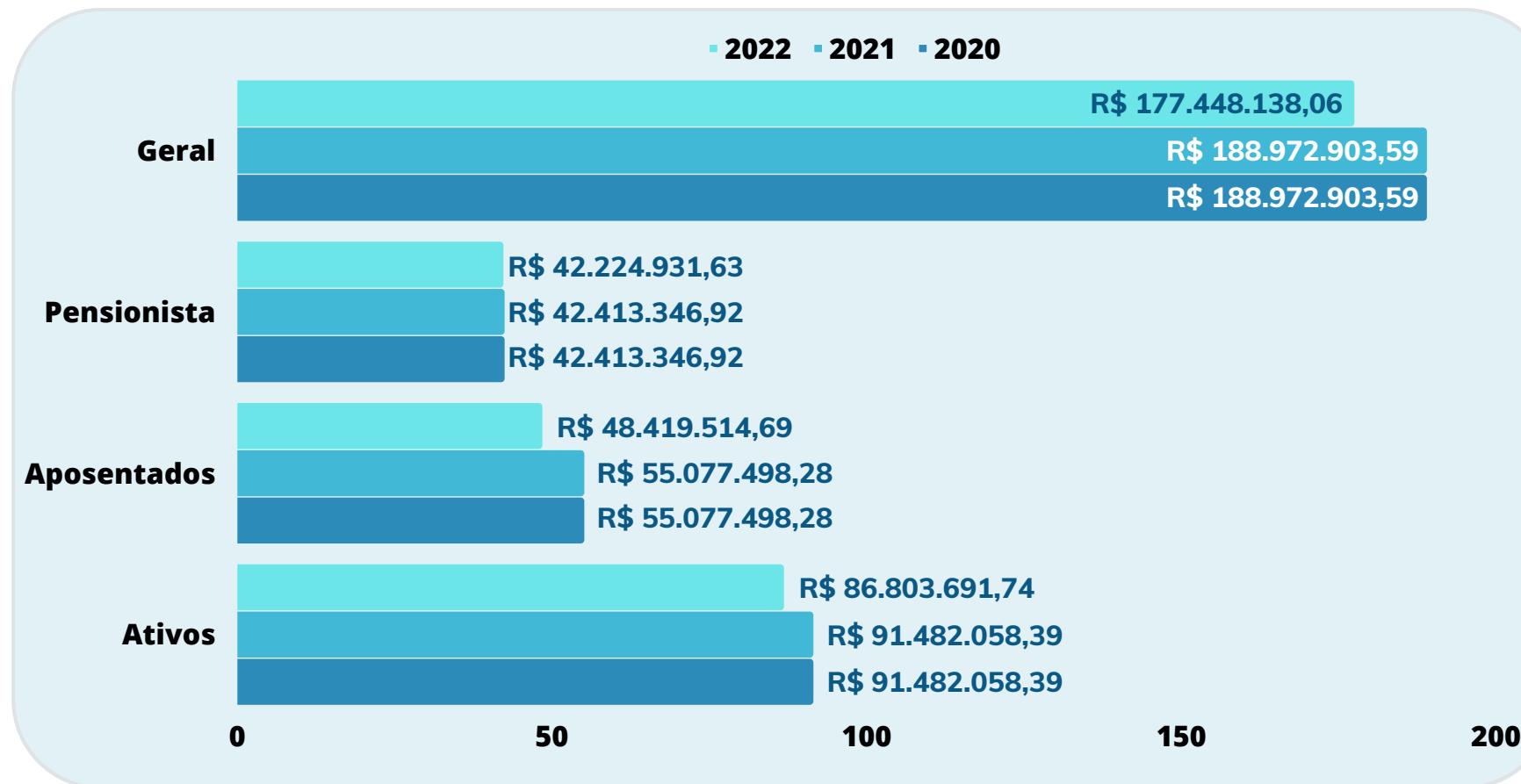


Figura 33. Despesas com Pessoal 2022

GESTÃO DE RISCOS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

A perda de pessoal treinado é um risco importante identificado na gestão de pessoas. Esses fatores provocam a desmotivação dos servidores para aqueles que ficam e a saída ou transferência de exercício para os outros que buscam melhores salários, gratificações, chefias e perspectivas de crescimento na organização.

ÍNDICE DE PERDA PERÍODO DE 12 MESES [EGRESSOS / (INGRESSOS + EGRESSOS)] = 55,17%

O dado representa que, do total de movimentações em 2022 no órgão nos últimos 12 (doze) meses, 55,17% são de egressos, portanto sinaliza perda de servidor sem reposição.

De forma contínua a unidade de Recursos Humanos tem agido para adequar quantitativa e qualitativamente o quadro de pessoal às necessidades, demandas e exigências das áreas do Ministério, e ao atendimento das determinações/recomendações dos órgãos de controle.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Quanto à estrutura de pessoal do MME continua o desafio em minimizar as perdas de servidores/empregados sem a devida reposição (falta de concurso público), por meio de uma política de retenção e valorização da força de trabalho.

Na área de desenvolvimento e capacitação, o indicador ficou novamente abaixo estabelecido, apesar da melhoria nos números, considerando que continua sendo afetado pelo impacto das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e pela nova metodologia de elaboração e execução imposta pelo Ministério da Economia, retirando parte da autonomia do órgão e, consequentemente, sua execução.

Na área de saúde, continuam os esforços para oferecer serviços no campo de Assistência à Saúde como a Clínica Médica, Enfermagem, Psicologia, Odontologia e ações de Qualidade de Vida, entretanto, suas ações também foram impactadas pelas medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), sem a realização da campanha de vacinação e dos exames médicos periódicos, com previsão de retorno para o exercício de 2023.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Detalhes das licitações e contratos
celebrados pelo Ministério

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL E MECANISMOS DE CONTROLE

Na gestão de licitações e contratos os procedimentos licitatórios são realizados em conformidade com as disposições legais, especialmente, os principais normativos como a Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei nº 14.133/2021 (nova lei de licitações), Decreto nº 10.124/2019 (pregão eletrônico), Decreto nº 7.892/2013 (registro preços), com relevo as Instruções Normativas nº 05/2017 (Serviços), a IN nº 01/2019 (TIC), a IN nº 67/2020 (dispensa eletrônica), a IN nº 73/2020 e IN nº 65/2021 (pesquisas de preços), bem como as disposições doutrinárias e jurisprudenciais.

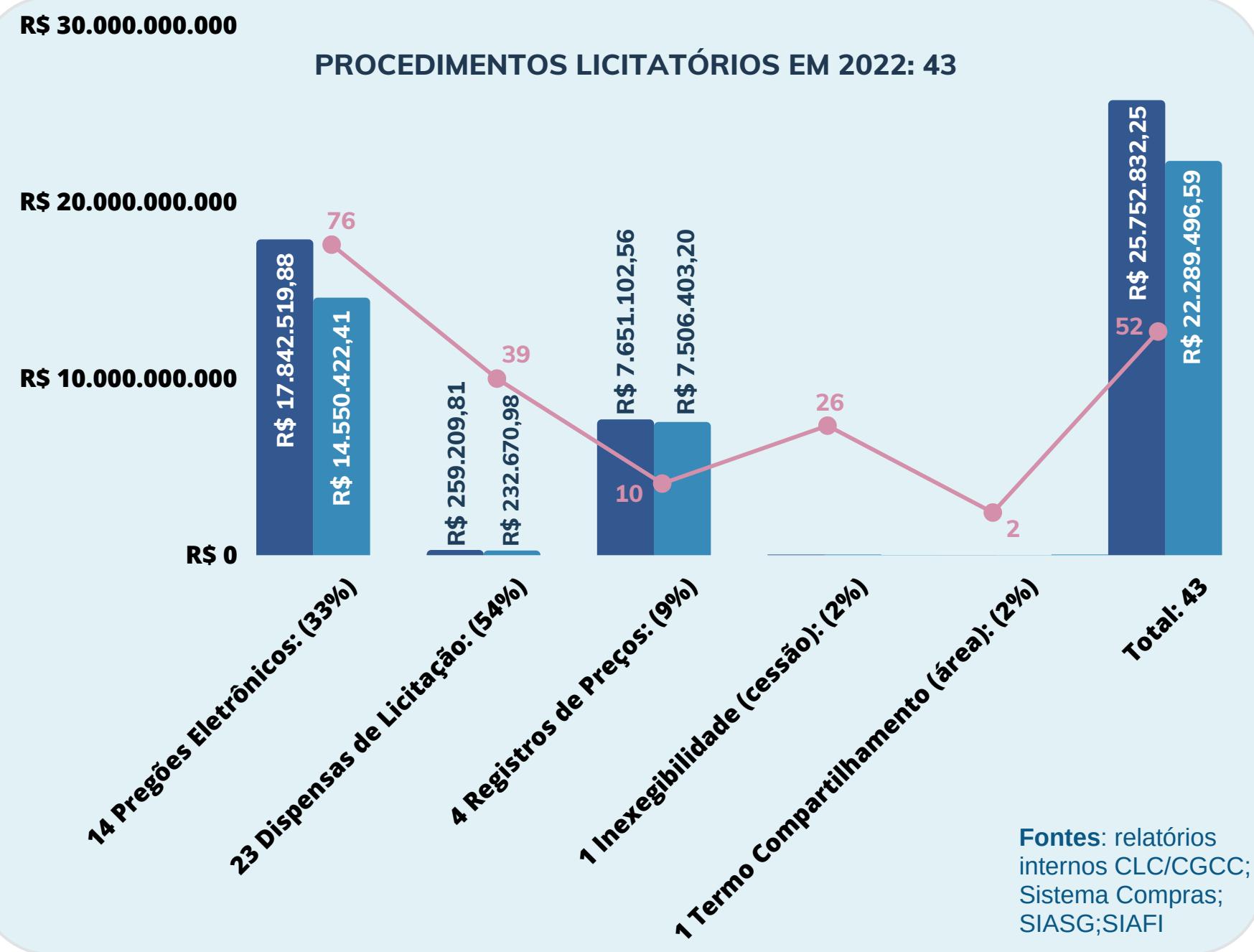


Figura 34. Procedimentos Licitatórios em 2022

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS LICITATÓRIOS EM 2022

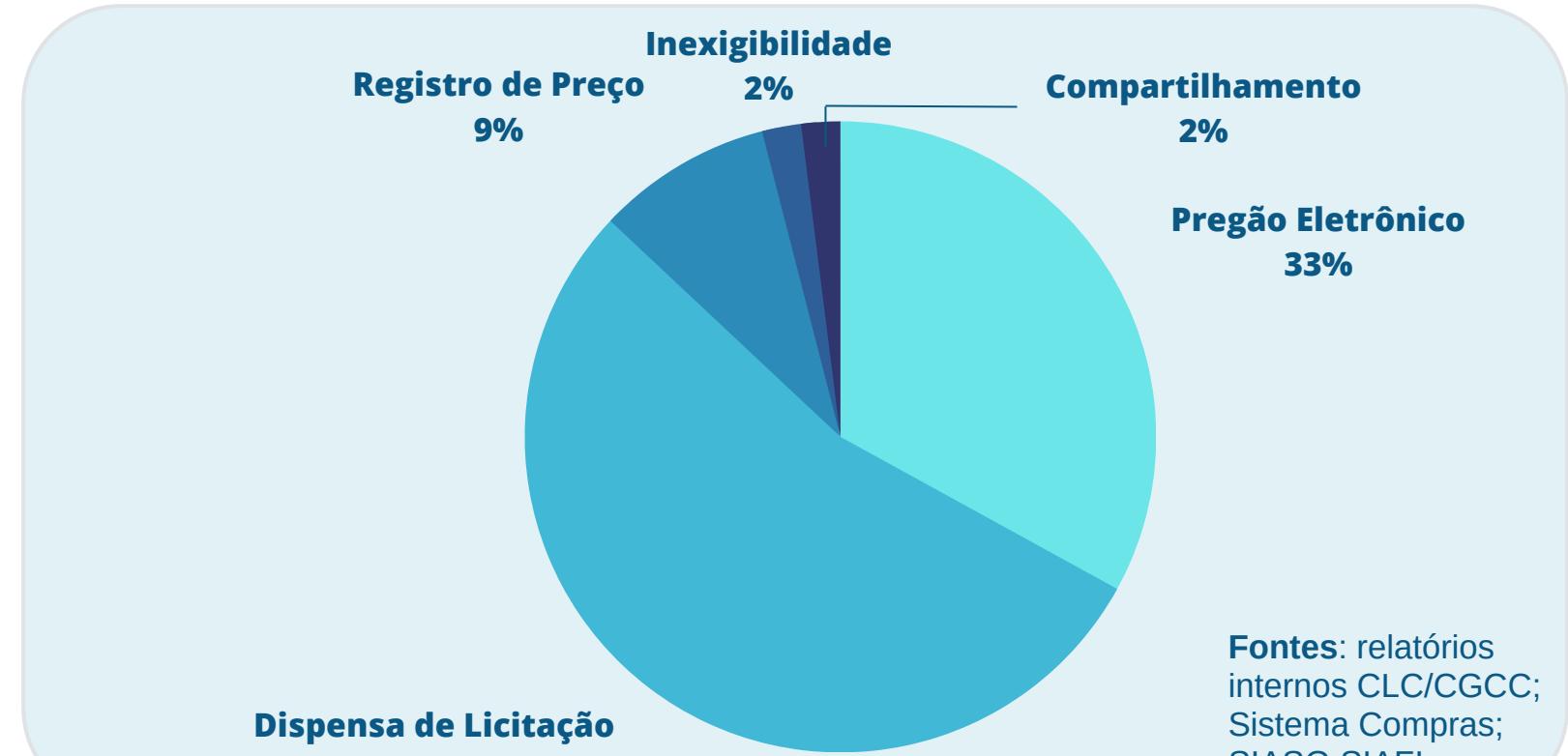


Figura 35. Distribuição dos Procedimentos Licitatórios em 2022

REPRESENTAÇÃO EM VALORES NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS EM 2022

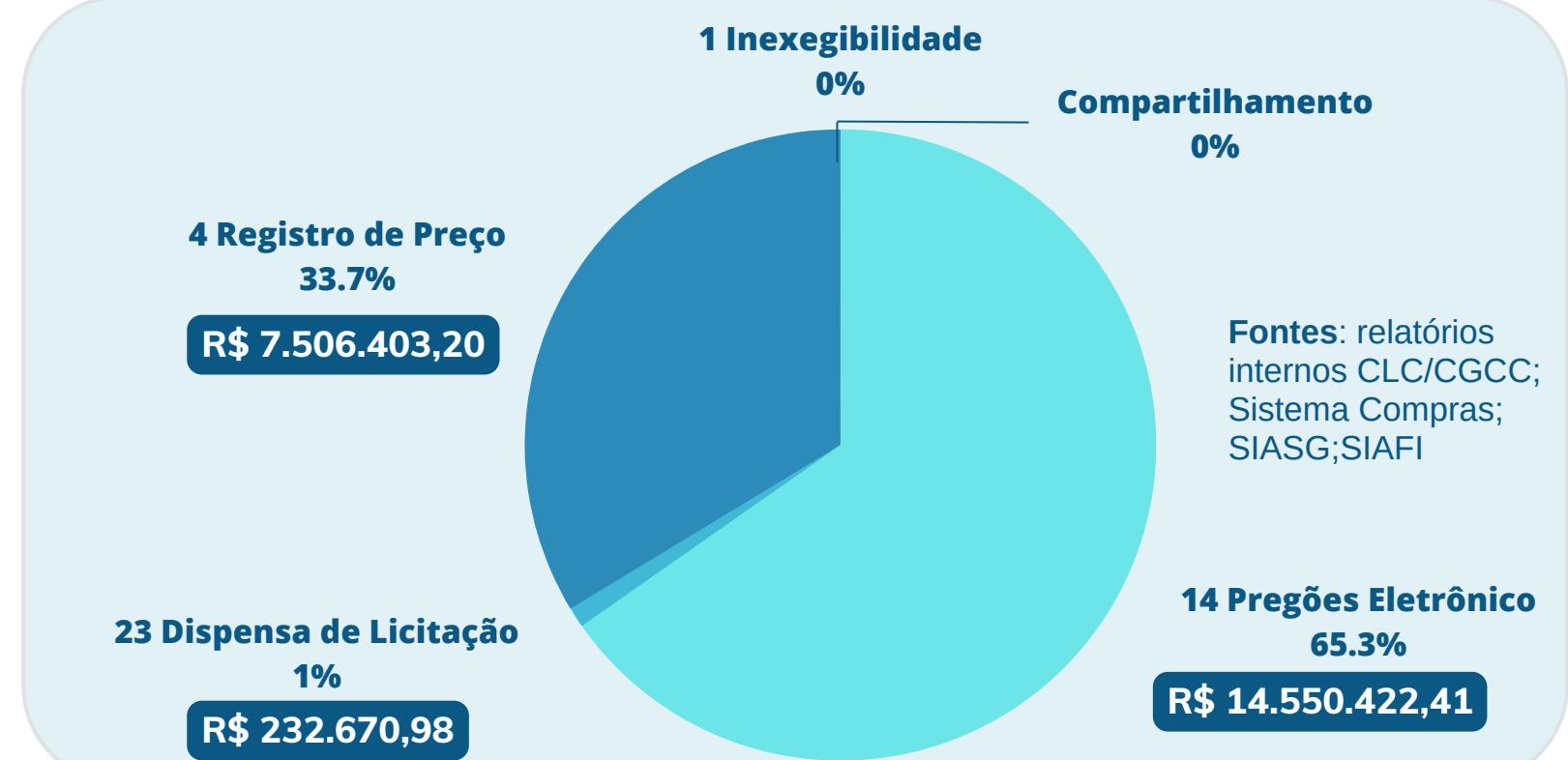


Figura 36. Representação dos valores nos Procedimentos Licitatórios em 2022

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATAÇÕES CLASSIFICADAS PELOS TIPOS DE SERVIÇOS OU BENS, DETALHAMENTOS, RELEVÂNCIA, JUSTIFICATIVAS, INDICAÇÃO DAS ÁREAS

Dentre as novas contratações, destacam-se os procedimentos de contratações de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, objetivando garantir a continuidade dos serviços essenciais de interesse da administração, como brigadistas, apoio administrativo, vigilância, recepção e copeiragem, secretariado, motoristas, manutenção do nobreak e reparação predial, entre outras para o funcionamento administrativo em geral (R\$21.718.498,18).

Destaca-se a manutenção da Sala-cofre/Data Center, instalada no MME desde 2008, para segurança dos dados e garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações, e pleno funcionamento do ambiente de alta disponibilidade para sistemas críticos, recursos e serviços de TIC, por meio do Pregão Eletrônico nº 15/2022, com formalização do Contrato 19/2022 (R\$238.000,00). Também, a aquisição de 10 (dez) computadores de alto desempenho pelo Contrato nº 14/2022 (R\$65.700,00) decorrente do Registro de preços da Central de Compras (ARP 34/2021).

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS POR FINALIDADE



Fontes: Relatório Interno de Pagamentos CAC/CGCC; Sistema Contratos; SIASG; SIAFI

Figura 37. Contratações por tipos de serviços ou bens

PROCEDIMENTOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

Compart. ENBPar (*Transf. recursos)	R\$ 0,00
Cessão uso/PAE-CEF (*crédito União)	R\$ 0,00
Cadeiras/mesa	R\$ 241.260,00
Brigadistas	R\$ 4.002.394,08
Apoio Administrativo	R\$ 3.197.048,04
Seguro veículos	R\$ 7.100,00
Recarga extintores	R\$ 3.000,00
Confecção capachos	R\$ 14.990,00
Carimbos	R\$ 2.000,00
Mangueiras de Incêndio	R\$ 12.516,00
Jornais/Revistas/Sites	R\$ 14.100,03
Chaveiro	R\$ 8.550,00
Bens diversos	R\$ 32.224,01
Dedetização	R\$ 7.819,10
Uniformes	R\$ 25.560,00
Cartões Visita	R\$ 5.200,00
Seguro veículos híbridos	R\$ 2.300,00
Livros	R\$ 1.100,00
Coleta resíduos lâmpadas	R\$ 5.232,00
Certificados Digitais	R\$ 9.000,00
Vigilância desarmada	R\$ 1.755.916,06
Combustíveis	R\$ 66.972,09
Reparação predial	R\$ 2.900.000,00
Motoristas	R\$ 512.959,02
Secretariado	R\$ 2.698.639,04
Manutenção NoBreak	R\$ 520.000,00
Serviços persianas	R\$ 103.759,58
Recepção e copeiragem	R\$ 3.780.676,92
Vigilância desarmada	R\$ 1.727.013,04
Agente Integração-estágio	R\$ 16.900,00
bens diversos	R\$ 25.677,05

Fontes: relatórios internos CLC/CGCC; Sistema Compras; SIASG; SIAFI



Figura 38. Procedimentos para o funcionamento administrativo

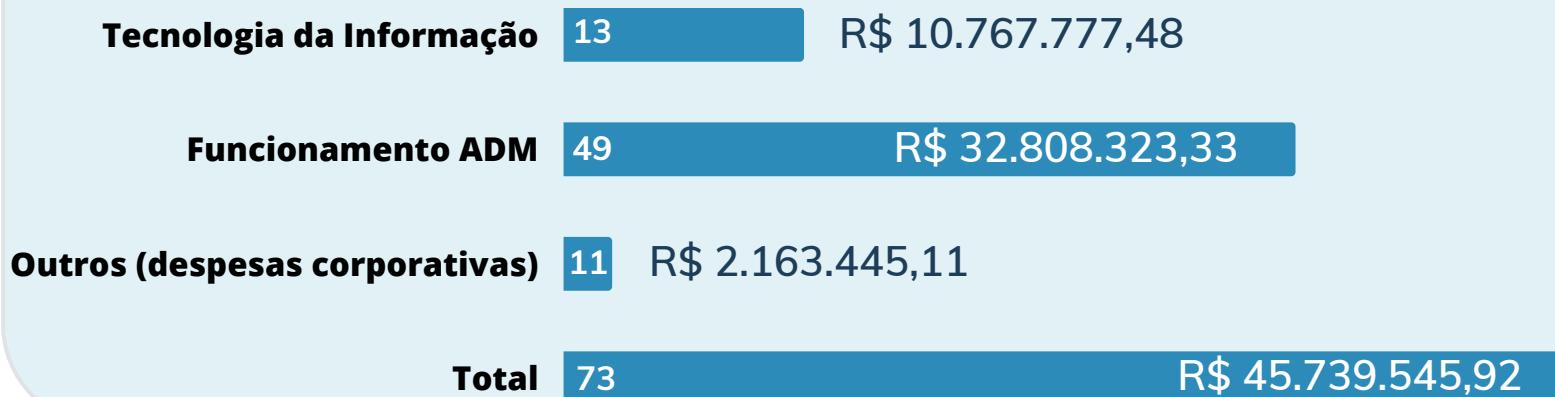
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Na gestão contratual, destaca-se a prorrogação (excepcional) do Contrato de TIC para a continuidade dos serviços da Central de Suporte Técnico (R\$7.631.365,68), a subscrição de licenças Office 365 (R\$227.046,00), serviços de cabeamento estruturado (R\$473.384,00), serviços de impressão e digitalização cópias (R\$271.832,52); e para o funcionamento administrativos são as prorrogações dos serviços essenciais de agenciamento de viagens (R\$1.697.185,20), de manutenção predial (R\$1.680.214,53), e limpeza predial (R\$1.717.502,97). E, ainda, a prorrogação dos serviços de comunicação pela continuidade de ampliar a produção de conteúdos para os canais de comunicação do MME (R\$1.283.683,08), os serviços de tradução e versão de textos (R\$174.166,11), e serviços de locação de veículos em diversas regiões (R\$307.939,60).

Considerando, ainda, além das demandas das contratações, celebrações contratuais, prorrogações contratuais, reajustamentos e repactuações, relevantes demandas inerentes aos processos de pagamentos, analisados e instruídos pelo setor de contratos, com intensivo auxílio à fiscalização na execução contratual.

INSTRUMENTOS CONTRATUAIS EM 2022

TOTAL DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS EM VIGOR : 73

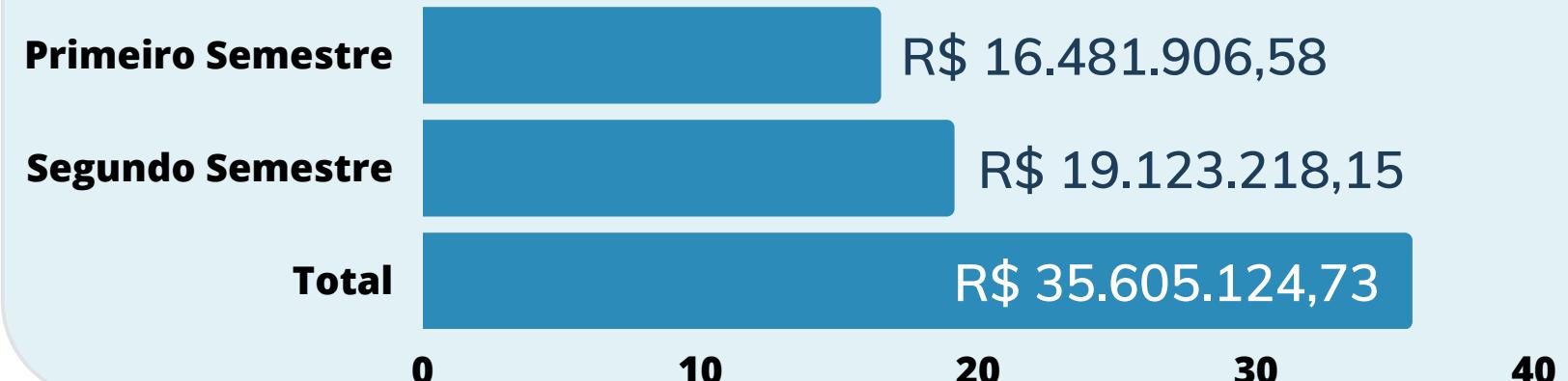


CONTRATOS PRORROGADOS

CONTRATOS PRORROGADOS ATÉ 31/12/2022: 20



PROCESSOS DE PAGAMENTOS DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS



Fontes: Relatório Interno de Pagamentos CAC/CGCC; Sistema Contratos; SIASG; SIAFI

Figura 40. Processos de Pagamentos dos Instrumentos Contratuais

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Alcançar os aspectos indispensáveis em cada fase do planejamento das contratações, considerando os aspectos técnicos, mercadológicos e de gestão, com todos os elementos essenciais desde a compatibilização com o plano de contratações anual, a descrição da necessidade, justificativas e motivação em estudo técnico fundamentado, a adequada identificação e concreta avaliação de riscos, o desenvolvimento do termo de referência com observância na utilização de modelos padronizados divulgados no Gov.br, para celeridade, eficiência e segurança nos procedimentos licitatórios, dada a complexidade e importantes alterações no cenário de contratações públicas trazidas pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021), bem como no cumprimento das regras de sua transição de acordo com o cronograma divulgado no Gov.br.
- Aumentar a eficiência administrativa e operacional pelo investimento no desenvolvimento dos colaboradores e ampliação da capacitação das equipes técnicas de licitações e compras, contratos, e de fiscalização de contratos.
- Buscar o atendimento de todas as atividades dos setores de licitação, compras e contratos pelo reduzido quantitativo de colaboradores dos setores, enquanto são priorizados os processos de contratações e suas prorrogações, há necessidade de dispêndio de tempo nos processos de apuração de responsabilidades para aplicação de penalidades àqueles fornecedores que deixaram de cumprir regras editárias ou cláusulas contratuais.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Resumo da gestão do patrimônio e
Infraestrutura do Ministério

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão do patrimônio e da infraestrutura no Ministério, que compreende o patrimônio imobiliário e mobiliário, obedece às orientações normativas do órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

A Unidade Gestora é responsável pelo imóvel cadastrado no Sistema SPIUNET, de RIP nº 9701.16936.500-1, localizado em Brasília-DF, sob o regime de Uso em Serviço Público cujo estado de conservação foi classificado como muito bom.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS)

As ações de gestão patrimonial e infraestrutura estão correlacionadas com o objetivo estratégico do MME: Governança e Desempenho Institucional–Desenvolver a gestão corporativa e a supervisão ministerial visando melhorias sucessivas no tocante à Governança Pública. Em 2022 destaca-se a execução de 100% dos serviços de modernização dos elevadores do edifício do MME, registrado no Cadastro Integrado de Projetos de Investimento-CIPI, no valor de R\$ 1.302.000,00.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Não houve desfazimento de bens durante o exercício de 2022, devido às restrições relativas ao período eleitoral.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Edificação de 2 (duas) Escadas Externas de Emergência;
- Instalação de Sistema de Ar Condicionado Central, tipo VRF; e
- Implantação de um novo restaurante.



GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Números da gestão de TI, seus desafios
e perspectivas para o futuro do MME

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A conformidade legal da gestão de TIC (Tecnologia da informação e comunicação) do MME pode ser constatada, inicialmente no alinhamento das iniciativas tecnológicas às estratégias corporativas, concebidas no Planejamento Estratégico Institucional (PEI); com a correspondente promoção da melhoria contínua da gestão e governança interna de TIC em conformidade com as Estratégias de Governança Digital (EGD), de Segurança da Informação e Comunicações e Segurança Cibernética (ESIC SegCiber) do Poder Executivo Federal. Segundo, na obediência a um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia – ME, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O Comitê de Governança Digital no Ministério de Minas e Energia – CGD/MME, instituído pela Portaria nº 630, de 23 de março de 2022, que tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à estratégia de governo digital e à governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC alinhados ao Planejamento Estratégico do MME, constitui a principal instância do modelo de governança de TIC adotado no Ministério.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS E CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM TIC

No exercício de 2022, a área de tecnologia da informação administrou 15 contratos, no valor total aproximado de R\$ 12.770.000,00 (Doze milhões, setecentos e setenta mil reais), além desses, foram realizados os acompanhamentos de 8 contratos referentes a garantia e suporte, sem custo adicional. A Tabela 18 apresenta os oito maiores contratos, totalizando R\$12.222.488,98 (Doze milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos).

CONTRATO	VALOR (R\$)
Serviço de Suporte Técnico	5.915.120,59
Aquisição de Ativos de Rede	2.301.022,00
Serviço de Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas	1.625.840,17
Serviço de Apoio a Gestão de Qualidade	1.230.384,30
Serviço de Métricas de Sistemas	384.301,24
Solução de Segurança Antivírus	303.647,52
Licenciamento Microsoft OFFICE 365	227.046,00
Serviço de Outsourcing de Impressão	235.127,16
TOTAL	12.222.488,98

Tabela 12 - Tabela Principais contratos

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

No âmbito do Ministério, a segurança da informação é discutida e implementada conforme deliberação do CGD/MME, que tem como uma de suas atribuições propor e aprovar alterações na Política de Segurança da Informação POSIN/MME. Em 2022, foram realizadas diversas implementações conforme o quadro anteriormente apresentado que versam sobre o aspecto de segurança da informação e o assunto permanece em constante atualização por meio de ações simples, como orientações da força de trabalho e conscientização do pessoal.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O maior desafio para a CGTI é ampliar sua força de trabalho em, no mínimo, cinco Analistas de Tecnologia da Informação, sendo dois na área de sistema e três na área de infraestrutura. Além disso, buscando não só a manutenção dos serviços de TIC já prestados, mas também o fortalecimento e a ampliação das ações necessárias para potencialização dos serviços à sociedade, cada vez mais atuante e consumidora de Serviços de TIC, estamos realizando estudos no sentido de colocar a TIC em nível mais estratégico, visando elevação nas ações de prospecção de soluções modernas para serviços e recursos de TIC, ampliando a maturidade de gestão e governança de TIC, e implantando novas tecnologias.

Ademais, considerando que os equipamentos e serviços na área da tecnologia da informação e comunicação possuem vida útil, na maioria dos casos, entre cinco e dez anos, e que alguns dos serviços disponibilizados pela CGTI apresentam problemas ou possuem tecnologia obsoleta/ultrapassada, serão necessários investimentos para melhoria/substituição que deverá ocorrer ainda em 2023, principalmente de: (i) Solução de Armazenamento - Storage; (ii) Solução de Backup; e (iii) Telefonia IP.

OBSTÁCULOS, RISCOS E MEDIDAS MITIGADORAS

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI é a unidade do Ministério de Minas e Energia responsável pela administração dos recursos de tecnologia da informação, compreendendo planejamento, coordenação, promoção e acompanhamento das atividades, programas e projetos pertinentes à área.

Assim, a administração dos recursos de tecnologia da informação está correlacionada com o objetivo estratégico do MME: Governança e Desempenho Institucional - Desenvolver a gestão corporativa e a supervisão ministerial visando melhorias sucessivas no tocante à Governança Pública.

O número insuficiente de servidores na área de tecnologia da informação impõe riscos, tais como:

- **Riscos à adequada governança de TI:**
 - Sobrecarga das chefias na área de TI, trazendo-lhes impedimentos em exercer mais eficazmente as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, assim como exercer a liderança administrativa eficaz e eficiente perante suas equipes. Isso compromete não somente a gestão, mas, também, a governança de TI.
 - Descontinuidade e inviabilidade de abertura de novos projetos.
 - Prolongamento dos prazos na execução de projetos.
- **Riscos ao nível operacional:**
 - Limitação na possibilidade de automatização de processos internos.
 - Perda do conhecimento técnico, por vezes irrecuperável, sobre os sistemas existentes.
 - Dependência e condicionamento tecnológico derivados da utilização predominante de aquisições e prestadores de serviço.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**Medidas adotadas pelo MME para reduzir
o impacto ambiental dentro de sua estrutura**

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Histórico do consumo de papel nos últimos dois anos

Desde 2020, o fornecimento de papel é realizado por demanda das áreas ao almoxarifado central do MME. A redução de 18% do consumo observado em 2022, de 9500 resmas/ano, foi resultado de campanhas de conscientização implementadas no Órgão.

Ações implantadas no ano de 2022

Resíduos sólidos

No ano de 2022 a quantidade de lixo gerado no edifício totalizou 48.970 kg. Houve o aumento de 42,35% em relação ao descarte do ano de 2021, que foi de 28.231 kg, por conta do retorno de servidores/funcionários públicos, colaboradores, terceirizados e estagiários na edificação, às atividades presenciais. Importante informar que os resíduos não recicláveis (indiferenciados e orgânicos) tiveram destinação ambientalmente adequada, nos termos da legislação do Distrito Federal – Lei no 5.610, de 16/02/2016, mediante contrato 27/2017-MME celebrado com empresa especializada, ECOPENSE AMBIENTAL LTDA-ME.

Descarte e destinação correta de lâmpadas queimadas

Em 2022, foram descartadas adequadamente 664 unidades de lâmpadas (fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e vapor metálico), conforme legislação ambiental, por meio de empresa especializada, contrato 08/2022, celebrado com a empresa ECOPETRO Soluções Ambientais.

Informações referentes ao consumo e despesa de Água

CONSUMO E DESPESAS DE ÁGUA																		
Anos	2018		2019		% 2018/2019		2020		% 2019/2020		2021		% 2020/2021		2022		% 2021/2022	
Unidade	M ³	R\$	M ³	R\$	M ³	R\$	M ³	R\$	M ³	R\$	M ³	R\$	M ³	R\$	M ³	R\$		
Total	8.659	213.050,06	8.381	214.017,98	-3,21%	0,46%	4.720	129.997,84	43,68%	-39,26%	4.966	144.726,78	5,21%	11,33%	7.885	229.935,86	58,78%	58,88%
Média	722	17.754,17	698	17.835,00			393	10.833,00			414	12.060,57			657	19.161,32		

Tabela 13 - Consumo e despesas de água

A Tabela 13 demonstra um aumento de 58,78% no consumo e por consequência nas despesas de 58,88% efetuadas com pagamento da conta de água em 2022, quando comparado com 2021, devido à elevação do número de servidores na edificação, com o retorno ao trabalho presencial.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

INFORMAÇÕES REFERENTES AO CONSUMO E DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA ELÉTRICA					
Consumo - KWh/ano					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Total	2.324.166	2.505.894	2.015.130	1.886.354	1.973.835
Média	193.680	208.824	187.927	157.196	164.486
Comparativo rel. ano anterior	-	7,82%	-19,58%	-6,39%	4,64%

Tabela 14 - Consumo de Energia Elétrica

ENERGIA ELÉTRICA					
Despesa - R\$					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Total	1.739.288,66	1.963.439,50	1.557.582,26	1.652.973,35	1.700.937,16
Média	144.940,72	163.619,96	129.798,50	137.747,78	141.744,76
Comparativo rel. ano anterior	-	12,90%	-20,67%	6,12%	2,90%

Tabela 15 - Despesa de Energia Elétrica

As tabelas demonstram um aumento de 4,64% no consumo e por consequência de 2,90%, nas despesas com o pagamento das faturas de energia em 2022, quando comparado com 2021.

Vale observar que a elevação do consumo de água em 2022, em relação a 2021, não acompanha a mesma equação de variabilidade do consumo de energia, dado que o edifício, embora com menos ocupantes, em 2021, manteve o consumo residual de energia por conta das salas técnicas e equipamentos vinculados à rede de TI, que continuaram a operar de forma integral, bem como a iluminação e determinados equipamentos relacionados à vigilância e à manutenção predial que necessitam de funcionamento parcial, enquanto que o consumo de água está diretamente vinculado a presença de pessoas no edifício, o que ocorreu em maior intensidade em 2022 em relação a 2021, por conta da pandemia.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - REGULAMENTAÇÃO DE QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO SUSTENTÁVEL DE BIOGÁS E BIOMETANO

A AESA, SPG, SPE participaram em conjunto com o MMA, de discussões para regulamentar Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano. O resultado foi a publicação da Portaria MMA nº 71, de 21 de março de 2022, instituiu o Programa Nacional de Redução de Emissões de Metano - Metano Zero, nos termos do Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022,

ELIMINAÇÃO CONTROLADA DE BIFENILAS POLICLORADAS - PCB

A AESA e SEE participaram das discussões junto ao MMA resultou na publicação da Portaria Interministerial MMA/MME nº 107, de 25 de abril de 2022 a qual disciplina a eliminação controlada de Bifenilas Policloradas - PCB, aprova o Manual de Gestão de PCB para equipamentos elétricos e implementa o sistema Inventário Nacional de PCB,

MANIFESTAÇÃO CONJUNTA MME/MMA

A AESA e SPG participaram das discussões junto ao MMA, ICMBIO e IBAMA que resultou na publicação da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01, de 22 março de 2022 que estabelece os procedimentos, critérios e prazos que balizarão as manifestações conjuntas do MME e MMA para o planejamento de outorga de áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural, nos termos do art. 6º, §§ 2º e 3º, inciso II, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No âmbito do acompanhamento do processo de licenciamento ambiental, a AESA promove a articulação institucional junto aos órgãos licenciadores e envolvidos e com os agentes setoriais com o objetivo de contribuir com a efetividade dos processos. Destaque para os seguintes projetos prioritários:

- Geração: UHEs Tabajara, UHE Bem Querer; UTN Angra 3;
- Transmissão: Interligação Manaus - Boa Vista; LTs 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3 - Pirapora 2; LT 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II (Jalapão); LT 500 kV Poções III – Padre Paraíso 2 – Governador Valadares 6;
- Mineração: Projeto Santa Quitéria; Projeto Autazes;
- Petróleo e Gás Natural: Margem Equatorial

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2023-2026 – PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO

- subsidiar a formulação de política, planos, programas e diretrizes governamentais relacionados à promoção da sustentabilidade na área de atuação do Ministério;
- promover a articulação para elaboração e integração de propostas de regulamentação das questões relativas ao meio ambiente e à promoção da sustentabilidade, no âmbito de interesse do Ministério;
- propor diretrizes e procedimentos para inserção da variável ambiental no planejamento e estimular boas práticas nos setores energéticos e de mineração;
- propor e promover programas e ações de capacitação para o tema da sustentabilidade nos setores energéticos e de mineração;
- promover a articulação com instituições públicas e privadas relativa ao planejamento, à implantação e ao monitoramento de empreendimentos, com vistas à gestão socioambiental e expansão dos setores energéticos e de mineração.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Conforme o disposto na Lei nº 14.299, de 5 de janeiro de 2022 e no Decreto Nº 11,124, de 7 de julho de 2022, a implementação do Programa de Transição Energética Justa se dará por meio do Plano de Transição Justa, elaborado e consolidado pelo Conselho do TEJ em dezembro de 2022, sob a Coordenação da Casa Civil da Presidência da República. O Plano objetiva estabelecer o planejamento das ações necessárias para a preparação da região carbonífera do Estado de Santa Catarina para o provável encerramento, até 2040, da atividade de geração termelétrica a carvão mineral nacional sem abatimento da emissão de gás carbônico (CO₂), dentre outros objetivos.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

Em 2022 a AESA coordenou a análise por parte das Secretarias e vinculadas do MME os 24 instrumentos legais relativos ao G16 - Comitê de Políticas Ambientais, O Brasil enviou memorando inicial de entrada na Organização em 32 áreas diferentes.

GRUPO DE TRABALHO – ENERGIA ABEMA

No intuito de otimizar o processo de licenciamento ambiental de Pequenas Centrais Hidrelétricas, foi instituído o Grupo de Trabalho de Energia – GT Energia foi coordenado pelo MME/AESA com a participação da ANA, ANEEL e por Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, além da APRAPCH e EPE. Como convidados: O trabalho resultou na construção de uma proposta de Normatização de critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia hidrelétrica com potência até 30 MW.

GRUPO DE TRABALHO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE MINERAÇÃO E DO SETOR ENERGÉTICO (GT CPMSE)

Colegiado composto pela Secretaria-Executiva, representado pela AESA, que o coordenou, e pela SGM, SPE, SEE e SPG. O trabalho resultou na construção de proposta de ato normativo com diretrizes e ações visando à adoção de solução técnica quando identificada interface ou sobreposição de projetos de Mineração, Energia Elétrica e Petróleo e Gás.

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Ações adotadas pelo MME em resposta
a seus processos disciplinares

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

QUANTIDADES RELATIVAS AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
PADs instaurados em 2022	2
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2022	0
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2022	0
PADs julgados em 2022	2
Sindicâncias julgadas em 2022	0
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2022	0
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2022	0
Quantidade de demissão aplicada a estatutários em 2022	0
Quantidade de demissão aplicada a celetista em 2022	2

Tabela 16. Quantitativo de Processos Correcionais

Fonte: CGRH/MME (CGU PAD). Em observância ao disposto nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, as informações dos processos são registradas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD).



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Detalhamento dos números orçamentários
financeiros e contábeis do MME

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis Exercício 2022

Os saldos das principais contas, resultados, receitas e despesas, evolução do Ministério de Minas e Energia no exercício de 2022 em comparação ao exercício de 2021, bem como os principais fatos contábeis relativos à UPC estão contemplados no item da “Gestão Orçamentária e Financeira” e nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis deste Relatório.

Quanto ao setor de Contabilidade do Ministério de Minas e Energia esse é denominado como Coordenação de Contabilidade – CONT da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF que compõe a estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia. A Coordenação de Contabilidade, em conformidade com o artigo 45 da Portaria nº. 108, de 14 de março de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva deste Ministério, combinado com o artigo 14 da Lei nº 10.180, de 6 fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal, exerce a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Ministério de Minas e Energia.

Compete à Coordenação de Contabilidade deste Órgão:

I - orientar as unidades e as entidades vinculadas¹ quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;

II - acompanhar no Ministério e nas suas entidades vinculadas o adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; conformidade de registro de gestão; analisar e avaliar a consistência dos balanços, balancetes, e demais demonstrações orientado as devidas regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;

III - integralizar, mensalmente, no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis das entidades federais vinculadas que não utilizam o Sistema;

IV - garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados da Lei Orçamentária Anual com relação aos registros contábeis ocorridos no SIAFI, realizados nas unidades e nas entidades vinculadas;

V - realizar a conformidade contábil dos registros dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade de registro de gestão das unidades gestoras;

VI - elaborar balanços, demonstrações contábeis, declaração do contador e relatórios destinados a compor os processos de tomadas de contas anuais da Administração Direta;

VII – efetuar o registro contábil dos responsáveis pelo débito apurado; verificar o cálculo do débito; e c) efetuar a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito relativos às tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário:

VIII - prestar as informações demandadas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal; e

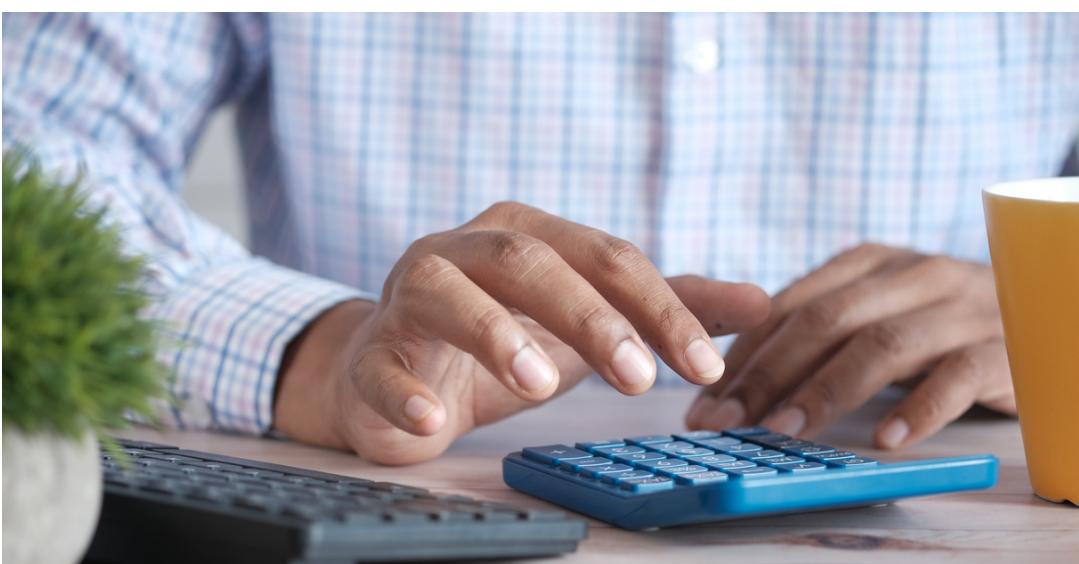
IX - manter atualizado o rol dos responsáveis por atos de gestão das unidades gestoras. A força de trabalho desta Coordenação de Contabilidade, que de acordo com a Lei nº 10.180/2001 atua como Setorial Contábil de Órgão Superior, conta com 04 (quatro) servidores para o desempenho de suas atividades regimentais deste Ministério.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério de Minas e Energia está evidenciada nos Demonstrativos Contábeis e tem como base as seguintes unidades executoras:

- Secretaria Executiva;
- Projeto Meta – SE
- Gabinete do Ministro - GM
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;
- Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF;
- Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH;
- Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL
- Secretaria de Energia Elétrica – SEE
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
- Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – SPG

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Coordenação de Contabilidade de Órgão Superior, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, expedido pelo Órgão Central de Contabilidade, Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Este processo visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal no qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.



As Demonstrações Contábeis do Ministério de Minas e Energia são:

- **Balanço Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos do Órgão;
- **Balanço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em relação a sua execução, ou seja, a receita prevista perante à arrecadada e a despesa autorizada perante à executada. Evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.
- **Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro, do Ministério, relativo às entradas de recursos em confronto com as saídas (despesas).
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, resultado da comparação entre as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: Lei nº 4.320/1964; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 93.872/1986; Lei nº 10.180/2001; e Lei Complementar nº 101/2000. E ainda em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Manuais SIAFI, os dois últimos Manuais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central de Contabilidade.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Os Demonstrativos Contábeis e Notas e Explicativas poderão ser acessados pelo site oficial do Ministério a partir dos endereços eletrônicos Transparência e Prestação de Contas/Processo de Contas e Rol de Responsáveis nos links abaixo:

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial
(BP).

Balanço Orçamentário
(BO).

Balanço Financeiro
(BF).

Demonstração das Variações
Patrimoniais
(DVP).

Demonstração do Fluxo de Caixa
(DFC).

Notas Explicativas
(NE).

ROL DE RESPONSÁVEIS